



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

(UFPI)

Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste

(TROPEN)

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

(PRODEMA)

Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

(MDMA)

(RE) ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NO CERRADO PIAUIENSE

ANÉZIA MARIA FONSÊCA BARBOSA

TERESINA

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

B238r Barbosa, Anézia Maria Fonsêca.

(Re) organização territorial no cerrado piauiense
[manuscrito] / Anézia Maria Fonsêca Barbosa. – 2009.

141 f.

Cópia de computador (printout).

Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do
Piauí.

“Orientadora Prof^a Dr^a Maria do Socorro Lira Monteiro”

1. Cerrado – Piauí. 2. Agricultura.

3. Meio Ambiente. 4. Agronegócio. I. Título.

CDD 581.981 22

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do trópico Ecotonal do Nordeste
(TROPEN)

Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)

Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(MDMA)

ANÉZIA MARIA FONSÊCA BARBOSA

(RE) ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NO CERRADO PIAUIENSE

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito para à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Política de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria do Socorro Lira Monteiro

TERESINA

2009

ANÉZIA MARIA FONSÊCA BARBOSA

**(RE) ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NO CERRADO
PIAUIENSE**

Dissertação apresentada no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito para à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Política de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Teresina, _____ de _____ de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Maria do Socorro Lira Monteiro
Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Prof^ª Dr^ª Rosemeri Melo e Souza
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr^ª. Roseli Farias Melo de Barros
Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Das savanas tropicais
Do cerrado brasileiro
Carnes, leites e cereais
Viajam ao mundo inteiro

Os olhos famintos do mundo
Voltam-se ao continente
Os frutos daqui oriundos
Chegam ao longínquo Oriente

Geovane Alves de Andrade

Ao meu pai, João de Deus da Silva Barbosa, minha mãe Francisca Maria da
Fonsêca Barbosa e minha irmã Patrícia Maria Fonsêca Barbosa,
que ao longo da minha vida acadêmica passam sempre
otimismo, força e energia positiva na conquista de todos os meus
sonhos, o que me mantém firme nas vitórias que obtive até hoje.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus minha maior força de inspiração em todos os momentos da minha vida;

À Universidade Federal do Piauí (UFPI), pela oportunidade oferecida para a concretização de um sonho;

À professora Doutora Maria do Socorro Lira Monteiro, pela dedicação e paciência comigo ao longo do Curso;

Aos professores Rosemeri Melo e Souza (UFS), Marco Antonio Diodato (UFRN) nas valiosas contribuições sugeridas no exame de qualificação e a Roseli Farias Melo de Barros por ter aceito o convite em participar da banca julgadora, bem como as sugestões feitas para a conclusão do trabalho final;

Ao corpo docente do Mestrado e em especial aos professores Maria Dione Carvalho de Moraes, José Luis Lopes de Araújo e Helder Buenos Aires de Carvalho;

Aos amigos da Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), especialmente, Maria Suzete Sousa, Jorge Eduardo Abreu Paula, Irene Bezerra Batista, Maria Luzineide Gomes, Jorge Martins Filho e Irlane Gonçalves Abreu, pelo apoio desde a seleção até a fase final da dissertação;

Ao senhor Levi de Sousa, pela atenção e cuidado dispensados no início do Mestrado;

Às amigas ludovicenses, Zenita Silva, Tatiane Silva, Gracinha Campos e Francisca Ferreira, pela acolhida afetiva em São Luís (MA) e pela torcida positiva com as minhas conquistas acadêmicas;

Aos amigos piauienses agora erradicados ludovicenses, Antônio Araújo e José Raimundo Alves, pelo companherismo e satisfação em substituir-me várias vezes nas aulas do Colégio em São Luís, no período da seleção do Mestrado;

A Valdete Sousa e Regina Aurora Fortaleza, pela ajuda incondicional durante as ausências na Escola devido as recorrentes viagens entre São Luís e Teresina para assistir às aulas do Mestrado;

Ao Governo do estado do Maranhão em nome da Gestora de Educação do Município de Caxias, senhora Maria Lúcia Aguiar Teixeira, pela liberação dos serviços profissionais nos momentos mais difíceis do Curso;

Ao diretor e vice-diretora do Colégio Gonçalves Dias, Silvestre Italiano e Maysa Moura, pela acolhida na cidade de Caxias e pelo apoio no período das viagens de campo;

Aos professores do Colégio Gonçalves Dias Miguel Sousa, Jorge Ferreira, Joelma Silva, Luís Filho, Turibas Ferreira e Vitória Régia Sampaio pela paciência em ouvir minhas angústias;

A Zildete Alencar, Marcus Aurélio Lima e Flávio Teixeira, pelas substituições nas minhas aulas no Colégio em Caxias enquanto viajava para a pesquisa de campo e Congressos;

Ao corpo docente da Faculdade Piauiense (FAP), em especial, Zélia Maria Silva, Amparo Holanda, Waldirene Alves, Claudionia Ribeiro, Adélia Soares e Gardênia Lacerda, pela força nos momentos das viagens de campo;

A Fábio Leão e Kerle Dantas, pela união fraternal nos momentos mais tensos, sobretudo, no segundo ano do Curso;

A minha ex-professora e colega de trabalho Maria Tereza de Alencar, pelo empréstimo de livros e textos fundamentais na elaboração do referencial teórico da dissertação;

À professora Maria Elisabeth Duarte Silvestre, mesmo distante se fez presente nos momentos mais necessários;

A Assis Araújo, companheiro de jornada acadêmica e pela ajuda no acesso aos dados do IBAMA;

Aos bravos amigos Mugiane Portela, Bartira Araújo, Raimundo Wilson Pereira e Josivane José de Alencar, que sempre se colocaram à minha disposição em qualquer momento;

A todos os amigos mestrandos da turma 2007/2009 e aos funcionários do TROPEN;

Aos amigos conquistados há muitos anos, os quais foram fundamentais na minha acolhida em Uruçuí desde 2001, Diná Pereira, Nedres Silva, Gesiel Pereira, Cinedres Silva, Dona Sílvia da Silva, Luizinha Pereira, Senhor Manoel Moreno, Luís Pereira, Antônio José Silva, Maurone Lima e Paulo Henrique Costa;

A Gizélia Silva Lima, uruçuiense, companheira de todos os momentos fácieis e difíceis da pesquisa de campo;

À população do município de Uruçuí pelas informações prestadas, as quais constituíram a base desta pesquisa.

RESUMO

A expansão da fronteira agrícola é histórica no Brasil, pois desde a colonização implantaram-se grandes projetos agrícolas para exportação. Assim, para incentivar as transformações urbanas, industriais e agrícolas a partir da década de 1950, o Governo Federal instituiu políticas que visavam à integração nacional, como a inserção dos cerrados brasileiros em função das grandes extensões de terras planas desocupadas e a necessidade de equilibrar o balanço de pagamentos. Nessa perspectiva, nos anos de 1970, este contexto aliado aos baixos preços das terras e da mão-de-obra local, à favorabilidade das terras para a mecanização, aos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos Governos Federal e Estadual, despertou o interesse de grupos empresariais do Centro-Sul do país para instalar-se, inicialmente, com projetos de reflorestamento e, posteriormente, de produção de grãos, no cerrado piauiense e, particularmente, no município de Uruçuí, que atualmente é o maior produtor de soja do Estado. Diante desse cenário questionou-se, como o agronegócio de grãos em implementação em Uruçuí provocou a (re)produção do espaço rural/urbano? Para a efetivação do estudo analisou-se a implantação dos projetos produtores de grãos, em particular, soja, os quais formam os gestores do processo de reorganização territorial e ambiental em Uruçuí, a partir dos anos de 1990. Para tanto, fez-se necessário discorrer sobre as concepções de espaço, território e territorialidade, analisar as dimensões de desenvolvimento sustentável local, caracterizar os agentes econômicos que estimularam as mudanças e a interdependência dos espaços rural e urbano, bem como identificar as consequências ambientais resultantes da reorganização espacial, social e ambiental no município sob apreciação. Nesse sentido, fizeram-se levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo junto a 342 representantes de diversos segmentos sociais, como moradores e comerciantes da cidade, residentes em assentamentos e povoados na zona rural e, representantes de projetos graníferos, por meio de entrevistas e questionários, registro fotográfico, diário de campo com vistas a analisar os impactos econômicos, espaciais e ambientais no município. No entanto, através da pesquisa, constatou-se que a instalação dos projetos agrícolas em Uruçuí foi determinante para a reestruturação dos espaços urbano e rural, com a finalidade de atender as necessidades e interesses dos produtores agrícolas, a qual redundou em novos arranjos territoriais, como a modificação do espaço rural com o predomínio das grandes lavouras de soja, milho e arroz e, na área urbana, derivado do crescimento horizontal da cidade com a criação de condomínios fechados para funcionários da Bunge Alimentos e o surgimento de terrenos destinados a loteamentos afastados da zona urbana acerca de 9 (nove) km, na região denominada de Novo Uruçuí.

PALAVRAS-CHAVE: (Re)produção territorial; Agronegócio no cerrado; Piauí.

ABSTRACT

The expansion of the agricultural border is historical in Brazil because since the colonization the huge agricultural projects for exportation have been implanted. Thus, to stimulate the urban, industrial and agricultural transformations from the decade of 1950, the federal government instituted politics that aimed at the national integration, like the insertion of the Brazilian savannah in function of the huge extensions of vacated plain lands and the necessity to equilibrate the balance of payments. In this perspective, in the years of 1970, this context ally to the low prices of lands and the local labor, to the favorability of lands for mechanization, to the tax and financial incentives granted by the federal and state governments, it woke up the interest of enterprise groups of the South-Center of the country in order to install themselves, initially, with reforestation projects and, later, grains production, in the savannah of Piauí and, particularly, in the city of Uruçui that, at this moment, is the greatest producer of soy in the State. In the face of this scene it was questioned, how the agro-business of grains in implementation in Uruçui provoked the re-production of the rural/ urban space? For the effectiveness of the study it was analyzed the implantation of the grain producers projects, in particular, the soy, which form the managers of the process of territorial and environmental reorganization in Uruçui, from the years of 1990. For so much, it became necessary to discourse on the conceptions of space, territory and territoriality, to analyze the dimensions of local sustainable development, to characterize the economic agents that had stimulated the changes and the interdependence of the rural and urban spaces, as well as to identify the environmental consequences resultant of the environmental, social and spatial reorganization in the city under appreciation. In this direction, it was done bibliographical, documental survey and field research with 342 representatives of diverse social segments, like residents and merchants of the city, that live in settlements and in villages at the rural zone and, representatives of grain projects, through interviews and questionnaires, photographic register, field diary with the attempts at analyzing the environmental, spatial and economic impacts in the city. However, through the research, it was evidenced that the installation of the agricultural projects in Uruçui was determinative for the restructuring of the urban and rural spaces, with the purpose of assisting the needs and interests of the agricultural producers, which resulted in new territorial arrangements, like the modification of the rural space with the predominance of the huge soy, maize and rice farmings and, in the urban area, derivative of the horizontal growth of the city with the creation building of closed condominiums for employees of the Bunge Alimentos and the emergence of land destined to divisions into plots moved away from the urban zone 9 (nine) km, in the region called New Uruçui.

KEY-WORDS: Territorial restructuring; Agro-business in the savannah; Piauí.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	- Planta da cidade de Uruçuí.....	23
Figura 2	- Localização dos Cerrados no Brasil e no Piauí.....	54
Figura 3	- Mapa das formações vegetais do estado do Piauí.....	62
Figura 4	- Cerrado piauiense em Uruçuí-PI.....	63
Figura 5	Mapa de distribuição das bacias hidrográficas no Piauí.....	65
Figura 6	- Mapa de localização do município de Uruçuí.....	67
Figura 7	- Visão parcial da Fazenda Condomínio União 2000 em Uruçuí.....	78
Figura 8	- Acesso principal ao loteamento São Francisco, na zona urbana de Uruçuí.....	80
Figura 9	- Rodovia PI-247 que possibilita o acesso entre Uruçuí e Ribeiro Gonçalves.....	82
Figura 10	- Plantação de soja no Condomínio União 2000.....	83
Figura 11	- Visão parcial da Bunge Alimentos S/A em Uruçuí.....	85
Figura 12	- Casas no loteamento Portal dos Cerrados na zona rural de Uruçuí.....	85
Figura 13	- Comércio de peças para caminhões e tratores na zona rural de Uruçuí.....	86
Figura 14	- Comércio de vendas de tratores no loteamento Portal dos Cerrados em Uruçuí.....	86
Figura 15	- Esquema do mundo rural.....	87
Figura 16	- Casa dos servidores da Bunge Alimentos S/A no espaço urbano de	88

	Uruçuí.....	
Figura 17	- Rua no bairro Areias em Uruçuí.....	89
Figura 18	- Centro Empresarial Alphaville em Uruçuí.....	93
Figura 19	- Plantação de soja no município de Uruçuí.....	96
Figura 20	- Plantação de sorgo no Assentamento Santa Tereza em Uruçuí.....	101
Figura 21	- Máquina colheitadeira de soja em uma Fazenda agrícola em Uruçuí.....	102
Figura 22	- Mosaico de imagens de satélites TM do ano de 1993 e 2006 em Uruçuí.....	109
Figura 23	- Ocupação e uso do território de Uruçuí em 1993.....	111
Figura 24	- Ocupação e uso do território de Uruçuí em 2006.....	112
Figura 25	- Plantio direto da soja nas Fazendas Agrícolas em Uruçuí.....	115
Figura 26	- Rodovia PI – 247 entre Uruçuí e Bertolândia – PI.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Valor Arrecadado (R\$ Mil) por setor de atividade entre 2002 e 2005, em Uruçuí.....	69
Tabela 2 -	Tipos de ocupação do território de Uruçuí em 1993 e em 2006.....	113

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1	- Período de moradia em Uruçuí.....	74
Gráfico 2	- Escolaridade do universo pesquisado.....	76
Gráfico 3	- Mudanças identificadas na zona urbana.....	79
Gráfico 4	- Mudanças observadas pelos moradores locais na zona rural.....	81
Gráfico 5	- Tipos de comércios.....	90
Gráfico 6	- Naturalidade dos comerciantes.....	91
Gráfico 7	- Período de desenvolvimento de atividades comerciais em Uruçuí.....	92
Gráfico 8	- Problema mais perceptível pela população local.....	95
Gráfico 9	- Naturalidade dos moradores da zona rural.....	98

Gráfico 10	- Profissão dos moradores na zona rural.....	99
Gráfico 11	- Mudanças indicadas pelos moradores do campo.....	103
Gráfico 12	- Envolvimento da comunidade nas atividades desenvolvidas nos empreendimentos agrícolas.....	104
Gráfico 13	- Naturalidade dos produtores rurais.....	106
Gráfico 14	- Tempo de instalação em Uruçuí.....	107
Gráfico 15	- Tamanho das propriedades agrícolas.....	108
Gráfico 16	- Principal cultura cultivada nas fazendas.....	114
Gráfico 17	- Mudanças observadas na cidade.....	118
Gráfico 18	- Conseqüências da mudança para o espaço rural.....	120

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA – Avaliação de Impactos Ambientais

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BRASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial

BR – Brasil

CAI's – Constituição dos Complexos Agroindustriais

CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CNM – Confederação Nacional dos Municípios

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER/PI – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

FISSET – Fundo de Investimento Setorial

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FPM – Fundo de Participação Municipal

GPS – Sistema de Posicionamento Global

GTDN – Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JICA – Japan Internacional Corporation Agency

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONU – Organização das Nações Unidas

OPENO – Operação Nordeste

ORNA – Ocupações Não-Agrícolas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMAR – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

PEA – População Economicamente Ativa

PI – Piauí

POLOCENTRO – Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER – Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

UC – Unidade de Conservação

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

WWF – Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Procedimento Metodológico.....	21
1.2 Estrutura da dissertação	24
2 ESPAÇO E TERRITÓRIO: CATEGORIAS DE PODER.....	26
2.1 Construção do espaço geográfico.....	26
2.2 Território como fator de representação social	31
3 INTERDEPENDÊNCIA CAMPO/CIDADE E AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS	38
3.1 O rural tradicional e o “novo” rural.....	38
3.2 Campo e cidade	40
3.3 Espaço rural e o desenvolvimento sustentável.....	46
4 OCUPAÇÃO E USO DOS CERRADOS BRASILEIRO, PIAUIENSE E URUÇUIENSE.	51
4.1 Ocupação e uso dos cerrados brasileiro.....	51
4.2 Aspectos físicos do cerrado brasileiro.....	54
4.3 Ocupação e uso do cerrado piauiense.....	56
4.4 Características físicas do cerrado piauiense.....	61
4.5 Caracterização de Uruçuí.....	66
5 (RE) ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DE URUÇUÍ.....	72

5.1 População da zona urbana de Uruçuí.....	72
5.2 Comerciantes locais.....	90
5.3 Moradores da zona rural de Uruçuí.....	97
5.4 Produtores rurais.....	105
6 CONCLUSÃO	122
7 REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	133

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a atividade agrícola no Brasil comanda a economia do país, haja vista destinar-se à produção de bens para abastecimento do mercado interno e para a exportação. Logo, a organização da produção alicerçada nas grandes áreas monocultoras que se espalharam pelo território provocou mudanças significativas nos ambientes naturais, como o solo e clima, dentre outros fatores relacionados à natureza e às condições sociais das localidades (PRADO JÚNIOR, 2006a).

Este contexto, de acordo com Oliveira (2003), decorreu da exploração da agricultura brasileira ser dependente do desenvolvimento capitalista em vigência no mundo, o qual norteou as profundas alterações nos meios rural e urbano.

Dessa forma, ressalta-se que a inserção do Brasil no processo de modernização da agricultura ocorreu de forma lenta e gradual, com o objetivo de continuar atendendo às necessidades dos mercados local e externo. Para tanto, requereu a premência de criação de novos espaços geográficos para se tornarem produtivos, o que significou conforme Ab'Saber (2003), que os espaços herdados da natureza incorporaram os padrões modernos, em substituição às tradicionais estruturas sociais e econômicas existentes no país, referente, sobretudo, à construção de infra-estruturas e identificação das vocações dos solos regionais para a realização de atividades agrícolas rentáveis.

Esta performance produtiva embasada na inclusão de novas áreas para cultivo, aliada à diversificação da produção, exigiu a inserção do bioma Cerrado para o cultivo de grãos, em particular, soja, a partir da década de 1970. Esse panorama, alicerçado em políticas públicas, em função da conjuntura de crise econômica, política e social exigiu a interiorização do país, com vistas à elevação do Produto Interno Bruto (PIB)¹, com o objetivo de gerar divisas para o pagamento da dívida externa e para equilibrar o balanço de pagamentos.

Nessa perspectiva, para Alves (2005), a porção do Cerrado que compreende o noroeste da Bahia, o sul do Maranhão e o sudoeste do Piauí, passou a ser considerada a última fronteira

¹ O PIB representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja, países, estados e municípios), durante um determinado período (mês, trimestre, ano, etc). Ou seja, o PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de um dado território.

agrícola do Brasil, em virtude das favorabilidades centradas na vasta extensão de terras planas conjugadas à baixa densidade demográfica, a grande quantidade de mão-de-obra disponível a baixo custo, ao reduzido preço das terras, além das condições edáficas. Assim, esta configuração atraiu empreendedores agrícolas do Centro-Sul do país para instalar projetos produtores de grãos, com a finalidade de tornar os cerrados nordestinos competitivos em relação às outras regiões brasileiras para proporcionar o crescimento econômico.

Portanto, em função desta conformação na década de 1970, o cerrado do Piauí começou a ser palco de megaprojetos agropecuários para a criação de pecuária e reflorestamento de caju, incentivados através de distintas políticas públicas. Neste sentido, Monteiro (2002) salienta que não obstante a ocupação do cerrado piauiense iniciar neste período, somente se tornou efetiva do ponto de vista produtivo nos anos de 1990, mediante o cultivo de grãos.

O Cerrado Piauí é integrado por 29 (vinte e nove) municípios², contudo esta investigação concentrou-se em Uruçuí, por ter sido um dos primeiros municípios a acolher projetos de reflorestamento de caju nos anos de 1970 e empreendedores agrícolas para a exploração granífera, sobretudo, soja, a partir do final do século XX, quando se intensificou o processo de transformação de Uruçuí, no maior produtor de grãos do Piauí, com elevada produtividade.

Por conseguinte, esse cenário despertou para o seguinte questionamento: como o agronegócio de grãos em implementação em Uruçuí provocou a (re) organização dos espaços rural e urbano? Partindo dessa problemática, a hipótese desta investigação embasou-se em que as novas formas de organização dos espaços rural e urbano de Uruçuí foram decorrentes da instalação dos produtores de grãos, dos comerciantes de equipamentos de infra-estrutura e de serviços diversos com o caráter de atender as necessidades dos empreendedores, as quais possibilitaram a expansão da malha urbana em direção da zona rural, explicitando a crescente interdependência entre ambos os espaços.

Logo, com o objetivo de realizar este estudo, analisou-se como a implantação dos projetos produtores de grãos, em particular, soja, ocasionou a reorganização territorial e

²Antonio Almeida, Floriano, Landri Sales, Guadalupe, Itauêira, Jerumenha, Marcos Parente, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Sebastião Leal, Bertolinia, Eliseu Martins, Colônia do Gurguéia, Cristino Castro, Palmeira do Piauí, Santa Luz, Currais, Bom Jesus, Redenção do Gurguéia, Manoel Emídio, Alvorada do Gurguéia, Monte Alegre do Piauí, Corrente, Cristalândia do Piauí, São Gonçalo do Gurguéia, Barreiras do Piauí, Gilbuês, Santa Filomena.

ambiental em Uruçuí, a partir da década de 1990. Para tanto, discorreu-se sobre as concepções de espaço, território e territorialidade, analisaram-se as dimensões de desenvolvimento sustentável local, caracterizaram-se os agentes econômicos que estimularam as mudanças e a interdependência dos espaços rural e urbano e analisaram-se as consequências resultantes da reorganização espacial, social e ambiental no município sob apreciação.

1.1 Procedimento Metodológico

Como de acordo com Gonçalves (2004), dissertação no sentido etimológico consiste na capacidade de sistematização dos dados coletados e na ordenação e interpretação dos mesmos, esta investigação embasou-se nos métodos dialético, histórico e comparativo.

A utilização do método dialético decorreu em consonância com Sposito (2004), do mesmo refutar as opiniões do senso comum, ao expô-las às próprias contradições, com vistas a formatar a verdade. O uso do método histórico derivou da necessidade da análise de dados de realidades passadas com a finalidade de comparar e subsidiar o estudo dos dados obtidos na pesquisa de campo. E, a incorporação do método comparativo foi fundamental para a análise das modificações espaciais, econômicas, sociais e ambientais. Portanto, para a efetividade da dissertação realizou-se pesquisa de cunho analítico e descritivo dos dados secundários e primários.

Nessa perspectiva, fez-se levantamento bibliográfico e documental em livros, periódicos e *internet* com o objetivo de descrever e analisar a temática relativa à organização espacial, territorial e as consequências socioeconômicas e ambientais. Também, pesquisou-se junto a órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMAR), Prefeitura de Uruçuí e Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura. Tais dados secundários subsidiaram a pesquisa de campo abalizada em amostra aleatória, estratificada, por ter representantes de todos os níveis da sociedade local e não proporcional à extensão dos estratos sociais em relação ao universo investigado.

Obtiveram-se os dados primários por meio de realização de entrevista (APÊNDICE A, B e D) e aplicação de questionários (APÊNDICE C) com perguntas abertas e fechadas, junto a 30 (trinta) comerciantes locais, perfazendo um total de 10% do número total, que segundo o IBGE (2007) perfazem um montante de 286 (duzentos e oitenta e seis). Os comerciantes integrantes da amostra representavam diferentes ramos de mercadorias como maquinaria, equipamentos, insumos modernos, vestuário, cosmético, papelaria, alimentos, dentre outros.

Quanto às comunidades residentes na zona rural, utilizou-se uma amostra aleatória de 83 (oitenta e três) chefes de famílias, sendo estes distribuídos entre os Assentamentos Santa Tereza e Flores, ambos criados pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER-PI) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2001, durante a implantação dos projetos graníferos no município, através da disponibilização de créditos fundiários que assistiram 70 (setenta) famílias e 138 (cento e trinta e oito) em Santa Tereza e Flores, respectivamente, em função de serem antigos moradores das terras vendidas para os empreendedores agrícolas ou então pequenos agricultores das áreas dos baixões³.

Do universo total de 83, entrevistaram-se 21 (vinte e um) chefes de família em Santa Tereza, 42 (quarenta e dois) em Flores, 10 (dez) na Comunidade Sangue e 10 (dez) na Comunidade Tamboril.

Ademais, para a continuidade da aquisição dos dados primários, aplicaram-se questionários e entrevistaram-se 07 (sete) produtores de grãos, correspondendo a uma amostra de 10,45% do total, 02 (dois) representantes do poder municipal sendo um da Secretaria do Meio Ambiente e um da Secretaria da Agricultura, 04 (quatro) religiosos de diferentes correntes evangélicas e católica, 216 (duzentos e dezesseis) residentes na zona urbana do município distribuídos pelos 06 (seis) bairros oficialmente reconhecidos pela Prefeitura Municipal: Água Branca, Malvinas, Aeroporto, Centro, Esperança e Areia, conforme indicação na Figura 1.

³ De acordo com Guerra e Guerra (2003) os baixões são áreas deprimidas em relação aos terrenos contíguos. Em Uruçuí, tais áreas encontram-se nas proximidades do sopé das chapadas.

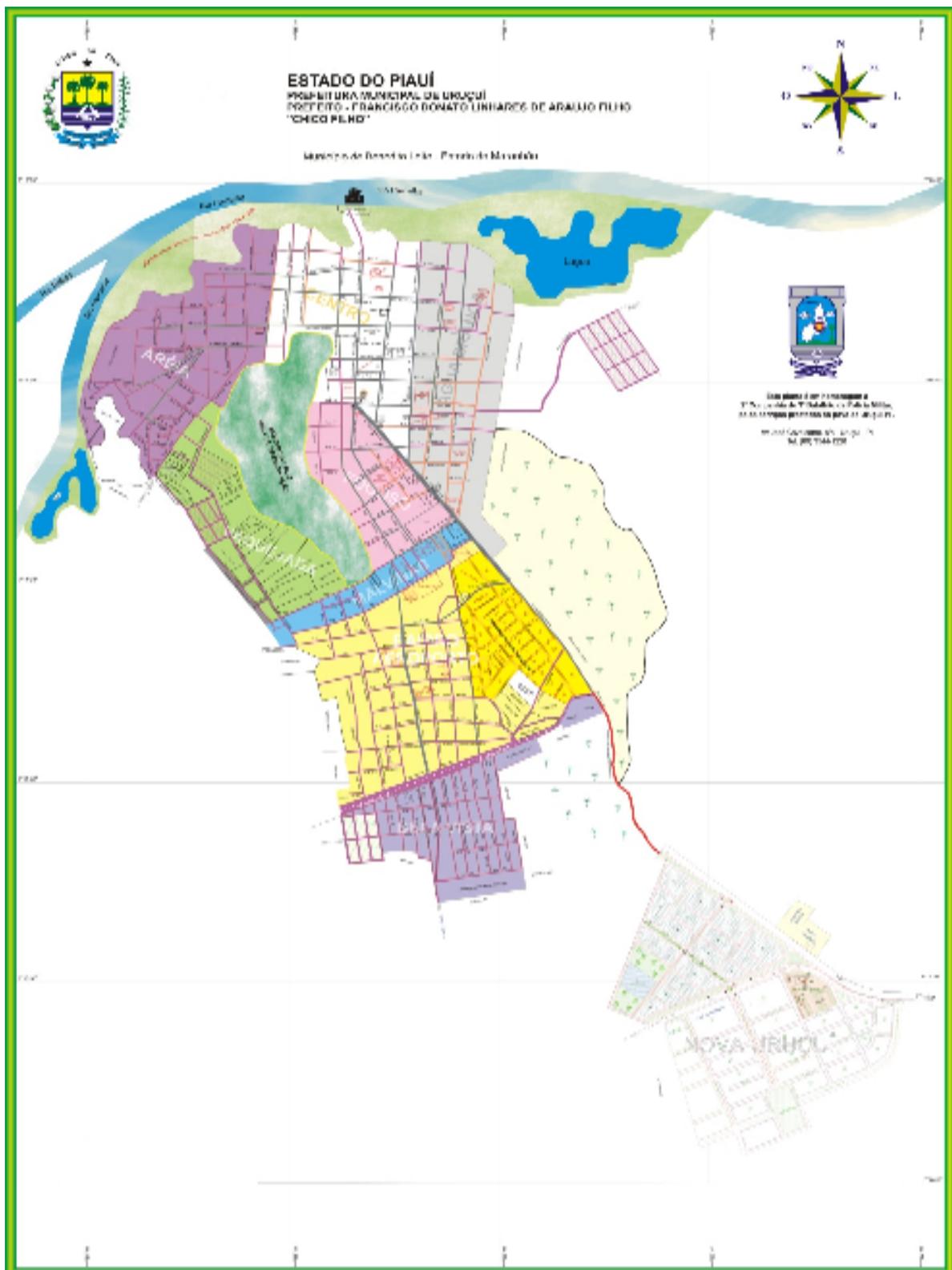


Figura 1: Planta da cidade de Uruçuí-PI

Fonte: Prefeitura Municipal de Uruçuí-PI (2005)

Ressalta-se que as entrevistas e os questionários foram aplicados com pessoas de idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, haja vista corresponder ao período de tempo da instalação dos primeiros projetos produtores de grãos em grande escala.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas, a primeira ocorreu em março de 2008, onde se aplicaram entrevistas e questionários que serviram como teste piloto e tiveram importante contribuição para proceder ajustes considerados necessários para a segunda etapa da aquisição dos dados primários nos meses de outubro e novembro de 2008.

Para os dados cartográficos, como as coordenadas geográficas para determinar localização de Uruçuí, bem como, a elevação efetiva em relação ao nível do mar e a distância da capital do estado, utilizou-se o Sistema de Posicionamento Global (GPS), na porção territorial considerada como marco Zero do município, desta forma, os dados obtidos ressaltam que a sede municipal apresenta coordenadas geográficas de 07° 13' 45,4" de latitude sul e 44° 33' 16,0" de longitude a oeste do meridiano de Greenwich, dista 482 km, da capital do Piauí, e possui altitude 179m, também confeccionaram diários de campo, na perspectiva de relatar os principais momentos da pesquisa, além de registro fotográfico; buscou-se a aplicação do sistema computacional SPRING versão 4.3.3, com a finalidade de complementar as informações ora adquiridas.

1.2 Estrutura da dissertação

Para a exposição da temática proposta, a dissertação encontra-se organizada em seis capítulos. No primeiro, que consiste na Introdução, apresentaram-se a justificativa, a problemática, a hipótese, os objetivos, o procedimento metodológico e a estrutura da dissertação. O segundo abordou as referências teóricas e históricas da formação e dinâmica de organização e atuação do homem no espaço geográfico, embasadas na construção do espaço geográfico e no território como fator de representação social.

O terceiro capítulo versou sobre a interdependência entre campo/cidade e as relações sócio-ambientais, explicitada por meio da análise de campo e cidade no contexto da sociedade atual, do meio rural e do desenvolvimento sustentável. O quarto analisou o processo de ocupação e uso dos cerrados brasileiro, piauiense e, particularmente, de Uruçuí. O quinto

salientou os dados obtidos na pesquisa de campo, relativo ao perfil dos moradores do município de Uruçuí que residem na zona urbana, à percepção dos comerciantes locais, dos moradores da zona rural, dos proprietários das fazendas produtoras de grãos a respeito do objeto de estudo. E, no sexto capítulo, apresentaram-se as conclusões da investigação.

2 ESPAÇO E TERRITÓRIO: CATEGORIAS DE PODER

Aparentemente o espaço geográfico se constitui em espaço habitável que em quaisquer condições naturais possibilitam a organização da vida em sociedade. Neste sentido, o espaço geográfico adquire um caráter mutável e diferenciado cuja aparência se revela no visível denominado por Dollfus (1991) como paisagem, assumindo assim o papel de ser analisado a partir de um recorte, de uma subdivisão, mas sempre numa perspectiva de interação entre os sistemas físicos e sociais.

Dessa forma, para Soja (1993), o espaço conforma-se como forma física generalizada e como abstrata, por expressar a materialização da história e da sociedade capaz de modificar a organização espacial humana, a qual é fundamental para a formação do território que passa a ser compreendido através da dialética socioespacial. Tal configuração significa que o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e a forma de constituição são produtos da transformação e da experiência social.

Com vistas à análise da organização espacial, este capítulo debateu as distintas concepções de espaço e território, distribuídas em dois itens. O primeiro abordou o espaço como essencial para a reprodução da vida em sociedade, quando da transformação em espaço geográfico mutante, conforme as necessidades sociais. E, o segundo versou sobre o território como um espaço definido e delimitado de relações de poder, os quais produzem ligações afetivas e de identidade entre grupos sociais e espaços.

2.1 Construção do espaço geográfico

A análise dos conceitos-chave da geografia é de fundamental importância para a compreensão da forma como as sociedades multiplicam os espaços em função das necessidades em determinado momento da história e em locais diferentes da superfície terrestre. Consoante Moraes (1995), diversos teóricos da geografia positivista como Humboldt e Ritter, que se embasam na redução da realidade ao mundo dos sentidos, dos aspectos visíveis do real, mensurável e palpável, ou seja, considera a geografia uma ciência

empírica pautada na observação, no domínio e no ordenamento do espaço, os quais refletem a apropriação de territórios e a variação regional, que alimentarão a sistematização da geografia. Nessa perspectiva, a questão espacial passa ser primordial, quer na análise do espaço natural ou no socialmente produzido. Por conseguinte, a percepção da sociedade de seu local de vivência, a desperta para a necessidade do entendimento do conceito de espaço.

Sendo assim, o conceito de espaço precede a análise das outras categorias espaciais e de cunho geográfico. Logo, salienta-se, em conformidade com Sposito (2004), que Milton Santos foi o pioneiro a reconhecer o espaço, enquanto conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, pois o homem e o espaço possuem relações intrínsecas que os tornam complemento para a fabricação dos meios de produção. Neste contexto, a dimensão espacial se conforma como o fator básico de representações das atividades humanas sobre a superfície terrestre, que ao longo do tempo vem sendo estudadas para atender as diversas formas de ordenamento do meio natural com base no trabalho humano.

Dessa forma, Moraes e Costa (1987, p.74) ao ressaltarem que Marx define trabalho como “um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”, manifestaram que o homem distinguiu-se como ser social, na medida em que realiza trabalho e concretiza no espaço o modo de agir sobre a natureza.

Harvey (1969 apud CASTRO, 2000, p. 21) expõe também que o espaço “é um conjunto de relações realizadas pelos homens as quais se constituem em testemunho de um passado escrito nas formas de promover a ordenação dos territórios”.

Destarte, Castro (2000) argumenta que as diferenças práticas humanas estabelecem distintos conceitos de espaço, que sob certas circunstâncias são empregados como integrantes de uma dimensão que está inserida em múltiplos espaços, os quais podem ser definidos como terrestre, sideral, etc.

Este panorama explicita, de acordo com Santos (2002, p.151), que “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou o social, que contém e é contido por todos esses múltiplos espaços”. Diante disso, considera-se o espaço dinâmico por relacionar-se a valores culturais diferentes, relativos a dados e períodos históricos vivenciados pela humanidade.

Em função desta configuração, faz-se mister analisar a lógica de organização do espaço centrada em quatro categorias, as quais são: forma, função, estrutura e processo. Para Santos (2002), a forma corresponde aos aspectos visíveis das coisas; a função refere-se à atividade desempenhada pela forma, pessoa ou instituição; a estrutura consiste no modo de organização da construção, ou seja, é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas; e, o processo compreende o tempo que cada representante da sociedade utiliza durante o uso do espaço geográfico.

Neste sentido, reconhece-se que o espaço geográfico é o palco de todas as manifestações sociais do planeta. Portanto, segundo Moore (1963), o espaço é uma condição de comportamento, que varia em conformidade com a oscilação da conquista material do homem em cada momento histórico. Por conseguinte, o espaço é extremamente dinâmico e se modifica com as mudanças de valores que as sociedades adquirem quando passam a empregar novas técnicas que atendem a valores sociais de cada época. Logo, o espaço se constitui na síntese das representações sociais que congelam na superfície terrestre o passado de povos distintos, sendo então reflexo da sociedade, isto é, uma tela de fundo onde todos os fatos sociais se inscrevem na medida em que os mesmos vão acontecendo.

Para Corrêa (2000), as correntes da geografia tradicional, como positivismo, determinismo, possibilismo, torética-quantitativa e o pensamento crítico assentam-se em concepções variadas de espaço. Ratzel e Hartshorne foram os principais teóricos das duas primeiras subcorrentes da geografia tradicional e compreenderam o espaço de modo implícito, ao considerá-lo como essencial para o desenvolvimento de uma sociedade, pois somente a partir da dominação e do estabelecimento de uma porção da superfície, a comunidade produzirá tecnologias que redundará na vital exploração de recursos naturais, daí o surgimento da expressão “espaço vital”.

Ademais, Hartshorne (1939 apud CORRÊA, 2000) salienta que a categoria espaço deve ser analisada em consonância com a interação e integração dos fenômenos que ocorrem em um delimitado espaço de forma independente.

Deste modo, Araújo (2006a, p.22) destaca a relação dialética entre espaço e sociedade, uma vez que “a sociedade cria-se, criando seu espaço”, o que evidencia a forma indissociável de vivência do homem no espaço, na medida em que a construção do espaço acompanha a

trajetória da evolução técnica humana e a transformação dos espaços construídos. Tal conformação ocorre porque o espaço geográfico é também o espaço social.

Já Santos (1988, p.71) internaliza o espaço como “um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre os objetos”, ou seja, não entre a especificidade, mas para a qual os mesmos servem de intermediários. Assim, os objetos concretizam uma série de relações, as quais fazem do espaço o resultado da ação humana sobre o próprio espaço, intermediada pelos objetos naturais e sociais. Contudo, essa configuração é passível de mudança ao longo do processo histórico, haja vista que o espaço geográfico é, sobretudo, um espaço social que reflete as necessidades da sociedade em variados momentos.

Destarte, Kosik (1967, p.60) enfatiza que,

[...] o homem, no ato de conhecer, não se relaciona com a natureza em si mesma, mas apenas com certos horizontes e imagens que são historicamente mutáveis e que são capazes de captar a realidade em sua estrutura fundamental.

Já Hegel (1966 apud SANTOS, 2002, p.157) considera que a criação do homem social dá-se em função da modificação de suas relações com a natureza, demonstrando significativamente que a natureza existe por ela mesma, como um objeto “o sol, a lua, as montanhas, os rios e os objetos naturais de todo os tipos que nos rodeiam existem” e são elementos centrais para a constituição do espaço geográfico, significando que o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, mas uma realidade relacional de coisas e relações. Portanto, a sociedade se constitui em fator fundamental de transformação do espaço, dispondo-se como o elo entre meio natural e o transformado. Nesse sentido, a sociedade enquanto totalidade é um conjunto de possibilidade, a qual dá existência ao conteúdo que nada mais é que a essência de uma sociedade em andamento, evolução e movimento.

Por conseguinte, para Santos (1988, p. 27), o conteúdo corporificado no espaço transformado introduz as formas geográficas escritas pela sociedade, manifestando que a sociedade seria o ser e o espaço, a existência,

O ser é metamorfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma forma-conteúdo, um indivíduo separado capaz de influenciar a mudança social. É um momento permanente, e por esse processo infinito a sociedade e o espaço evoluem contraditoriamente.

Assim, o conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço, deste modo o ser humano não é visto mais como um ser isolado, mas como um ser social por excelência, onde o homem vai construindo novas maneiras de fazer coisas, novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos naturais e sociais, nos quais os elementos da natureza estejam presentes e associados aos elementos socialmente produzidos. Dessa forma, Oliveira (2000) assevera que a descoberta e o profundo conhecimento tecnológico conduzem o homem a pensar que a vida é um jogo de competição que envolve toda a sociedade na constituição de novos espaços geográficos.

Para Gomes (1991, p. 20), só há espaço geográfico produzido por “meio do trabalho socialmente necessário que o homem desempenha no seu labor cotidiano dentro do modo de produção em que está inserido e submetido”. Portanto, a constituição da segunda natureza sobre a primeira natureza é a maior expressão da dialeticidade da ação humana na superfície terrestre.

No entanto, a luta de classe precisa se concentrar no ponto vulnerável, no espaço geográfico, na estrutura territorial de exploração e dominação, e na reprodução espacialmente controlada do sistema como um todo. Por conseguinte, o espaço se caracterizará como multifuncional, por se derivar das distintas concepções subjacentes às sociedades que nos diversos processos de práticas organizaram a reprodução social.

Desta maneira, este modo de criação do espaço produzido socialmente integra a dinamicidade que explica a produção capitalista considerada o motor principal e permanente do processo de (re) organização do espaço. Por este motivo, o espaço consiste na matéria trabalhada por excelência que ao longo de um dado tempo histórico origina outros espaços com outras funções e em muitos casos até outras feições que Santos (2002) denominou de “rugosidades”.

Logo, a utilização de novos meios de produção são fatores primordiais para o surgimento de tais rugosidades, que durante o período de predominância do modo de produção são capazes de fazer desaparecer ou surgir lugares dinâmicos que estejam em total harmonia com o modo de produção vigente. Nessa perspectiva, a ocupação agrícola recente dos municípios que estão sob o domínio morfoclimático do cerrado piauiense, conduz à

comparação desses espaços com outros momentos da história do Estado, completamente esquecidos, porém somente nos últimos anos do século XX passaram a fazer parte da articulação comercial de grandes produtores de grãos oriundos do Centro-Sul do país.

Nesta lógica, a organização do espaço geográfico passa a ser dividido e a obedecer a critérios funcionais traduzidos nas paisagens que caracterizam os ritmos de desenvolvimento da atividade nele produzido. Entretanto, o meio geográfico humanamente produzido cria nas sociedades a noção de território por refletir a lógica de dominação a partir da reprodução do sistema econômico ora em vigor.

2.2 Território como fator de representação social

Território é um dos temas mais complexos na análise dos conceitos-chave da geografia. Ademais, por ser construído e desconstruído nas diferentes escalas temporais, os territórios podem ter o caráter permanente, mas também podem ter existência periódica ou cíclica, transformando-se assim em elemento da natureza espacial criado pela sociedade cujo objetivo é lutar para conquistá-lo ou protegê-lo.

Destarte, Araújo (2006a) assevera que a construção do espaço integra a evolução técnica da humanidade, porém na globalização em vigência, o espaço geográfico passou a internalizar um novo significado, no qual a divisão do mundo em diversas áreas de mercado configura espaços territorialmente demarcados segundo a necessidade de cada grupo social.

Por conseguinte, reconhecem-se, de acordo com Humboldt (1852), Ritter (1974) e Ratzel (1914), que a constituição e a ampliação do espaço vital são mecanismos essenciais para o nascimento do Estado enquanto área política que se caracteriza como território, pois ao se conformar em local, determina poder entre grupos de populações que possuem interesses diferentes.

Para Gottmann (1973 apud SAQUET, 2006), o território consiste no compartimento do espaço, fruto da diversificação de valores e organização, cujas funções principais servem de abrigo, *locus* de segurança e de trampolim para o surgimento de oportunidades que gerem riquezas.

Desta forma, a questão territorial passa a representar diante da sociedade, o espaço que se manifesta a partir das identidades criadas pelo grupo social que o habita. Assim, para Sposito (2004), o território juridicamente se refere à base geográfica de um Estado sobre o qual se exerce soberania.

No entanto, ao longo da história da humanidade os povos nômades não tiveram as mesmas identidades pelo território, pois não tinham uma relação mais direta, de identidade, com a terra.

Neste sentido, a conotação política do território relaciona-se ao espaço do indivíduo, de deslocamento sem limites e de apreensão da realidade pelos integrantes. Por isso, Santos, Sousa e Silveira (2002, p. 16) inferem que os territórios são “sinônimos de espaço humano, espaço habitado”, ao enfatizarem um novo modelo de construção e funcionamento do território, que convencionaram chamar de horizontalidades e verticalidades sendo que,

As horizontalidades serão os domínios das contiguidades, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

Hodiernamente, tais visões de horizontalidade e verticalidade despertam para a discussão sobre a formação de redes e fim das fronteiras entre diversos locais que se integram no mundo globalizado, expressando o múltiplo processo multidimensional, inerente à atividade em sociedade.

Essa abordagem explicita três características de territórios, os quais, de acordo com Santos (2002), são denominados de território de acontecer homólogo, de acontecer complementar e como condição do acontecer hierárquico. O primeiro considera que as produções urbanas e rurais se modernizam em função de informação especializada, o que conduz os comportamentos da sociedade a racionalidade presidida por informações que criem similitudes de atividades e que atendem aos contornos da área definida. O segundo concebe as relações entre campo e cidade e entre as próprias cidades como geradoras da produção moderna e para o intercâmbio destas. E, o terceiro resulta da racionalização das atividades embasada na concentração da organização produtiva, alicerçada na vida humana e no espaço.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2006) entende que o território vincula-se à geografia política ou a geopolítica, isto é, contempla as dimensões política e afetiva ou ambas, revelando-se como palco de relações de poder e dominação, ou seja, de territorialidade, no sentido de um processo multidimensional inerente à vida em sociedade, haja vista que a vivência humana requer constantes relações, redundando na construção de espaço que possui poder.

Portanto, Sposito (2004, p.113) analisa território a partir das “diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza”, na medida em que se constitui em *locus* provedor de recursos naturais necessários para a realização de distintas atividades produtivas, como indústria, mineração e agricultura, as quais estabelecem a diferença deste espaço sobre os restantes.

Ademais, destaca-se, consoante com Haesbaert (2002), que a concepção naturalista de território envolve o sentimento e a sensibilidade humana, moldados pela própria natureza ou pela natureza cultural criada neste local. E, em contraposição, a visão etnocêntrica ignora a noção da relação homem-natureza ao considerar o território como constituição puramente humana e social, possibilitando o controle, domínio e apropriação.

Assim, a dominação do espaço por certa classe ou grupo social proporciona, como consequência, o fortalecimento das desigualdades sociais, derivado da construção de identidade cultural distinta, o que significa que o território é produto de relações de forças desiguais, sobretudo, no atual estágio do capitalismo mundial cujo desdobramento é a incidência do processo de desterritorialização, que segundo Haesbaert (2006), em função da globalização vigente, consiste na eliminação de todo e qualquer tipo de fronteiras existentes no mundo, como econômica, política, social e cultural, as quais movimentam permanentemente os territórios, diminuindo as distâncias e aumentando consideravelmente a velocidade das informações.

Além disso, a predominância de informações e densidade técnica em determinado local torna o território apto a atrair atividades intensivas em capital, tecnologia e organização, gestando conseqüentemente grande dinamicidade que o conduzirá, em consonância com Santos e Silveira (2001), à condição de espaços luminosos, os quais são observados no município de Uruçuí derivado da implantação dos projetos produtores de grãos a partir da década de 1990.

Todavia, este contexto, ao mesmo tempo destrói identidades culturais, possibilitando o surgimento de outra forma de territorialização, reconhecida por Ortiz (1994 apud HAESBAERT, 2006) como desterritorialização que se caracteriza pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que estão articuladas entre si. Este panorama consiste na base da globalização em vigência, pois proporciona o aprofundamento da intensificação da territorialização, provocando assim, o aparecimento da multiterritorialidade, evidenciando que não se trata de uma transformação quantitativa, mas de alternativas territoriais que possuem maior facilidade de acesso bem como velocidade de mudança.

Souza (2000, p.81) corrobora com esta assertiva ao destacar que desterritorialização manifesta,

A perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem os territórios. Assim novas territorialidades ou re-territorialidades surgem como novos territórios, neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos.

Destarte, a produção de distintos territórios no cerrado piauiense, centrada na apropriação do espaço conforme a necessidade dos grupos migrantes traz em seu bojo comportamentos externos à comunidade da região, como também promove, por um lado, a integração e, por outro lado, a exclusão de grupos sociais locais. Deste modo, Haesbaert (2002, p. 121) explicita que,

Enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear, tanto uma segregação maior, quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor.

Nessa perspectiva, o referido autor salienta que esta condição de territorialidade fundamenta-se nas vertentes políticas, na qual o território compõe-se em um espaço com delimitações, porém ponderado; cultural, quando o território se constitui em representações simbólicas e culturais da sociedade; e, econômica, na medida em que passa a ser visto como o território fonte de recursos que incorpora a relação capital/trabalho e a consequente divisão social e territorial do trabalho.

Esta configuração deixa claro a substituição dos territórios ao longo do tempo, em função das identidades culturais serem suplantadas pelas novas técnicas e pelas redes globalizantes dos poderosos grupos econômicos que lideram o mercado mundial. Desta forma, o território ganha arranjos que impõem comportamentos diferentes, graças às enormes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro e dos homens. Este processo de desterritorialização, para Santos (2005), reflete a união vertical dos vetores de modernização entrópicos que proporcionam desordem para a sociedade local.

Tal cenário expressa, em consonância com Dias (2004, p. 68), que “estamos diante de uma busca voraz de mais uma fluidez, o que engendra a procura de técnicas cada vez mais eficazes”, as quais objetivam atender a demanda do mercado mundial que exige do país a possibilidade de aberturas cada vez mais abrangentes ao processo de fluidez.

Por conseguinte, para Santos e Silveira (2001), o local onde se presencia espaços abertos a criação de fluidez é seletivo e não-igualitário, aumentando de modo significativo as desigualdades entre as regiões dos países em desenvolvimento, as quais resultam da incorporação progressiva de capital fixo e constante com o propósito de promover o processo que metamorfoseia o território brasileiro.

Ademais, Furquim Júnior (2004) reconhece a relevância da inovação tecnológica nesta nova organização espacial, pois a desterritorialização é um processo social composto por objetos e ações que manifestam a dialética entre a composição técnica e orgânica, as quais propiciam simultaneidade às mudanças exigidas pela globalização. Logo, o território revela-se como essencial para compatibilizar os movimentos globais, uma vez que a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o espaço social, tornam-se as referências mais marcantes do processo de des-re-territorialização capitalista.

Deste modo, Ferreira (2004, p. 241) destaca que “as mudanças as quais ocorrem no mundo moderno, fazem-se mais complexas as relações econômicas, políticas, sociais e espaciais de forma que revelam contradições, reais e concretas”. Tal contexto evidencia que os territórios são diferenciados pelo grau de atuação das referidas relações.

Na concepção de Haesbaert (2006), esta forma de desterritorialização também significa a diminuição ou o enfraquecimento das fronteiras a partir da mobilidade das

pessoas, bens materiais, capitais e/ou informações. Portanto, a lógica da organização territorial hodiernamente expressa a difusão da técnica, do meio científico e, especialmente, da velocidade das informações, que proporcionam ao território a dinamicidade das relações de trabalho na sociedade.

Nesse sentido, Dias (2004, p.67) corrobora que,

O debate sobre as relações entre a técnica e a sociedade, entre a técnica e o território não é novo. Este vem sendo marcado por diversos discursos [...] de causalidade linear entre o desenvolvimento técnico e as mudanças sociais e espaciais.

Para Santos e Silveira (2001), este processo de desenvolvimento técnico-científico-informacional provoca a reterritorialização do espaço onde são implementadas atividades econômicas por possibilitar maior mobilidade de pessoas, de produtos, de mercadorias e de dinheiro, o que redundava, conseqüentemente, na incidência de desigualdades territoriais.

Sendo assim, Santos *et al.* (2002) salientam que tais diferenciações de território são fundamentais para compreender a participação da sociedade no desenvolvimento de uma porção do território. Portanto, esta configuração reproduz a formação de espaços de rapidez e de lentidão.

Segundo Santos e Silveira (2001, p. 263), o espaço de rapidez espelha “onde a vida de relações é mais intensa pelas formas de organização das atividades econômicas e socioculturais, fazendo deste um espaço de circulação longínquas”. Destarte, admitem que os espaços de rapidez são os que dominam e os de lentidão são os que obedecem, deste modo, o espaço de lentidão possui formas de atividades econômicas que não atraem investimentos.

Contudo, esta mobilidade conduz a criação de vários espaços que estão susceptíveis às novas adequações da economia vigente, levando assim a conformar territórios que se integram ou não a exigência do mercado mundial. Por conseguinte, é neste contexto que se ressalta a instalação de empreendedores do Centro-Sul do país para a produção de grãos, em particular, soja, no cerrado do Piauí, particularmente, no município de Uruçuí.

Embasado nesta realidade, Santos e Silveira (2001) explicitam que estes espaços são chamados de luminosos, por acumularem técnicas e informações com capacidade de atrair

empreendimentos econômicos intensivos em capital, tecnologia e organização. Logo, os espaços são integrados em uma lógica informacional que atende aos interesses de grandes empresas nacionais ou multinacionais, influenciando, desta maneira, os aspectos sócio-culturais da comunidade atuante nestes territórios.

Fundamentado neste cenário, analisa-se a questão ambiental sob o âmbito da desterritorialização, como um elo entre o trabalho humano e a intervenção na natureza, ou seja, como enfatiza Haesbaert (2002, p. 76), na perspectiva de reconhecer que o “Estado em seu papel de gestor-redistribuidor e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os ambientes capazes de conhecer e tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões” configurou-se como os arranjos fundamentais para que a relação trabalho e natureza sejam economicamente viável, socialmente desejável e ecologicamente sustentável.

Desta forma, a apreciação sobre o espaço geográfico e o território socialmente construído constitui-se em elementos básicos para a obtenção de novas formas de organização da sociedade, na medida em que as formas territoriais consistem no conjunto de espaços inseridos num sistema natural, herdado por uma determinada sociedade. Dessa maneira, faz-se necessário e premente estudar historicamente o processo de formação e organização dos espaços da agricultura brasileira, nordestina e piauiense, que são o objeto de investigação desta dissertação.

3 INTERDEPENDÊNCIA CAMPO/CIDADE E AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS

O progressivo processo de urbanização no mundo e no Brasil provocou a reorganização dos espaços que compreende as zonas rural e urbana de forma intensa. Todavia, conforme Prado Júnior (2006b), durante séculos o Brasil foi considerado um país essencialmente rural, em função de a base econômica centrar-se na agricultura. No entanto, os distintos ciclos econômicos proporcionaram o surgimento dos primeiros núcleos urbanos, os quais foram aceleradamente aumentando, sobretudo no século XX, quando a industrialização passou a comandar a lógica econômica do país sem, contudo, deixar de ser agrícola, mas adequando o sistema produtivo às novas exigências do setor industrial em ascensão.

Logo, para analisar a relação entre os espaços rural e urbano, este capítulo compõe-se de três itens. O primeiro versou sobre a concepção do rural tradicional e o “novo” rural no Brasil. O segundo analisou as formas de organização espacial do campo e da cidade no contexto da sociedade atual. E o terceiro item tratou da estrutura espacial, social e econômica que criaram as condições para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável local.

3.1 O rural tradicional e o “novo” rural

Em consonância com Reis (2006, p. 3), o advento da indústria a partir de meados do século XVIII, contribuiu para o surgimento de profundas alterações na distribuição espacial da população mundial, as quais redundaram em diversas configurações espaciais da sociedade planetária que consumaram a separação entre as áreas rurais e urbanas, haja vista que a disseminação do capitalismo originou,

[...] um conflito entre duas realidades distintas: o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica e, o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida. A dicotomia entre o rural e o urbano procurava representar, portanto as classes sociais

que contribuíram para o aparecimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunham [...]. A partir disso, o urbano passa a ser associado ao novo, ao progresso capitalista das fábricas e, o rural, ao velho, ou seja, à velha ordem social vigente.

Nesse sentido, para Marques (2002), o final do século XIX até meados do século XX, caracterizou-se pelo avanço do processo de urbanização aliado à industrialização da agricultura, conformando-se, assim, como o *continuum* rural-urbano.

Este contexto, de acordo com Campanhola e Graziano da Silva (2000), explicitou a recorrente derrocada de velhos mitos relativos às áreas rurais brasileiras, como a oposição entre o espaço rural e urbano, que devido aquele apresentar baixa densidade populacional era associado ao atraso, enquanto o último correspondia ao moderno. Todavia, ao longo do tempo, simultaneamente ao desaparecimento dos caracteres que expressavam o atraso do meio rural, foi surgindo um “novo” rural embasado no *agribusiness* caracterizado por grandes propriedades mecanizadas cuja produção destina-se ao mercado externo. O segundo assentou-se na crença de que o espaço rural era completamente dedicado às atividades agropecuárias. Contudo, desde o final do século XX, presenciou-se crescentemente o número de trabalhadores rurais ocupados em atividades não-agrícolas, o que possibilitou a disseminação das Ocupações Não-Agrícolas (ORNA's) pelo país.

O terceiro mito consistiu em acreditar que o êxodo rural era inevitável. No entanto, para Graziano da Silva (1998), estava ocorrendo no Brasil uma volta aos campos, que não se confundia com um retorno às atividades agrícolas, mas como áreas que representavam locais de descanso para os finais de semana ou férias. Já o quarto entendia que o desenvolvimento agrícola conduzia necessariamente ao desenvolvimento rural. Porém, este panorama não se consubstanciou em norma, na medida em que os direitos sociais dos trabalhadores da cidade até aquele momento ainda não foram estendidos aos do campo. E, o último mito supunha que a gestão das pequenas e médias propriedades rurais era essencialmente familiar. Mas, o que se verificava no Brasil era a individualização da gestão das propriedades, uma vez que diversos membros das famílias procuravam formas alternativas de inserção produtiva externas às propriedades.

Desta maneira, consoante Marques (2002, p.96), “o espaço rural tem passado recentemente por um conjunto de mudanças com significativo impacto sobre suas funções e

conteúdo social”. Assim, este cenário, ao mesmo tempo em que o revelou como um espaço de expressiva importância para a sociedade brasileira e mundial, expôs a premência de estabelecimento de novas estratégias de desenvolvimento rural, embasada em políticas de valorização do campo, a qual influencia diretamente na expansão e consolidação do agronegócio no país.

Para Graziano da Silva (1998), esta nova configuração de ocupação do espaço rural constituiu-se dos Complexos Agroindustriais (CAI's), a partir da segunda metade da década de 1970, caracterizada pela implementação da indústria para a agropecuária e pela agroindústria processadora.

Portanto, os CAI's passaram a consistir no principal vetor da modernização da agropecuária, os quais representaram a lógica da divisão social do trabalho entre o campo e a cidade, que a partir dos anos de 1990 são gradativamente aproximados.

3.2 Campo e cidade

O debate nos âmbitos social e ambiental sobre as relações entre o campo e a cidade são recorrentes em função da proximidade das atividades implementadas nos dois espaços gerarem profunda interdependência. Todavia, não obstante esta conformação, de acordo com Lefebvre (1969 apud ENDLICH, 2006), desde os primórdios da civilização cidade e campo eram separados, manifestando assim, a primeira e fundamental forma de divisão do trabalho. E, com o passar do tempo, as mudanças políticas, econômicas e sociais ocasionaram o aprofundamento da diferenciação socioespacial do trabalho, originando a contraposição entre o rural e o urbano.

Nessa perspectiva, historicamente presenciou-se no espaço urbano um perfil dinâmico e acelerado alicerçado no crescimento dos setores secundário e terciário, e no espaço rural, um perfil de baixa produtividade embasado no setor primário. Destarte, para Bernardelli (2006), entender os espaços rural e urbano implica em compreender a contradição própria da sociedade capitalista.

Contudo, segundo Marques (2002), esta contradição está diminuindo, sobretudo a partir de meados do século XX, em virtude da reestruturação capitalista decorrente das inovações tecnológicas provocarem a desconcentração espacial das atividades econômicas, especialmente, as produtivas, as quais estão viabilizando novos cenários de crescimento econômico em áreas não densamente povoadas derivado do aumento considerável do desenvolvimento das pluriatividades.

Salienta-se, em consonância com Fuller (1990), que pluriatividade consiste em uma unidade produtiva multidimensional em que se empreendem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora do estabelecimento, formando o *modus operandi* do processo de globalização em curso no mundo impelir mudanças nas relações de trabalho no meio rural.

Desta forma, Reis (2006, p.2) destaca que,

[...] a expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma sócio-espacial [...] diante disso, a realidade sócio-espacial torna-se cada vez mais complexa. Os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente.

Nesse sentido, Marques (2002) ressalta a necessidade de se contrapor à concepção de que o espaço rural é sinônimo de atraso, haja vista o reconhecimento de que este espaço pode apresentar dinamismo econômico.

Assim, Krahl e Campos (2006) evidenciaram a emergência de uma nova leitura acerca dos espaços rural e urbano, *vis-à-vis* as dimensões econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais, as quais incitaram distintos significados, dinâmicas e recortes territoriais.

Tais compreensões, consoante Calado e Santos (2003), incentivaram grandes transformações socioespaciais em diversas cidades do mundo nas últimas décadas, as quais ocasionaram o surgimento do processo de conurbação, que implica na fusão entre duas ou mais cidades vizinhas, em áreas de aglomerações metropolitanas e não-metropolitanas, concentrando parcela expressiva da população.

Já para Rocha e Pizzolatti (2005, p. 48), as articulações dos espaços rural e urbano proporcionaram,

[...] significativas transformações no campo. As concentrações urbanas que se estenderam sobre as áreas rurais e as absorveram, acabaram por apresentar a construção de uma nova paisagem, representada pelas dinâmicas e vivências da população residente. Contudo, estudos acerca das questões urbanas, das quais têm alardeado a respeito da funcionalidade e independência da cidade sobre o campo, mostram-se pouco abrangentes quando desconsideram o espaço urbano como um mosaico de subespaços articulados, compostos por grupos sociais e modos de vida distintos.

Para Santos (1993), esta dinâmica redundou na urbanização generalizada a partir de meados do século XX, decorrente do crescimento demográfico, da terceirização e do deslocamento das residências dos trabalhadores agrícolas para áreas urbanizadas, revelando a intensa dependência entre os espaços rurais e urbanos.

Além do mais, Santos e Silveira (2001, p. 279) salientam que,

Neste fim do século XX, as fronteiras econômicas se ampliam, mais áreas são ocupadas e pode-se mesmo dizer [...] que o território brasileiro está inteiramente apropriado. [...] a natureza recuou consideravelmente, enquanto todas as formas de densidade humana ficam mais presentes. Ainda que desigual, há uma porção considerável do território, maior densidade técnica, acompanhada de maior densidade informacional.

Logo, em consonância com Rocha e Pizzolatti (2005), em função do avanço da urbanização sobre o território, a relação cidade-campo tem se constituído frequentemente de subespaços rurais no espaço urbano e vice-versa. Tal conformação foi resultante da mobilidade populacional, na medida em que ao longo do tempo as cidades tornaram-se hospedeiras de grande contingente de migrantes da zona rural que reproduziram em bairros da periferia o modo de vida do campo.

Ao mesmo tempo, a urbanização e a crescente industrialização, de acordo com William Silva (2006, p. 65), exigiram a incorporação do espaço rural haja vista que,

Com as transformações ocorridas no Brasil posterior às políticas implementadas por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, acontece uma nítida transição nos cenários políticos e econômicos, passando de um país agrário-exportador para um país urbano-industrial. Dessa feita, a produção do espaço no Brasil passa a ser orientada por novas relações sociais, de modo que surgem necessidades de outras configurações espaciais para a reprodução de diversas lógicas que estavam sendo introduzidas e num movimento dialético, também, as novas configurações espaciais passam a difundir as lógicas dominantes e a modificar as estruturas sociais.

Este contexto, segundo Rocha e Pizzolatti (2005, p.47), manifesta a presença do processo do *continuum* entre o campo e a cidade uma vez que,

À medida que a promoção do espaço urbano repercutia em transformações técnicas e sociais no campo, através da revolução tecnológica das práticas agrícolas e da industrialização do território, a relação entre estes espaços – o rural e o urbano – apresentam simultaneamente particularidades em suas funcionalidades.

Neste sentido, para Sobarzo (2006), a introdução de tecnologias modernas no espaço rural deu-se em virtude da inovação do sistema produtivo, que anteriormente era exclusividade do espaço urbano.

Nessa perspectiva, Ferreira (2002, p. 290) explicita que “a expansão do espaço agrário relacionada à modernização da agricultura, indicando aquelas áreas em que as modificações foram mais significativas trazem certa preocupação com as consequências espaciais do processo de modernização”, por reorientar o espaço em conformidade com as aspirações do grande produtor rural. Logo, as relações de trabalho, próprias da cidade, vão sendo introduzidas nos espaços rurais, revelando a interdependência entre ambos.

Para Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 12-13), tais relações ficaram mais evidentes nos espaços rurais e urbanos devido,

[...] a crise de empregos, nas áreas urbanas, que vem se acentuando desde os anos de 1980, acarretou numa maior procura pelo meio rural, não somente para moradia, mas também para desempenhar atividades, tais como prestação de serviços domésticos, para autoconsumo ou trabalho por conta-própria, empregos em agroindústria, serviços públicos, professor de primeiro grau, mão-de-obra temporária na agricultura, pedreiros, balconistas/atendentes, motoristas, ajudantes, vendedores ambulantes, etc.

Ademais, para Kageyama (2002, p. 1), o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola, mas em função do progressivo crescimento das pluriatividades da população rural e do incremento da procura por diferentes tipos de lazer e moradia pelos habitantes do meio urbano, os quais têm transformado o espaço rural em lugar de vida e não apenas em local de produção, como presenciado historicamente, haja vista que,

Na maioria dos países desenvolvidos e em alguns Estados do Brasil, há uma tendência de crescimento da importância da pluriatividade para as famílias e as regiões antes centradas na agricultura, ao lado de uma redução dos territórios antes classificados como eminentemente ou exclusivamente rurais.

Assim, Rocha e Pizzolatti (2005, p. 50) salientam que,

Cada vez mais se tem a ampliação do tecido urbano. Este se apropria do campo, transformando-o em território urbano, podendo então a partir daí, tirar mais uma fonte de renda. Atualmente, os elementos – luz elétrica, fogão a gás, televisão, telefone [...] já não mais dizem respeito apenas à cidade. A vida urbana chega ao campo, fazendo-o integrante do paraíso de consumo.

Por conseguinte, o processo de urbanização se caracterizou pelas termologias campo x cidade ou rural x urbano, pois na medida em que a cidade é construída e reconstruída constantemente, tal movimento refletiu-se no espaço rural. Destarte, Blume (2004) enfatiza que a industrialização avançou no sentido das localidades rurais e a homogeneidade, que era prevalecente nas bases ocupacionais da população rural, já não se apresenta predominantemente demarcada como anteriormente, uma vez que a introdução de

tecnologias modernas como a comunicação, informática e a biotecnologia estão cada vez mais diminuindo as fronteiras entre os espaços rurais e urbanos.

Para William Silva (2006), o espaço rural hodiernamente passou a se conformar como continuação do espaço urbano, sendo denominado de urbanização do campo por internalizar o modo de viver urbano, sem dedicar-se predominantemente às tarefas relacionadas à agricultura, estruturando assim reflexos dialeticamente construídos.

Desta maneira, consoante Balsadi (2005), o comportamento e quantidade das ocupações na agricultura brasileira modificaram e reduziram consideravelmente, sobretudo, nas regiões Sudeste e Nordeste, em decorrência da crescente utilização de maquinário no meio rural possibilitar o surgimento de novas atividades não ligadas ao setor agrícola próximo as áreas de produção.

Além do mais, conforme Campanhola e Graziano da Silva (2000), as atividades empregatícias diversificaram-se cotidianamente, inicialmente derivadas da crise de empregos nas zonas urbanas, em função do crescente êxodo rural potencializar mão-de-obra disponível para atividades no setor terciário, que a partir dos anos de 1980 apresentou hipertrofia de profissionais. Tal panorama incitou os trabalhadores urbanos a dirigirem-se para o meio rural para ocuparem-se em prestações de serviços, as quais anteriormente eram atividades próprias das cidades, como pedreiros, balconistas, atendentes, motoristas, ajudantes, etc.

Segundo Graziano da Silva (1999), a materialidade das pluriatividades beneficiou ambas as populações da cidade e do campo, em virtude das novas atividades representarem fontes alternativas de renda, especialmente, para as famílias rurais que não têm condições de sobreviver exclusivamente da agricultura.

No entanto, para Basaldi (2001), este contexto é conhecido como *commuting* que, em geral, significa ir e vir da residência para o local de trabalho, porém neste caso particular o processo centra-se em que o emprego encontra-se no espaço rural, gerando como consequência a forte dependência das áreas rurais dos centros urbanos.

Nesse sentido, Oliveira (1994) ressalta que a industrialização das atividades agrícolas no campo desenvolveu-se dependente dos trabalhadores das cidades, haja vista que a monopolização do capital em uma determinada porção do território, cria, recria e redefine relações de produção.

Portanto, o grande desafio para os espaços rurais e urbanos alicerça-se em valorizar ambos os espaços. Para tanto, deve-se por um lado impedir que o avanço da zona urbana possa colocar em risco a existência do meio rural e, por outro lado, firmar este espaço como gerador de emprego com vistas a criar condições de vivência sustentável para os trabalhadores do campo e da cidade.

3.3 Espaço rural e o desenvolvimento sustentável

A consolidação da industrialização brasileira nos anos de 1950 requereu novas formas de organização do espaço rural, a qual foi implementada através da introdução de tecnologias e insumos modernos no processo produtivo conhecida por Revolução Verde conduzida pelos Estados Unidos da América e a Organização das Nações Unidas (ONU), através da qual dinamizou a estrutura agrícola de vários países. Este novo padrão de produção aprofundou a histórica estrutura agrária, em virtude da agropecuária ter sido embasada na monocultura e na grande propriedade.

Esta configuração, consoante com Veiga (2004, p.58), expressou a lógica do capitalismo globalizado, na medida em que os desafios da ruralidade relacionaram-se com o desenvolvimento técnico-científico-informacional que transformaram o espaço rural em complemento do espaço urbano. Logo, o espaço rural,

Não desapareceu, nem renasceu, fazendo assim que as duas hipóteses fossem ao mesmo tempo parcialmente verificadas e refutadas, o que leva à formulação de uma terceira: o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo.

Nessa perspectiva, a inserção produtiva do espaço rural tornou-se uma realidade, manifestada pelo casamento entre o campo e a cidade, ou seja, pela interdependência entre ambos.

Tal panorama, para Wanderley (2003, p. 33), exprime os espaços rural e urbano como *continuum*, em função da progressiva inter-relação que aproxima os dois pólos considerados aparentemente como extremos na medida em que ressalta,

[...] as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações campo e cidade não destroem as particularidades dos dois pólos [...] se desenha no intenso processo de mudança ocorrido nas relações sociais.

Já para Siqueira e Osório (2001), o *continuum* consiste em um processo inicialmente segregado que vai se convergindo, pois,

Metaforicamente é como se um plano fosse dividido ao meio e suas metades recebessem respectivamente as cores preto e branco. É a primeira etapa da diferenciação, em que a atenção se foca no contraste, e não no relacionamento profundo que existe, não pelas cores, mas pelo fato de serem metades partes de um mesmo plano. Gradualmente, a fronteira antes nítida entra as cores começa a se transformar. O preto entra no branco e o contrário, gradualmente, as tintas se misturam e por fim temos o plano preenchido não mais por duas metades, mas por um gradiente que vai do branco em um extremo do plano ao preto em outro, passando por ínfimos tons de cinza. É a segunda etapa da diferenciação, quando as definições precisas são implodidas e ressurgem gloriosamente a relação profunda e a unidade existente entre o preto e o branco, componentes do mesmo plano, da mesma realidade.

Sendo assim, em consonância com Basaldi (2001), o espaço rural não deixou de ser sinônimo de campo, mas passou a ser um complemento da cidade e vice-versa, pois a introdução de atividades tipicamente urbanas contribuiu para o fortalecimento desta inter-relação. Por conseguinte, a crescente urbanização do meio rural proporcionou a construção de infra-estruturas semelhantes às existentes somente no espaço urbano, como o comércio.

Contudo, não obstante a relevância dessa nova configuração, alicerçada na intensificação das pluriatividades nos espaços que compreendem a zona rural constatou-se que as tecnologias reduziram o emprego de mão-de-obra no campo, ao transformar o trabalhador em mero apêndice da máquina.

Por conseguinte, de acordo com Del Grossi e Graziano da Silva (2002), esta conformação econômica caracterizada pela diversidade produtiva é denominada de “novo rural” e relaciona-se a três grandes grupos de atividades: agropecuária moderna, baseada nas *commodities*; atividades não-agrícolas, como moradia, lazer e, sobretudo, prestação de serviços; e, um conjunto de “novas” atividades agropecuárias localizadas em nichos (*habitats*) de mercado diversificado. No entanto, enfatiza-se que este cenário apresentou dinâmicas diferenciadas nas regiões brasileiras.

Desta forma, salienta-se que o “novo rural” constitui-se em importante alternativa de emprego para os trabalhadores da cidade e do campo que se adaptam as diversas lógicas de organização do mercado capitalista relativo à agropecuária. Nessa perspectiva, para Rua (2006, p. 86), o espaço rural passou a manifestar a situação na qual,

Desaparece o tradicional corte rural/urbano; a pluriatividade, que mescla atividades não-agrícolas e agrícolas no espaço rural; a diminuição do tempo necessário para o trabalho agrícola (mecanização), que podem levar o agricultor à dedicação parcial à agricultura, podendo incorporar outras fontes de renda ao orçamento familiar [...] novas atividades surgem no campo, antes exclusivas da cidade, a localização de fábricas no campo e difusão de trabalho industrial no campo. Procura-se cada vez mais trabalhar fora da unidade produtiva, quando membros da família dedicam-se à prestação de serviços (tratoristas, frentista, comerciário, veterinário, piloto agrícola, etc.), marcando desta maneira a nova relação dos trabalhadores rurais com a terra.

Destarte, consoante Basaldi (2001), a instalação de diversas atividades no espaço rural que proporcionaram a sustentabilidade dos trabalhadores, decorreu da incorporação de nove dinâmicas que mutuamente tiveram a função de impulsionar o fortalecimento das Ocupações Não-Agrícolas (ORNA).

A primeira refere-se às atividades econômicas vinculadas à agricultura como fornecedora de trabalho para a população, como o processamento e a comercialização, os quais representam os ciclos produtivos e de venda. A segunda assim como a primeira se complementam, em virtude da geração de ocupações derivadas do consumo da população

rural ao incrementar a demanda de bens e serviços não-agropecuários como transportes, comércio, etc.

A terceira diz respeito à mão-de-obra excedente que não abandona a zona rural e por isso busca emprego não-agropecuário no campo ou na cidade. A quarta reporta-se ao aumento dos bens e serviços não relacionados diretamente a produção agrícola, como artesanato, lazer e turismo rural, as quais são majoritariamente implementadas por residentes dos centros urbanos. A quinta destaca a importância da expansão dos serviços públicos para as áreas rurais como, educação, saúde, administrativo, etc.

A sexta dinâmica ressalta o crescimento da demanda por terras para uso não-agrícola pelas agroindústrias e empresas prestadoras de serviços, as quais encontram, no espaço rural, alternativas de locação para fugir das externalidades negativas dos centros urbanos. A sétima direciona-se para a população urbana de baixo poder aquisitivo, pois trata de obter posse de terrenos para a construção de moradias por meio de autoconstrução em áreas rurais situadas nas proximidades da cidade, ou que podem ser beneficiadas por subsídios do governo que possibilitam a fixação em assentamentos que possuem infra-estrutura mínima, como água, luz elétrica e serviços de transportes.

A oitava refere-se à demanda da população urbana de elevado poder aquisitivo que se dirige para os espaços rurais à procura de lazer ou para construir segunda residência, gerando assim novos postos de trabalhos que atendam as necessidades dos serviços a elas relacionadas.

Já a nona dinâmica incorpora o papel das “novas atividades agropecuárias” cuja organização produtiva assenta-se em nichos (*habitats*) de mercados urbanos, os quais tomam decisões que são repassadas para filiais localizadas próximas às áreas de produção, dinamizando assim, o processo econômico no setor agrícola.

Por conseguinte, as políticas públicas adotadas para a integração dos espaços rural e urbano, centradas no crescimento da produtividade agrícola e na intensificação de atividades não-agrícolas, proporcionaram mudanças na zona rural ao disponibilizar aos trabalhadores melhorias nas condições de renda, emprego e qualidade de vida. No entanto, tais transformações não expressaram ainda profundas mudanças nas vidas das populações rural e urbana, na medida em que a “nova” organização produtiva reproduziu a histórica estrutura

alicerçada na grande propriedade e em produtos de particular interesse do mercado internacional. Ademais, salienta-se que tal estrutura de produção embasada, fundamentalmente, na interdependência entre os espaços rural e urbano, até o presente momento, além de não ter conseguido incluir o conjunto de excluídos, provocou graves danos ambientais.

4 OCUPAÇÃO E USO DOS CERRADOS BRASILEIRO, PIAUIENSE E URUÇUIENSE

As regiões que compreendem as formações de vegetações savânicas no mundo, apesar de não apresentarem elevada fertilidade, são áreas com forte poder de atração populacional, em função de estarem sendo transformadas em pastagens e em monoculturas (CONTI; FURLAN, 2003).

Conforme Faleiro *et al.* (2008), o Cerrado além de ser a segunda maior formação vegetal no Brasil, pois perde apenas para a Amazônia, é a savana tropical mais rica do mundo em biodiversidade. O Cerrado brasileiro localiza-se preponderantemente na porção central do país, mas aparece também em diversas partes do território, os quais foram ocupados economicamente a partir da década de 1970, com a produção agropecuária, incrementando significativamente a participação do agronegócio no PIB do Brasil.

Dessa forma, na perspectiva de analisar o processo de ocupação e uso dos Cerrados brasileiro, piauiense e uruçuiense, distribuiu-se este capítulo em cinco itens. O primeiro versou a respeito da ocupação e do uso do cerrado no Brasil, o segundo caracterizou os aspectos físicos do bioma Cerrado brasileiro. O terceiro analisou as especificidades de ocupação e uso do cerrado piauiense. O quarto abordou as características físicas do cerrado no Piauí. E o quinto assinalou o município de Uruçuí, explicitando os aspectos históricos, posição geográfica e área territorial.

4.1 Ocupação e uso do Cerrado brasileiro

A região que compreende o Brasil central iniciou a ocupação ainda no século XVIII, com a exploração de jazidas de ouro e pedras preciosas na atual região Sudeste e em áreas que correspondiam aos estados de Goiás e Mato Grosso, no Centro-Oeste. De acordo com Prado Júnior (2006b), em virtude das minas de ouro do Centro-Oeste já estarem exauridas no século XIX, a pecuária passou a conformar a nova lógica da organização econômica dos Estados da região.

Contudo, somente no século XX, a construção da capital do Brasil, Brasília, no centro do Cerrado, exigiu do governo federal a abertura de corredores rodoviários e o incentivo a

projetos produtivos com a finalidade de integrar economicamente o Centro-Oeste ao cenário nacional como uma das áreas mais promissoras.

Esta configuração aliada à modernização da agropecuária e embasada em aparatos legais como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado pela Lei 4.829, porém começou a vigorar em 1967, em consonância com Aguiar (2005, p. 66), constituiu-se no “principal mecanismo utilizado pelo Estado para incentivar a produção e modernização agropecuária no Brasil” e aos baixos preços das terras estimularam a ocupação e uso dos cerrados brasileiros.

Todavia, a efetiva ocupação produtiva da região apenas ocorreu a partir dos anos de 1970, com a implementação do Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) em 1975, que segundo Monteiro (2002, p. 98),

Beneficia, sobretudo, os produtores de médio e grande porte dos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Minas Gerais e Mato Grosso. O POLOCENTRO também transfere à EMBRAPA recursos para incremento de pesquisas com vistas ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas e comerciais para os cerrados, priorizando a produção de soja tropical.

Para Araújo e Araújo (2007), o POLOCENTRO destinou recursos para a infra-estrutura, por meio de concessão de linhas de créditos fundiários, de investimento e de custeio a taxas de juro inferior ao nível do mercado recorrente e sem correção monetária.

Ademais, Araújo (2006a) ressalta o estabelecimento em 1979, do Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que era um Programa administrativo de direito privado, coordenado por uma empresa binacional, porém de capital brasileiro a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO), e outra de capital internacional concedido pela Japan Internacional Corporation Agency (JICA). Este Programa, assim como o POLOCENTRO, tinham como meta incentivar a instalação de grandes unidades agrícolas de caráter empresarial e impulsionar a introdução de tecnologias modernas, com vistas a atender a oferta mundial de alimentos. Para tanto, atraiu agricultores com experiência em produção agrícola das regiões Sul e Sudeste para ocupar a nascente fronteira agrícola do Cerrado no Centro-Oeste, inicialmente com o reflorestamento de pinho (*Pinus* sp) e eucalipto (*Eucalyptus* spp) e, posteriormente, com as culturas da soja (*Glycine* Max (L.) Merr), algodão (*Gossypium* sp), café (*Coffea arábica* L.), milho (*Zea mays* L.), dentre outras.

Consoante Gonçalves (2008), o PRODECER dividiu-se em três fases distintas, o PRODECER I de 1979 a 1984, que se voltou somente para Minas Gerais, o PRODECER II de 1985 a 1993, que abrangeu os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia, e o PRODECER III de 1995 a 2001, que se expandiu até os estados de Tocantins e Maranhão.

Segundo Monteiro (2002, p.55), este Programa tem como função “conceder créditos supervisionados, por meio de empréstimos fundiários, de investimentos, de cobertura e despesas operacionais e de subsistência aos beneficiários”.

Nessa perspectiva, conforme Gonçalves (2008, p.44), o governo federal, com a finalidade de reduzir as grandes desigualdades regionais do país, instituiu na Constituição da República de 1988,

[...] o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), disposto no art. 159, inciso I, alínea c da CF/88, que trata de uma fonte permanente de recursos para financiamento da região Nordeste, proveniente de 3% da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cujos investimentos são administrados através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com o objetivo de aplicação de recursos, visando o desenvolvimento regional dos estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além de partes de Minas Gerais e Espírito Santo.

Tal contexto, em consonância com Alves (2005), expôs os cerrados nordestinos localizados nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, como importantes pólos de modernização da agricultura, por apresentarem condições favoráveis como o baixo valor das terras, mão-de-obra abundante e isenção de impostos.

Sendo assim, Haesbaert (1996) assevera que a ocupação e uso dos cerrados do Nordeste foram dinamizados de forma intensa na década de 1990, com a implantação de projetos produtores de grãos.

Dessa forma, ressalta-se que a exploração produtiva dos cerrados nordestinos, e em especial, do piauiense, alicerçado no cultivo de grãos, em particular, soja, direcionado para o mercado externo foi derivado da grande intervenção do Estado.

4.2 Aspectos físicos do cerrado brasileiro

Em conformidade com Bezerra e Veiga (2000), os Cerrados ocupam $\frac{1}{4}$ do território nacional, pouco mais de 200 milhões de hectares como mostra a Figura 2.

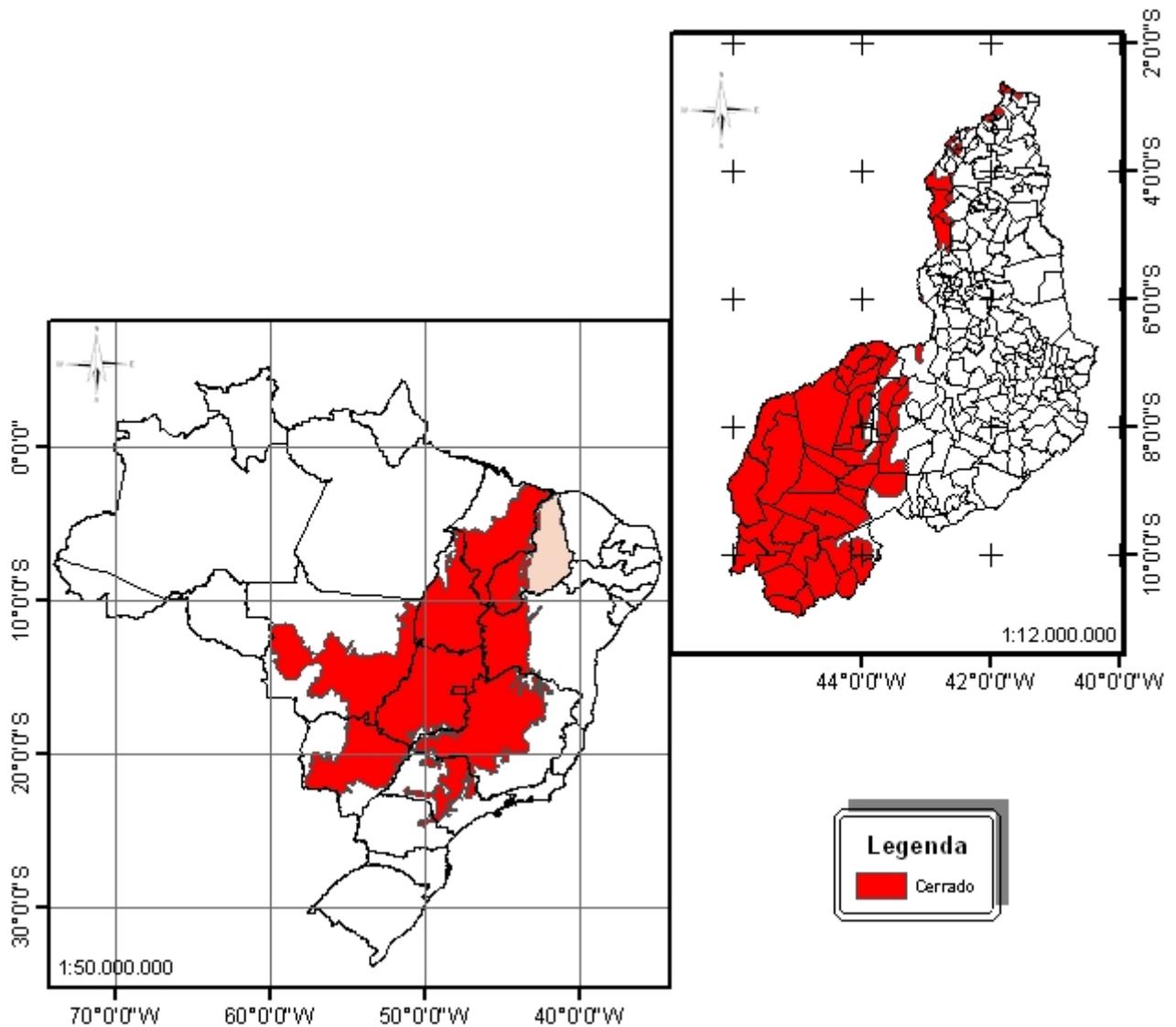


Figura 2: Localização dos Cerrados no Brasil e no Piauí.

Fonte: IBGE (2005), adaptado por Oliveira (2009).

A Figura 2 mostra que o cerrado localiza-se, predominantemente, no Planalto Central com extensão territorial de 155 milhões de hectares nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso

do Sul, Goiás e Distrito Federal; 38,8 milhões de hectares encontram-se no Nordeste, nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia e 6,2 milhões de hectares espalham-se pelas unidades federativas do Tocantins, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e nas áreas disjuntas nos estados de Rondônia, Roraima, Amazonas, Amapá e Pará.

Segundo Lopes e Daher (2008) e Aguiar (2005), até o final do século XIX os complexos vegetacionais que abrangem o domínio do Cerrado no Brasil eram pouco explorados, em função da baixíssima densidade demográfica, inclusive até o início dos anos de 1960, eram considerados marginais para a realização de atividade econômica, em virtude da baixa fertilidade dos solos, da distribuição irregular das chuvas e da ausência de infra-estrutura que viabilizassem a comunicação com os demais complexos regionais do Brasil.

Em consonância com Ab'Saber (2003), o polígono dos Cerrados brasileiros, embora possua uma posição zonal em relação ao grande conjunto de savanas do continente africano e americano, se destaca em nível de espaços fisiográficos e ecológicos como irregular e constitui-se no mosaico paisagístico e ecológico do país.

Segundo a WWF (2000), não obstante a vasta extensão territorial, de pouco mais de 200 milhões de hectares e a diversidade biológica do bioma, com 10 mil espécies de plantas e 837 tipos de diferentes de fauna, as áreas destinadas para a preservação em Unidade de Conservações (UC)⁴ correspondem a pouco mais de 2% da área de Cerrados.

Neste sentido, para Conti e Furlan (2003), entre as paisagens observáveis pelo homem, o Cerrado definiu-se como floresta-ecótono-campo⁵. Os ecótonos são produzidos pela ação do desenvolvimento da biomassa arbórea arbustiva, como a combinação das condições do solo e a ação das queimadas. Assim, a vegetação deste bioma caracteriza-se, predominantemente, por gramíneas rasteiras, árvores e arbustos espaçados que, em geral, apresentam cascas grossas, troncos e galhos tortuosos de raízes profundas, atingindo o lençol freático entre 15 a 20 metros.

Para Bezerra e Veiga (2000), os solos do Cerrado se originam através de processo pedogenético ao longo de milhares de anos associados a depósitos sedimentares antigos da época Terciária, com idade variando de 570 milhões a 4,5 bilhões de anos. São de natureza

⁴UC são espaços territoriais com **proteção integral** para a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana. Assim, admite-se apenas o uso indireto dos atributos naturais ou de **uso sustentável**, com vistas garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, conservando a biodiversidade e as demais propriedades ecológicas de forma socialmente justa e economicamente viável (CABRAL; SOUZA, 2002, grifo nosso).

⁵Floresta-ecótono-campo constitui o complexo vegetacional que compõem os chapadões cobertos por cerrados e penetrados por floresta de galerias encontrados, sobretudo, nas áreas de formações savânicas, e perfazendo o mosaico florístico conhecido como cerradão-campo limpo.

profunda, coloração vermelha e vermelho-amarela e drenados, com inclinações normalmente menores que 3%.

Consoante Aguiar (2005), o bioma Cerrado possui extensa riqueza hídrica, tanto no subsolo como superficial, particularmente no Planalto Central, por encontrar-se localizado nas principais bacias hidrográficas do país como a do Paraguai, Paraná, São Francisco, Tocantins e Amazônica e encerrar grandes cursos fluviais de importância econômica para a população brasileira, como os rios Tocantins, Araguaia, Xingu, São Francisco, Paraná, etc.

Ademais, para Ab'Saber (2003, p. 119), o domínio dos Cerrados possui “drenagens perenes para os cursos d’água principais e secundários, envolvendo, [...] o desaparecimento temporário dos caminhos d’água de menor ordem de grandeza por ocasião do período seco do meio do ano”.

Para Gonçalves (2008), o regime pluviométrico situa-se entre 1.200 a 2.000mm e caracteriza-se por uma estação seca de curta duração nos meses de abril a setembro e uma chuvosa nos meses de outubro a março.

Já Bezerra e Veiga (2000) classificam o clima do Cerrado como Tropical Sazonal, com forte influência das estações chuvosa e seca, com temperatura média anual variando de 22 a 27°C, cujas temperaturas máximas absolutas mensais não apresentam elevadas variações ao longo dos meses, contudo em período mais seco podem atingir 40°C.

No entanto, Klink e Machado (2005) enfatizam que as temperaturas médias mensais oscilam bastante nos valores baixos, atingindo níveis próximos a zero nos meses de maio, junho e julho, contrariando o regime pluviométrico.

Assim, o Cerrado consiste em um dos mais importantes biomas do país, por conseguinte, exige a realização de pesquisas científicas nos âmbitos nacional, regional e estadual.

4.3 Ocupação e uso do cerrado piauiense

Desde o século XVII, diversas expedições comandadas por Francisco Pinto e Luís Figueira (1607), Baltazar Álvares Pestana (1616) e Padre de Antônio Vieira (1660) se sucederam percorrendo o atual território piauiense, desvendando a bacia do Parnaíba. Porém, a penetração efetiva somente ocorreu por volta dos anos de 1660 a 1670, quando bandeirantes paulistas e fazendeiros baianos começaram as guerras contra os índios (CEPRO, 2003a).

Desse modo, o povoamento na área da bacia do Parnaíba datou da última etapa da conquista do interior do território nordestino no século XVII e primeira metade do século XVIII, haja vista Abreu e Nunes (1995, p. 87) considerarem que “a pecuária extensiva havia encontrado no solo piauiense condições excelentes para o seu desenvolvimento – abundância de terras, pastagens naturais e fartos recursos hídricos”.

Neste período, de acordo com Gonçalves (2008), a pecuária no Piauí assumiu posição privilegiada, em função de a economia açucareira encontrar-se em declínio e a mineração em ascensão, as quais consistiam nos maiores mercados para os rebanhos piauienses.

Desta forma, Monteiro (2002, p.75) ressalta que a ocupação do estado do Piauí ocorreu alicerçada em grandes propriedades, “como resultado da necessidade de abertura de novas fazendas de gado e da ocupação holandesa na região do São Francisco terem tornado exígua a capacidade de expansão linear da criação extensiva”. Ademais, a crise da economia da cana-de-açúcar favoreceu a liberação de contingente de mão-de-obra para a pecuária.

Destarte, o comércio de gado, ao longo do século XIX, tornou-se o maior responsável pela dinâmica da economia piauiense, inclusive, as prósperas condições das economias nacional e regional perante os mercados internos e externos, entre 1850 e 1890, possibilitaram que a pecuária respondesse por mais de 50% das receitas do Tesouro Provincial (MORAES, 2000).

Mendes (2003, p.73) considera que,

Antes da primeira metade do século XX, as condições vantajosas dos produtos do extrativismo vegetal piauiense nos mercados internos e externos não estimulavam a produção agrícola, acrescentando outros motivos para o desinteresse dos grandes proprietários na atividade das lavouras [...] esta falta de interesse na agricultura pode ser demonstrada com o fato de que em 1935 a área cultivada no Estado era de apenas 54,4 mil hectares, representando 2,2% da área total cultivada no Nordeste.

Em conformidade com Araújo e Araújo (2007), o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) desenvolveu atividades nas regiões do Delta do Parnaíba, Vale do Gurguêia e Vale do rio Fidalgo na década de 1970, na perspectiva de integrar a economia agrícola do Piauí ao novo paradigma de modernização em ocorrência a outras áreas do país desde os anos de 1950.

Nesse sentido, a inserção do cerrado piauiense na economia agrícola do Brasil e do Piauí decorreu da implantação de políticas públicas em níveis federal e estadual e da iniciativa privada a partir dos anos de 1970, como também, em consonância com Gonçalves (2008, p. 47), foram determinantes a,

[...] topografia plana que favorece a mecanização, as condições climáticas com presença constante de luminosidade e ausência de geadas, a existência de reservas minerais de rochas calcárias utilizadas na correção da acidez do solo, o grande potencial de águas subterrâneas e de superfície, com vários rios perenes como o Uruçuí Preto, Gurguéia e Parnaíba e, principalmente, o baixo preço da terra, com valores inferiores ao dos cerrados do restante no país.

A aplicação intensiva de capital no cerrado, segundo Monteiro (2002) e Moraes (2000, 2005), concretizou a “vocação agrícola” que caracterizou o bioma nos últimos anos, por meio da instala o de grandes projetos financiados pelo Fundo de Investimento do Nordeste Agropecuário (FINOR-Agropecuário) e pelo Fundo de Investimento Setorial (FISSET) para produtores migrantes do Centro-Sul e do próprio Pia .

Este contexto, consoante Araújo e Araújo (2007), derivou do FINOR-Agropecuário ter sido o principal mecanismo facilitador para aquisi o de terras, uma vez que, os preços das mesmas eram, extraordinariamente, inferiores em rela o aos de outras regiões.

Inclusive para Bandeira (1993), entre 1971 e 1984, através deste financiamento, foram alojados 60 projetos agropecuários no Pia , concentrados, principalmente, nos municípios de Canto do Buriti, Ribeiro Gonçalves, Jerumenha, Uru . e Pio IX, dos quais, os quatro primeiros localizam-se no cerrado.

Já segundo Aguiar (2005), a relevância do FISSET assentou-se no fomento ao estabelecimento de projetos de florestamento e reflorestamento de caju, durante os anos de 1980, em Ribeiro Gonçalves e Uru . . Foram explorados com o cultivo de caju em torno de 90 mil hectares nos dois municípios, manifestando assim o início da agricultura em escala empresarial no cerrado do Pia .

Neste período, salienta-se a institui o na Constitui o de 1988, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), cuja gerência financeira ficou sob a responsabilidade do BNB, com o objetivo, em consonância com Monteiro (2002, p. 58), de proporcionar a “sustentabilidade e a competitividade relacionadas às atividades econômicas,

em particular, o setor agropecuário, na expectativa de reduzir e amenizar as disparidades inter-regionais o que corresponde a promover o bem-estar econômico e social das populações envolvidas”.

Nessa perspectiva, conforme Gonçalves (2008), o início da década de 1990 foi marcado pela intensiva aplicação de recursos do FNE para o financiamento dos primeiros projetos produtores de grãos no cerrado piauiense. Tal cenário decorreu da conjuntura de crise econômica em vigência no país provocar profundas mudanças no setor agrícola, as quais redundaram na perda de expressão das culturas tradicionalmente praticadas e na inclusão produtiva de áreas até então marginalizadas.

Ademais, Monteiro (2002) ressalta que aliado às políticas públicas já em implementação, foi criado em 1993 o Programa Nordeste Competitivo com a finalidade de promover novas frentes de exploração agropecuária. Outrossim, enfatiza que paralelo aos arranjos institucionais, o cerrado piauiense possui especificidades como a baixa densidade populacional e as facilidades concedidas pelo governo estadual através de incentivos fiscais, os quais foram fundamentais para atrair empreendedores de outros Estados e do próprio Piauí, com vistas a dinamizar a economia dos municípios das áreas de domínio do cerrado.

Contudo, Aguiar e Monteiro (2007) reconheceram que ao mesmo tempo em que ocorreu a diversificação dos cultivos, tornando a região do cerrado do Piauí competitivo, vários empreendimentos agrícolas financiados foram abandonados, passando então a constituírem-se em latifúndios improdutivos⁶.

De acordo com Araújo (2006a), as consequências do abandono dos projetos que eram preponderantemente de florestamento e reflorestamento de caju, por um lado impactaram negativamente a biodiversidade devido ao grande desmatamento e, por outro lado, não gerou retorno econômico para o Brasil e para o Piauí. Todavia, as terras desmatadas e com infraestrutura, apesar de incipiente, atraíram empresários do Centro-Sul do país para a exploração da agropecuária moderna, a qual a partir dos anos de 1990 tem provocado continuamente transformações nos âmbitos econômico, político, social e ambiental no cerrado piauiense.

Em consonância com Aguiar e Monteiro (2007), além dessa configuração os produtores agrícolas foram seduzidos para o Piauí pelo preço das terras serem extremamente baixos, relativamente aos de outras regiões de cerrado, à proximidade do mercado externo e às condições naturais favoráveis à mecanização.

⁶ Latifúndio improdutivo consiste no imóvel rural sem função social, ou seja, inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio.

De acordo com Gonçalves (2008), tais favorabilidades foram responsáveis nos anos de 1990 pela aplicação de cerca de US\$ 400 milhões de dólares do FNE, para a ampliação e dinamização da produção de grãos e para a aquisição de matéria-prima para agroindústria no cerrado, contribuindo, assim, para a implantação da agricultura embasada na tecnologia moderna.

Segundo a Fundação CEPRO (2005), a conjunção de todos esses fatores possibilitou a integração da produção agrícola desenvolvida no cerrado piauiense com o restante do país, no início do século XXI, inclusive a área plantada de grãos, sobretudo, soja, passou de 40.004 hectares em 2000 para 198.532 hectares em 2005, proporcionando como consequência a triplicação da produção, que passou de 100.810 toneladas para 388.193 toneladas, respectivamente. No entanto, no mesmo período, as culturas de arroz, milho e feijão, reduziram em área plantada e em quantidade produzida.

Ainda, em conformidade com a Fundação CEPRO (2005), o Piauí contava, neste ano, com 107.754 estabelecimentos e deste total 68.089 que correspondiam a 63,20% encontravam-se no estrato de área de menos 50 hectares, 18.954 que representavam 17,60% possuíam área de 50 a menos 100 hectares, 17.077 que equivaliam a 15,85% ocupavam áreas do grupo de 100 a menos 500 hectares, 2.107, ou seja, 1,95% compreendiam o estrato de área de 500 a menos de 1.000 hectares, 1.397 que evidenciavam 1,30% encontravam-se no grupo de área de 1.000 a menos de 5.000 hectares, 119 que correspondiam a 0,11% possuíam áreas no estrato de 5.000 a menos 10.000 hectares e apenas 11 estabelecimentos que equivaliam a 0,01 incorporavam área de 10.000 a mais hectares. Esta configuração, ao explicitar o maior número de estabelecimentos no menor estrato de área, expressou a preponderância no município de unidades produtivas com exíguas áreas de terras.

Por outro lado, observou-se que o grupo de área de maior extensão territorial contava com somente 0,01% dos estabelecimentos, caracterizando consequentemente o aprofundamento da histórica concentração fundiária do Estado.

Este conjunto de condições permitiu a inserção do cerrado do Piauí e, particularmente, de Uruçuí no cenário produtivo estadual através da instalação de megaprojetos graníferos, em especial, soja, voltados para o mercado externo. Tal panorama proporcionou que o município se tornasse o maior produtor de soja do Estado, inclusive, de acordo com a Fundação CEPRO (2008a) entre 2002 e 2006, o município passou de 10º para 1º lugar na participação do PIB per capita do Piauí.

4.4 Características físicas do cerrado piauiense

Consoante a Fundação CEPRO (2005), o Piauí compreende uma área de 2,95% do território nacional e 16,18% do Nordeste, com extensão de 251.529,186 km², sendo o terceiro maior Estado da região. Limita-se a Norte com o oceano Atlântico, a Sul com os estados da Bahia e Tocantins, a Leste com o Ceará e Pernambuco e a Oeste com o Maranhão. Ademais, o Piauí possui quatro regiões ambientais: Semi-Árido, Cerrado, Meio-Norte e Litoral.

Esta investigação debruçou-se sobre o cerrado que, em conformidade com Silva Filho (2000), localiza-se na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, possui uma área de 94.352,60 km², ou seja, 11.856.866 milhões de hectares, correspondendo a 46% do Estado e abrange o extremo sul da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Segundo a Fundação CEPRO (1996), o cerrado piauiense apresenta clima do tipo Tropical Subúmido Quente, de outubro a março e em menor escala o tipo Tropical Semi-Árido quente, com maior ocorrência nos meses de estação seca, entre abril e setembro. A temperatura varia entre 20°C e 31°C e a precipitação média anual encontra-se em torno de 1.100mm com chuvas irregulares, tardias e concentradas, o que propicia o escoamento superficial e provoca sensivelmente a erosão do solo.

Conforme, a Fundação CEPRO (2003b), a vegetação constitui um dos elementos da natureza que expressa a inter-relação entre os fatores climáticos, rochosos, relevo e solos de uma determinada porção do espaço. Assim, no sentido de explicitar os distintos tipos de complexos vegetacionais, apresenta-se a Figura 3.

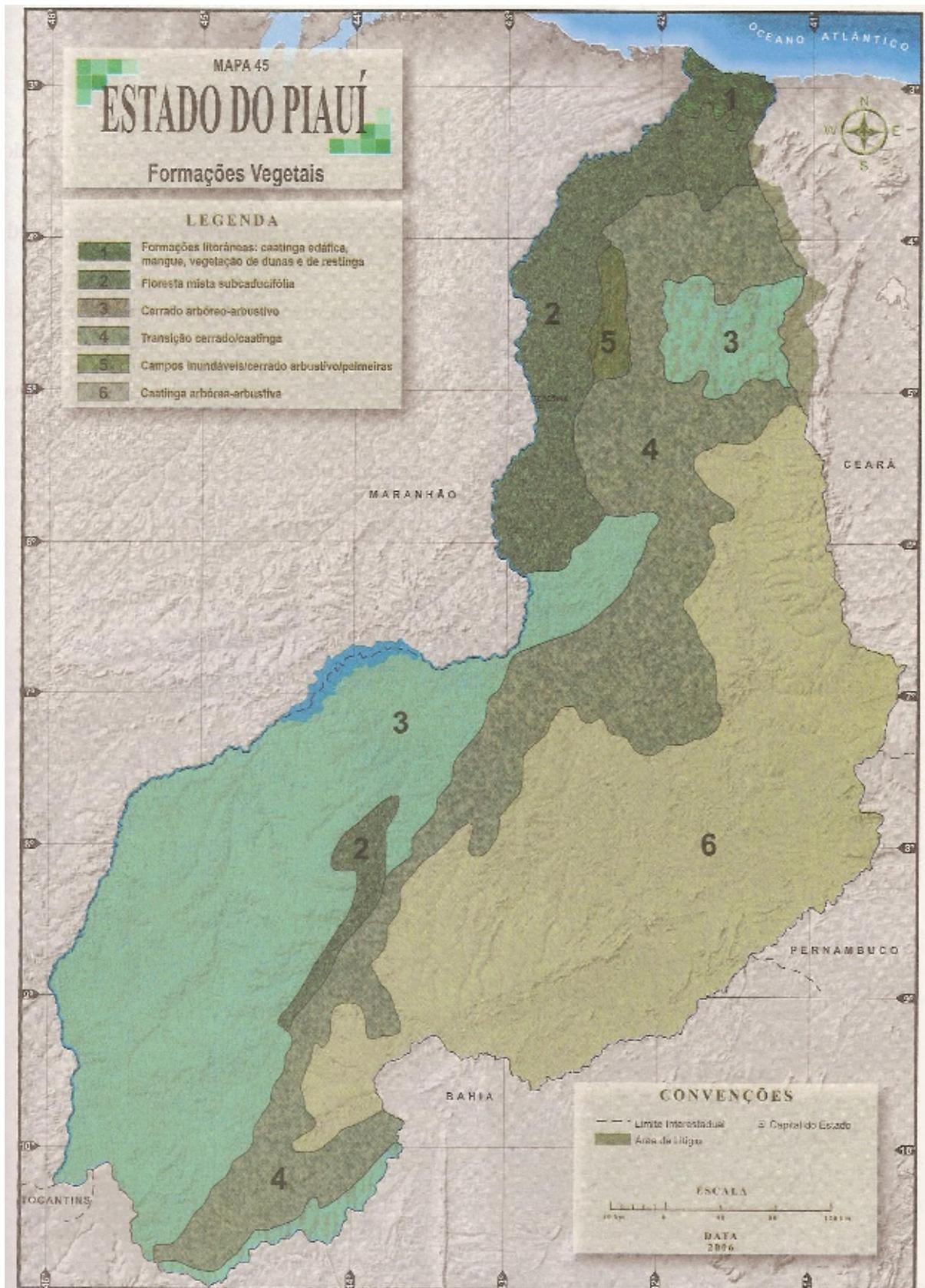


Figura 3: Mapa das formações vegetais do estado do Piauí.

Fonte: Araújo (2006b, p.83).

Através da referida Figura, identificou-se que no Piauí encontram-se seis formações vegetacionais, o bioma costeiro, representado pela formação litorânea, a floresta mista subcaducifólia, cerrado arbóreo-arbustivo, transição cerrado/caatinga, campos inundáveis/cerrado arbustivo/palmeiras e caatinga arbórea/arbustiva, neste contexto, a formação caatinga e o cerrado, os quais aparecem intercalados pelas faixas de transição ou ecótonos, são denominados de cerrado-caatinga. Esta pesquisa foi realizada apenas sobre as áreas do bioma cerrado propriamente dito, que se distribui, geograficamente, em vários pontos do Estado, porém apresenta maior extensão no sudoeste piauiense e amplia-se em manchas de transição intercaladas nas regiões centro-leste e norte.

De acordo com Aguiar (2005), na vegetação do Piauí e, em particular, no cerrado (*stricto e lato sensu*), predomina a flora arbórea, aberta, com troncos tortuosos, galhos retorcidos e folhas grossas resultado da adaptação às condições edáficas como mostra a Figura 4.



Figura 4: Cerrado piauiense em Uruçuí - PI.

Fonte: Autora (2008).

A Figura 4 apresenta a formação vegetal predominante no município de Uruçuí, que se constitui no cerrado (*strito sensu*) apresentando vegetação com características herbácea e com espécies heterogêneas densamente expressivas. Todavia, mesmo dispondo de umidade suficiente, apresenta teor elevado de acidez o que dificulta o desenvolvimento das plantas e lhes dá essa fisionomia.

Segundo a EMBRAPA (2006), no cerrado, os solos mais significativos são os Latossolos⁷ Vermelho-Amarelo, com aproximadamente 70% da área total, caracterizando por solos profundos, fortemente drenados, porosos e de coloração vermelho - amarela, apresentam em posição altimétrica susceptível de alagamento eventual, textura arenosa nos horizontes superficiais, possuem caráter ácido o que explica a baixa fertilidade natural, fazendo-se necessário o uso de corretivos e adubos químicos, como também, encerra relevo plano a suave ondulado com condições favoráveis para a agricultura e pecuária. Encontram-se, ainda, com 26%, os solos Arenos-Quartzosos, os quais se caracterizam pela composição de textura arenosa o que lhes condicionam elevada permeabilidade, baixa capacidade de retenção e extrema acidez. Os 4% restantes são solos Concrecionários Tropicais, os quais se compõem de material grosseiro, com cascalhos soltos e seixos, são pouco porosos, permeáveis e susceptíveis a erosão e por apresentarem baixa disponibilidade de nutrientes, requerem cuidados conservacionistas.

Para Gonçalves (2008), a grande vantagem dos solos do cerrado piauiense assenta-se na facilidade de correção. Esta constatação assume relevância em função da região contar com diversas jazidas de calcário, que consiste na substância essencial para a correção do grau de acidez (pH) e para neutralizar o alumínio tóxico dos solos.

Em consonância com Araújo (2006b), quanto à hidrografia o domínio do cerrado localiza-se nas sub-bacias do Uruçuí Preto, Gurguéia, difusas do Alto Parnaíba e da Barragem de Boa Esperança, limitando-se ao sul pela chapada das Mangabeiras e ao norte pelas sub-bacias do Itaueira e do Balsas (Maranhão) como está exposto na Figura 5.

⁷ Solo submetido ao processo de Laterização, o qual consiste em processo característico das regiões intertropicais de clima úmido e estações chuvosas e seca alternada, acarretando a remoção de sílica e o enriquecimento dos solos e rochas em ferro e alumínio (GUERRA, 2003).

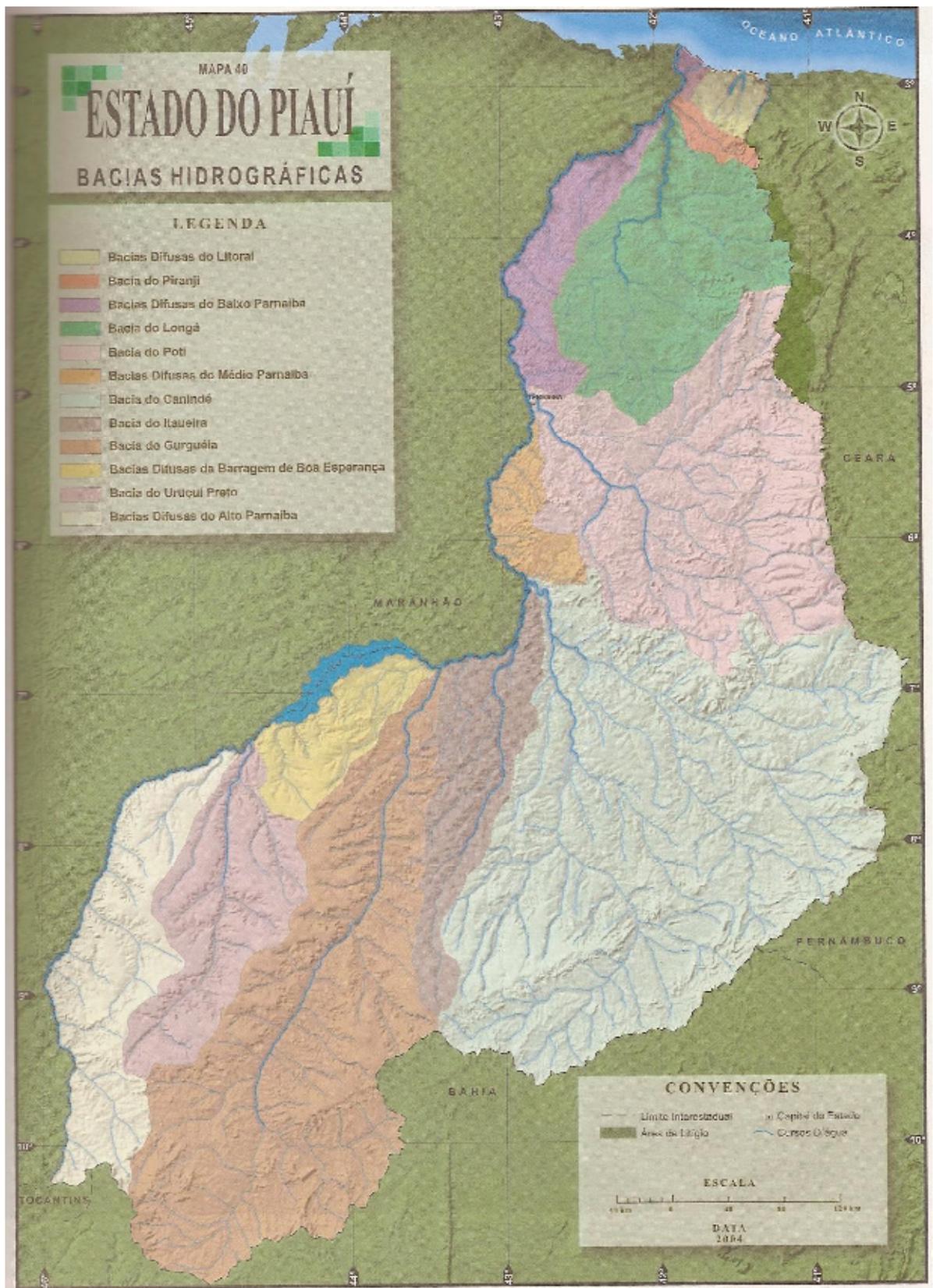


Figura 5: Mapa de distribuição das bacias hidrográficas no Piauí.

Fonte: Araújo (2006b, p.67).

Por meio da Figura 5, verificou-se que a bacia hidrográfica do Parnaíba, abrange 72,7% do estado do Piauí, 18,9% do Maranhão, 7,6% do Ceará e 0,8% da zona de litígio entre o Piauí e o Ceará. O cerrado que se situa na microrregião do Alto Parnaíba, com uma área de 77.100 km², compreende 23,3% da bacia do Parnaíba (FUNDAÇÃO CEPRO, 1996).

Ademais, para Araújo (2006b), os rios das margens direita e esquerda do Parnaíba são fundamentais para a formação das sub-bacias. Do lado maranhense, o rio Balsas é o maior afluente com uma extensão de aproximadamente 525 km, cuja foz pela margem esquerda do Parnaíba localiza-se em Uruçuí. Quanto às sub-bacias no território piauiense, na margem direita, ressaltam-se os rios Uruçuí Preto, com extensão de 300 km e o Gurguéia com 740 km, perfazendo um total de 15,66% da sub-bacia do Alto Parnaíba.

4.5 Caracterização de Uruçuí

De acordo com Machado (2002 apud AGUIAR, 2005), o aldeamento São Félix da Boa Vista centrado na foz do rio Uruçuí Preto, instalado em 1.751, foi o marco principal para a edificação do município de Uruçuí. De aldeia foi transformando em 1889 no povoado Nova Vila, desmembrado de Aparecida, atual município de Bertolândia.

Consoante o IBGE (2007), o referido povoado foi elevado à condição de Distrito por meio da Lei Estadual Nº 290, de 23 de junho de 1902 e somente foi emancipado à categoria de município através do Decreto Lei Nº 52 de 22 de março de 1938.

Em conformidade com a Fundação CEPRO (2005), o município situa-se na Macrorregião do Cerrado, na Microrregião dos Tabuleiros do Alto Parnaíba, na porção sudoeste do estado do Piauí, como demonstrado na Figura 6.

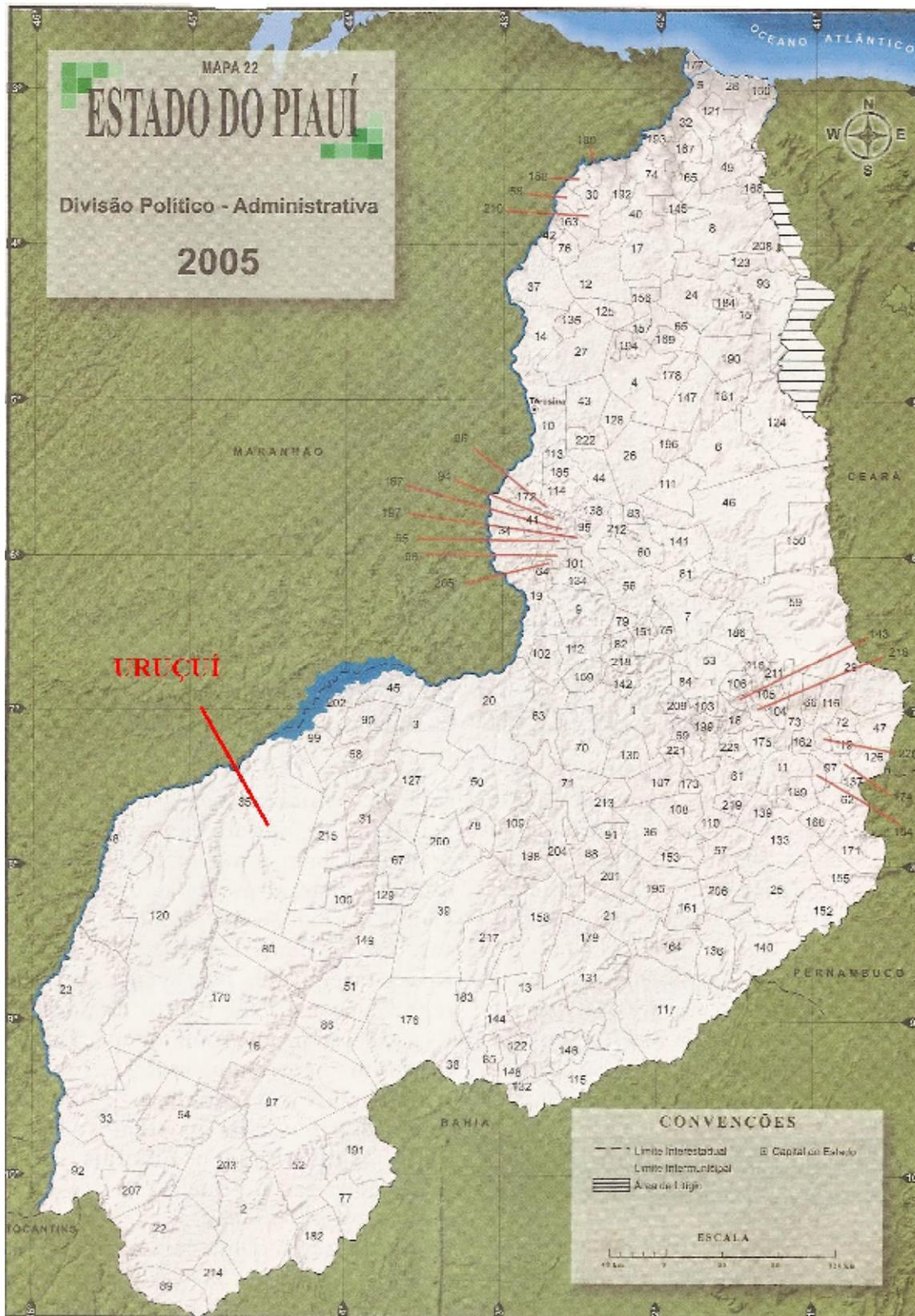


Figura 6: Mapa de localização do município de Uruçuí - PI.

Fonte: Adaptado por Barbosa com base em Araújo (2006b, p.32).

Com base na Figura 6 e segundo a CNM (2006), o município de Uruçuí possui a maior área territorial do Piauí, com 8.452 km² correspondendo a 3,36% do Estado, 0,54% do Nordeste e 0,09% do país.

Uruçuí limita-se ao norte com o município de Antonio Almeida, ao sul com Alvorada do Gurgueia e Palmeira do Piauí, a leste com Sebastião Leão e a oeste com Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves e com o estado do Maranhão (FUNDAÇÃO CEPRO, 2005).

Conforme a Fundação CEPRO (1996), Uruçuí encontra-se sobre as Formações Piauí que se constitui de arenitos com intercalações de folhelhos⁸ carbonosos e Sambaíba, composta por arenito branco-avermelhado com estratificação cruzada. A geomorfologia é conformada por chapadas sedimentares com altitude variando de 0 a 400m.

Segundo o IBGE (2007), o município possui 19.017 habitantes, sendo 65,32% e 34,68% nas zonas urbana e rural, respectivamente e apresenta densidade demográfica de 2,25 hab./km². Esta configuração expressou o baixo povoamento de Uruçuí, uma vez que a ocupação do espaço piauiense guardou estreita relação com a localização e a dinâmica das atividades produtivas.

Para Gonçalves (2008), historicamente a economia do município alicerçou-se na pecuária extensiva centrada na criação de gado. Contudo, apesar de destacar-se em termos de rebanho em relação a outros municípios do Piauí, o mesmo não apresentou significância no Estado, em função da carência de pastagens e das precárias assistências veterinária e sanitária.

Assim, Aguiar (2005, p.89) enfatiza a relevante participação de Uruçuí na economia estadual a partir da implantação dos primeiros projetos de grãos, particularmente, arroz e soja no início da década de 1990. O cultivo inicial do arroz é importante para a abertura da terra, por amenizar a concentração de alumínio para possibilitar posterior plantação de soja, cuja configuração é evidenciada por meio da,

[...] área plantada com soja, no período de 1990 a 1993, foi de 996 hectares. Esses primeiros plantios foram considerados experimentais, somente no período subsequente a área plantada passou a se caracterizar efetivamente em escala comercial. Entre os anos de 1994 e 2003, houve aumento de área plantada, da produção e da produtividade da ordem de 1.096%, 1.587% e 145%, respectivamente. Esse incremento evidencia que os projetos utilizam tecnologia moderna e insumos agrícolas necessários para produzir de forma competitiva.

⁸ Para Guerra e Guerra (2003), os folhelhos são rochas sedimentares finamente laminadas, não metamórficas, formadas de material fino.

Ademais, a Fundação CEPRO (2005) evidencia que além da soja, as tradicionais culturas temporárias, sem embargo estarem reduzidas, continuaram sendo produzidas em Uruçuí, haja vista que os cultivos de arroz, mandioca, milho e feijão, foram de 32.191 t, 3.600 t, 803 t e 350 t, respectivamente.

Com vistas à análise da participação agropecuária no conjunto da economia uruçuiense, expôs-se na Tabela 1 a arrecadação em Real (R\$) dos setores agropecuária, serviços e administração pública, entre 2002 e 2005.

Tabela 1: Valor arrecadado (R\$) por setor de atividade entre 2002 e 2005, em Uruçuí - Piauí.

Setor	Ano			
	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	16.859,18	46.377,70	63.603,52	72.699,95
Serviços	28.341,97	38.052,64	57.757,08	58.297,25
Administração Pública	10.960,03	11.984,07	14.068,44	14.806,93

Fonte: IBGE (2007).

Através da Tabela, identificou-se que em 2002 o setor agropecuário ocupava a segunda colocação na arrecadação do município com 30,01%, porém em 2005, atingiu o primeiro lugar com 49,86%. Tal cenário expressou a relevância da produção granífera, em especial, de soja para a economia de Uruçuí e do Piauí. Salienta-se, outrossim, a significativa participação do setor de serviços, pois cresceu em termos absolutos, no período em foco, não obstante reduzir em termos relativos de 50,46% para 39,98%, respectivamente. Este contexto manifestou a importância dos referidos setores para a arrecadação municipal, os quais influenciaram sobremaneira para a elevação do Fundo de Participação Municipal (FPM).

Nessa perspectiva, a Fundação CEPRO (2008, p. 5) constatou que em Uruçuí,

A predominância econômica é da agropecuária, com destaque para a produção de grãos, que continua produzindo muito, sobretudo a soja, mas passou-se a observar o crescimento dos serviços, notadamente àqueles ligados a comércio, transportes, alojamentos e alimentação, etc.

Os 713 (setecentos e treze) estabelecimentos de grupo de área existentes no município de Uruçuí distribuíam-se em: 275 (duzentos e setenta e cinco) estabelecimentos, equivalendo 38,5% do universo total, concentravam-se em menos de 10 hectares; 131 (cento e trinta e um) correspondendo a 18,4% estavam no grupo de área de 10 a menos de 50 hectares; 77 (setenta e sete) ou 10,8% encontravam-se no estrato de 50 a menos de 100 hectares; 168 (cento e sessenta e oito), perfazendo 23,6% localizavam-se no grupo de área de 100 a menos de 500 hectares e somente 62 (sessenta e dois) estabelecimentos, ou seja, 8,7% situavam-se no estrato de 500 a mais hectares. Esta conformação evidenciou que a estrutura fundiária do município era marcada pela grande quantidade de estabelecimentos com áreas extremamente exíguas e, que por outro lado, registrou um pequeno montante de estabelecimentos com extensas áreas de terras. Tal realidade demonstrou o aprofundamento da estrutura fundiária de Uruçuí (FUNDAÇÃO CEPRO, 2005).

De acordo a Fundação CEPRO (2005), no município havia 14 (quatorze) unidades de saúde, de nível público e privado, que prestavam atendimentos ambulatoriais para a comunidade e somente um hospital público de médio porte, o qual possuía 38 (trinta e oito) leitos. Ressaltou, ainda, que 44,4% dos resíduos sólidos eram coletados três vezes por semana pelo serviço de limpeza pública da Prefeitura e, como Uruçuí não dispunha de aterro sanitário, os resíduos eram depositados no lixão. E, os demais 55,6% eram queimados, jogados em terreno baldio, lançados no rio Parnaíba ou tiveram destinos múltiplos.

Conforme o IBGE (2006), em 2005, o município contava com 74 (setenta e quatro) Instituições de Educação Básica, distribuídas em oito na modalidade pré-escolar, das quais cinco eram municipais e três da rede privada, 62 (sessenta e duas) escolas de Ensino Fundamental, sendo quatro públicas estaduais, 55 (cinquenta e cinco) públicas municipais e três privadas. Tinha, também, quatro escolas de nível médio, distinguidas em duas estaduais e duas do setor privado.

Em consonância com o IBGE (2005), Uruçuí detinha um Núcleo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) com os cursos de Agronomia, Administração de Empresas e Pedagogia em período regular.

Enfatiza-se, outrossim, que em 2008 foi instalada a Universidade Aberta, por meio da parceria entre a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com a finalidade de expandir a oferta de vagas para o ensino superior, na modalidade à distância. Ademais, salienta-se a reforma e ampliação do prédio do ex-Colégio Agrícola para a

acomodação das instalações de uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), com previsão de conclusão no início do ano de 2010.

Desta maneira, ressalta-se que as características de Uruçuí, ao mesmo tempo em que evidenciaram as crescentes melhorias nas condições de vida da população, demonstraram que as melhorias não foram perceptíveis em todos os setores da economia e nem abrangeram o conjunto das classes sociais.

5 (RE) ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DE URUÇUÍ

Este capítulo analisa os dados obtidos na pesquisa de campo realizada em Uruçuí, com a finalidade de constatar as consequências socioeconômica, espacial e ambiental decorrentes da implantação dos projetos agrícolas no município.

Para tanto, o capítulo dividiu-se em quatro itens. O primeiro definiu o perfil dos moradores da zona urbana com vistas a identificar a percepção sobre as diferenças espaciais na cidade e no campo a partir da década de 1990. O segundo versou a respeito da compreensão dos comerciantes quanto à dinâmica econômica presenciada nos espaços urbano e rural. O terceiro analisou a participação da população rural no processo de reorganização espacial. E o quarto destacou a participação do produtor rural como o principal elemento reprodutor e transformador do espaço local.

5.1 População da zona urbana de Uruçuí

Desde os anos de 1990, Uruçuí está sendo palco de crescente processo de urbanização, em função da migração de empreendedores oriundos do Centro-Sul do Brasil, os quais foram fundamentais para a dinamização da produção agrícola, em particular de grãos.

Em conformidade com o procedimento metodológico, a pesquisa de campo contou com um universo de 216 (duzentos e dezesseis) moradores da zona urbana com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos. Do total, 30,09% encontravam-se entre 18 e 25 anos, e destes 11 (onze) não presenciaram diferenças espaciais em virtude da proximidade temporal entre a intensificação da produção de soja e a faixa etária dos agentes econômicos. Enquanto, 27,07% tinham entre 26 e 33 anos, os quais identificaram profundas mudanças no município, sobretudo nos âmbitos econômico, devido à geração de trabalho para os locais e, ambiental, derivado do intenso desmatamento na zona rural.

Já 36,57% e 6,27%, respectivamente, que estavam nos estratos etários de 34 a 65 anos e superior a 66 anos, consignaram modificações nos setores de serviços, expressada pelo comércio, e da agricultura, os quais proporcionaram melhoria nas condições de vida da população, manifestadas pela aquisição da casa própria, pelo aumento do poder de compra de produtos alimentícios e pelo acesso à saúde e ao lazer. Contudo, verificou-se que o conjunto da população não foi contemplado com tais melhorias, haja vista que os empregos gerados exigiam trabalhadores qualificados e o município não contava com grande contingente nesta condição. Marques (2002) corroborou com esta configuração quando salientou que a introdução de técnicas modernas nos processos produtivos requereu a diversificação das atividades e, por consequência, de técnicos qualificados.

Através da pesquisa de campo, constatou-se que 89,33% da população local eram oriundas do estado do Piauí. E, deste total 77,31% eram naturais de Uruçuí, 3,24% de Ribeiro Gonçalves que dista em torno de 100 km, cuja atividade econômica embasa-se também na produção de grãos e 2,78% eram provenientes de Barras, que se localiza na região norte do Estado, porém caracteriza-se por um intenso processo migratório de jovens e adultos e de trabalhadores desempregados para realizar tarefas temporárias em empreendimentos agrícolas em todo o país e, em particular, em Uruçuí, durante o período de colheita dos produtos. Os demais 6,0% eram originários de vários municípios próximos a Uruçuí.

A naturalidade dos 10,67% restantes distinguiu-se em 9,28% do Maranhão, uma vez que este Estado margea Uruçuí pelo lado direito do rio Parnaíba e 1,39% eram do Ceará, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Na realidade, este montante era representado pelos produtores de soja com suas respectivas famílias. Este contexto explicitou a conformação da territorialização, pois de acordo com Haesbaert (2006) possibilitou a consolidação de moradias e atividades produtivas desenvolvidas pelos sulistas¹¹.

Em consonância com a pesquisa, verificou-se que 25,93%, 24,54% e 20,37% da população residiam em Uruçuí de 31 a 38 anos, entre 23 a 30 anos e mais de 38 anos.

¹¹ Sulistas é como são denominados o conjunto dos produtores de grãos residentes nos municípios do cerrado do Piauí, no entanto a origem dos mesmos pode ser do Centro-Oeste e do Sudeste.

Ressalta-se que 6,94%, 11,11% e 11,11% moravam em Uruçuí menos de 7 anos, 7 a 14 anos e de 15 a 22 anos, respectivamente, o que revelou a importância dos projetos produtores de grãos para o incremento populacional, devido à emigração de trabalhadores para Uruçuí, proveniente de outros municípios do Piauí e de demais Estados do Brasil para desempenharem atividades na agricultura, no comércio e em diferentes tipos de serviços, como demonstrados no Gráfico 1.

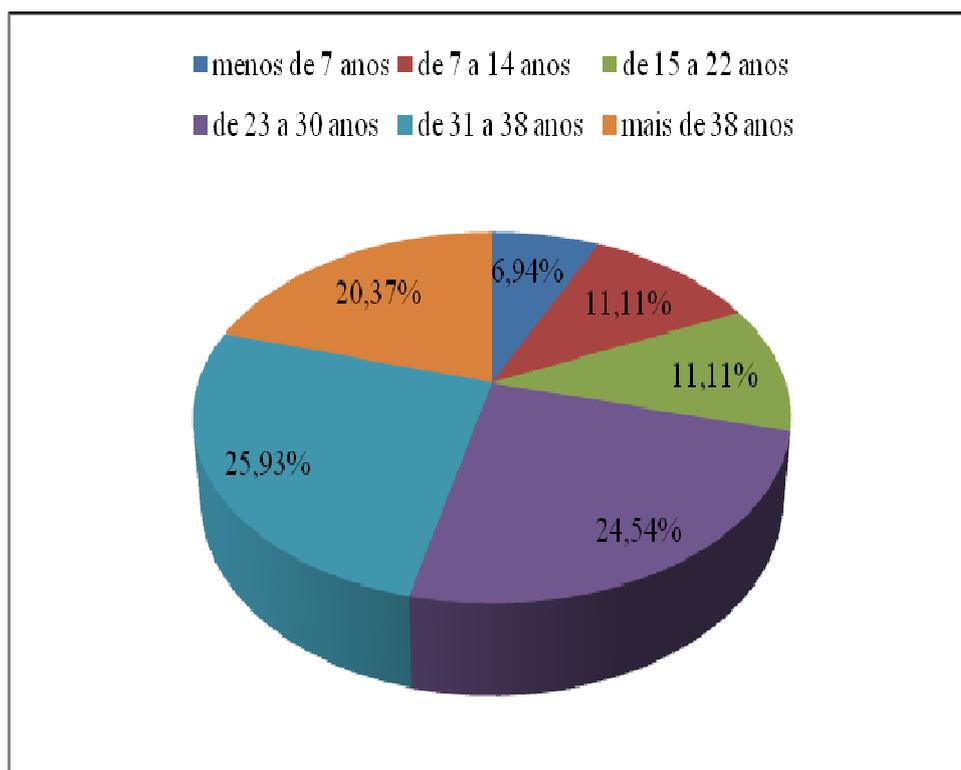


Gráfico 1: População urbana segundo o período de moradia em Uruçuí - PI.

Fonte: Pesquisa de campo, março de 2008.

Além disso, denotou-se que 70,84% dos residentes no município, que corresponde à soma do intervalo de 23 até mais de 38 anos, consubstanciaram-se na população histórica de Uruçuí. Enquanto, 29,16% dos habitantes representando o período de menos de 7 até 22 anos evidenciaram a relevância dos empreendimentos produtores de soja para o acréscimo do adensamento populacional de Uruçuí, conformando segundo Santos, Sousa e Silveira (2002), um novo modelo de construção e funcionamento do território local.

Salienta-se, outrossim, que a implantação dos projetos produtores de grãos incentivou a instalação da Bunge Alimentos S/A¹² no município, a qual contribuiu sobremaneira para o incremento da oferta de emprego para a população local, durante a construção da planta produtiva e quando do pleno funcionamento, porém em atividade historicamente de baixa remuneração.

Do universo alvo da pesquisa, 32,41% possuíam o ensino médio concluído, 27,31% nível fundamental incompleto, 14,35% não tinham instrução formal, mas assinavam o nome, 13,89% estavam cursando o ensino médio, 7,41% possuíam ensino fundamental completo, 3,70% o nível superior completo e somente 0,93% ainda encontrava-se no ensino superior, como demonstrado no Gráfico 2.

¹² A origem da Bunge data de 1818 na Holanda e em 1905 foi instalada a primeira empresa no Brasil em Santos no estado de São Paulo. A multinacional opera no Brasil em 270 cidades nos setores Bunge Alimentos e Bunge Fertilizante, que juntos formam a Bunge Brasil, empresa de agribusiness com o objetivo de atuar de forma integrada em toda a cadeia produtiva de grãos, ou seja, da plantação à transformação em produtos industrializados (FUNDAÇÃO BUNGE, 2007).

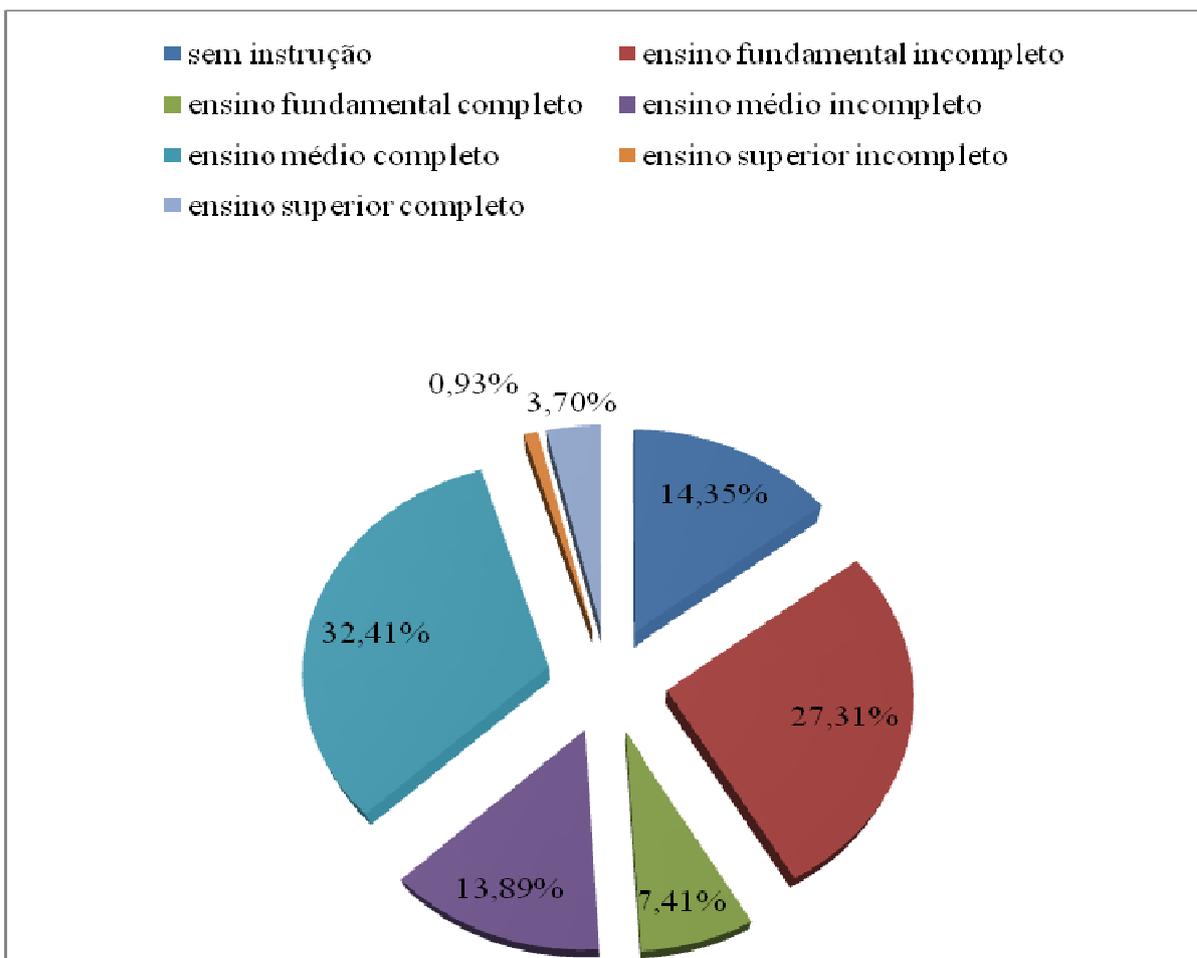


Gráfico 2: Escolaridade dos agentes econômicos sob investigação em Uruçuí - PI.

Fonte: Pesquisa de campo, março de 2008.

Em conformidade com o Gráfico 2, percebeu-se a predominância dos ensinos médio e superior no município com 36,11%. Este contexto manifestou que em função do reduzido contingente e da crescente demanda da trabalhadores qualificados para as atividades agrícolas e não-agrícolas, demonstrando que a estrutura educacional de Uruçuí está buscando suprir esta carência.

Destaca-se também, não obstante este cenário, que 41,66% dos trabalhadores encontram-se ainda sem instrução e com o ensino fundamental inconcluso, o que significou que os mesmos somente realizavam atividades que não exigiam qualificação formal, como pedreiro, eletricista, doméstica, office-boy, etc.

Constatou-se, outrossim, a diversificação das ocupações desempenhadas pelos trabalhadores de Uruçuí, na medida em que 31,30% eram estudantes, 24,81%

domésticas, 16,11% comerciantes, 6,02% lavradores, 3,24% donas de casa, 2,78% secretárias, 2,31% motoristas, 1,39% diaristas, frentistas, vigilante e técnico em eletrônica, 0,93% operários de máquinas, agente de saúde, dentista, carpinteiro, recepcionista, professor e gráfico, e 0,46% tratoristas, as demais profissões como vigilantes, funcionários públicos, pescador, frentista, soldador, advogado, etc, apresentaram reduzidas representações. A parcela de aposentados atingiu 10,65% do total analisado.

Faz-se mister demonstrar que a implantação dos projetos graníferos no município para 61,69% do total dos atores econômicos pesquisados, provocou o incremento da oferta de emprego, para 12,10% proporcionou o crescimento econômico, o qual redundou na intensificação da circulação de dinheiro e da arrecadação de impostos, para 10,48% acresceu o montante de pessoas no município, ocasionando o surgimento de novos bairros, aumentando, assim, o raio horizontal e para 4,44% proporcionou o melhoramento do sistema educacional, haja vista a expansão da quantidade e da qualidade de todos os níveis. Esta configuração, consoante com o pensamento de Moore (1963), expôs Uruçuí enquanto um local dinâmico que se modificou a partir do momento que começou a incorporar mecanismos inovadores para a comunidade local.

Ademais, ressalta-se que a instalação dos empreendimentos graníferos para 11,29%, ampliou as áreas destinadas ao cultivo de grãos, a qual impeliu como consequência a expansão do espaço rural. Tal panorama expressou que a imigração dos produtores agrícolas foram os responsáveis pelo estabelecimento de novas atividades econômicas, as quais suscitaram mudanças nos espaços até então pouco ocupados, como observado na Figura 7.



Figura 7: Visão parcial da Fazenda Condomínio União 2000 em Uruçuí - PI.

Fonte: Fianco (2007).

A referida Figura mostra uma Fazenda produtora de grãos cujo proprietário promove cursos de capacitação de aplicação de fertilizantes e agrotóxico para os empregados de 5h a 10h, por considerar que *“a saúde do trabalhador vem em primeiro lugar e neste ponto o estado do Piauí sai na frente dos demais Estados do Brasil que produzem soja”* (informação verbal)¹³. A relevância desta visão centra-se no conhecimento e no cumprimento da legislação ambiental.

Em consonância com o Gráfico 3, verificou-se que 43,05% dos atores sociais identificaram como a principal mudança no espaço urbano a partir da década de 1990, o crescimento do setor comercial, sobretudo, o de confecções e alimentos, em decorrência das novas demandas da população, por produtos de boa qualidade, contribuindo assim para aumentar a concorrência comercial na zona urbana. Para 30,10% foi significativo o crescimento da pavimentação das vias de acessos urbanos e

¹³ Fornecida pelo sócio/proprietário do Condomínio União 2000, Altair Domingos Fianco, em Uruçuí, em março de 2008.

rural, com o objetivo de racionalizar o tráfego e facilitar o escoamento da produção agrícola.

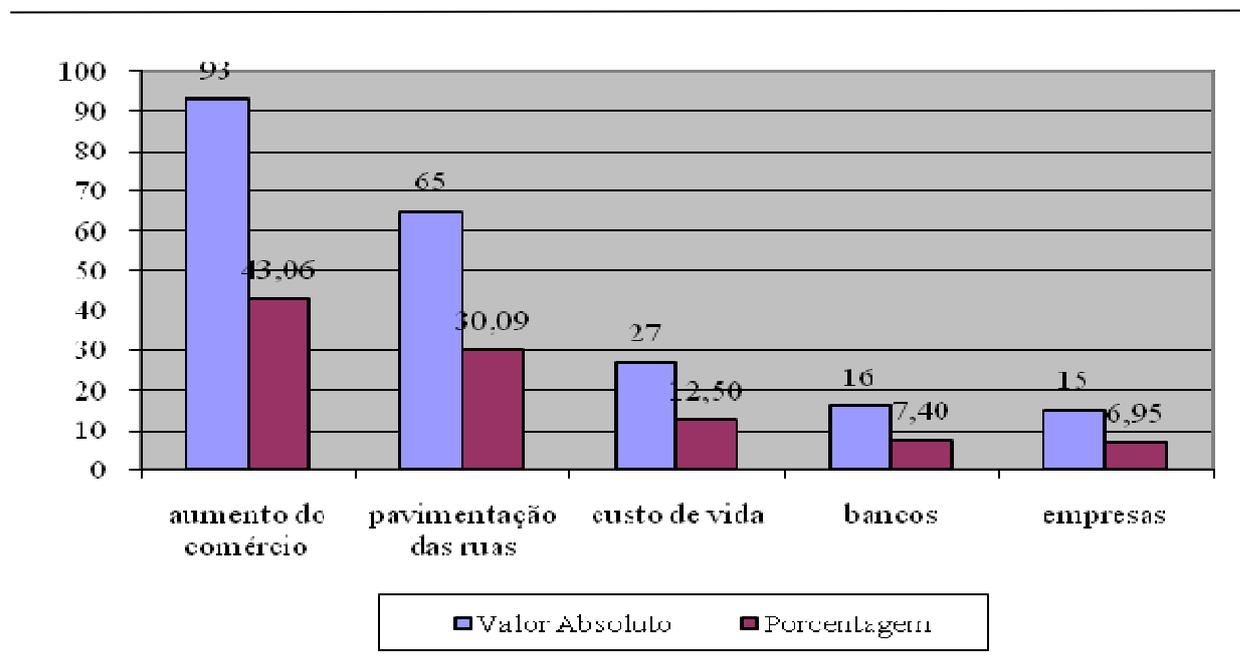


Gráfico 3: Distribuição das mudanças reconhecidas na zona urbana pelos agentes econômicos de Uruçuí - PI.

Fonte: Pesquisa de campo, março de 2008.

Ainda em conformidade com o Gráfico 3, 12,5% dos pesquisados reconheceram como consequência desse panorama a elevação do custo de vida, particularmente, de aluguel residencial que passou em média de R\$ 80,00 para R\$ 350,00. Este cenário estimulou o incremento de autoconstrução em áreas desprovidas de infra-estruturas, que de acordo com Haesbaert (2002), se constitui como redistribuidor dos grupos sociais, os quais assumem novas dimensões de organização da sociedade dentro de uma porção do território e que em Uruçuí provocou o surgimento de novos “bairros” na periferia do espaço urbano (Figura 8).



Figura 8: Acesso principal ao loteamento São Francisco, na zona urbana de Uruçuí - PI.

Fonte: Autora (2008).

A estrada exposta na Figura 8 é um exemplo axiomático da expansão da urbanização, ao exprimir o surgimento de aglomerados populacionais afastados do centro da sede do município como a comunidade Bela Vista, que segundo representante da Prefeitura, não é considerada oficialmente bairro. Tal contexto manifestou a horizontalidade do espaço urbano que para Santos, Sousa e Silveira (2002), consiste nos domínios da contiguidade dos lugares vizinhos reunidos por um processo de continuidade territorial que caracteriza o novo modelo de construção de territórios.

Assim, com vistas ao atendimento das distintas demandas, 6,95% e 7,40%, respectivamente, julgaram que a implantação de novas empresas e a ampliação do sistema bancário foram as mudanças mais perceptíveis no município. Em consonância com Santos e Silveira (2001), essa realidade exprimiu-se como espaços luminosos, na medida em que passaram a encenar técnicas e informações essenciais para atrair empreendimentos econômicos que carecem de capital e tecnologia. Destarte, ressalta-se que esta configuração territorial embasada na necessidade de diversificar as linhas de

créditos para os produtores de grãos e para a população como um todo, exigiu a expansão da rede bancária de Uruçuí que conta com o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Bradesco.

Esta conformação, resultante da produção de grãos no município, promoveu mudanças no espaço rural, as quais encontram-se explicitadas no Gráfico 4.

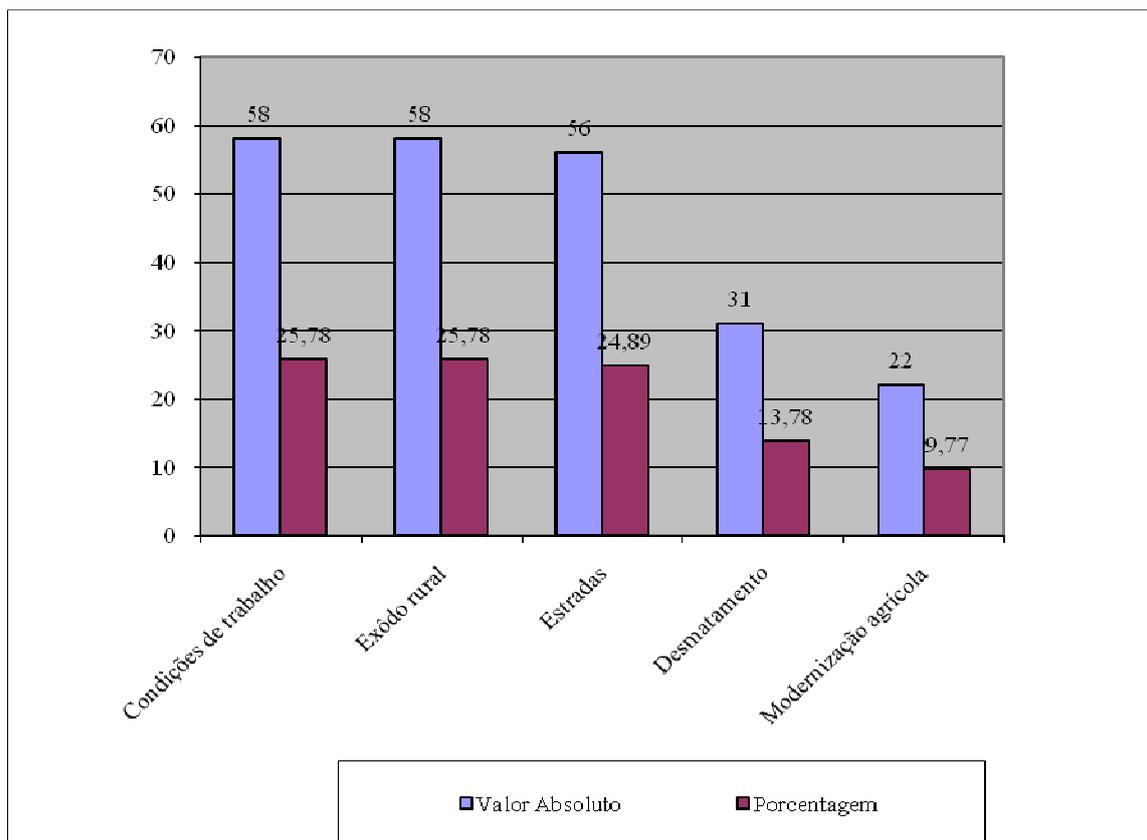


Gráfico 4: Percepção dos moradores de Uruçuí sobre a zona rural.

Fonte: Pesquisa de campo, março de 2008.

Diante do disposto no Gráfico 4, 25,78% e 25,78% dos pesquisados consideraram como modificações mais importantes o exôdo rural e as mudanças nas condições de trabalho, em virtude da recorrente migração de grande quantidade de famílias do campo para a cidade, e da instalação de atividades no campo com estreita ligação com as existentes na zona urbana. Esta situação de acordo com Fuller (1990), decorreu das novas funções agrícolas dependerem de outras não-agrícolas, o que proporcionou o surgimento das pluriatividades, enquanto uma das alternativas fundamentais de

utilização do espaço rural para atender a demanda do comércio internacional de *commodities*. Salienta-se, outrossim, que 24,89% reconheceram como proeminente a melhoria da malha rodoviária, especialmente da rodovia estadual PI-247, que liga os municípios de Uruçuí e Ribeiro Gonçalves (Figura 9) que é a opção de escoamento da produção agrícola.



Figura 9: Rodovia PI-247 que possibilita o acesso entre Uruçuí e Ribeiro Gonçalves - PI.

Fonte: Autora (2008).

A conveniência desta rodovia reside no fato de permitir o tráfico entre os municípios que produzem grãos no Estado e Ribeiro Gonçalves dispor de uma ponte sobre o rio Parnaíba que interliga o Piauí até o Porto de Itaqui em São Luís, no Maranhão, onde as *commodities* são transportadas para o mercado externo.

Ainda com referência ao Gráfico 4, identificou-se que 13,78% dos agentes econômicos expressaram o desmatamento como uma das alterações essenciais no espaço rural, como apresentado na Figura 10.



Figura 10: Plantação de soja no Condomínio União 2000.

Fonte: Fianco (2007).

Tal como demonstrado na Figura 10, para a efetiva exploração agrícola faz-se necessário o desmate. Nesse sentido, a instalação de grande quantidade de projetos produtores de grãos impulsionou a progressiva derrubada da vegetação, a qual redundou no extermínio da fauna e dos microorganismos, na medida em que a referida atividade produtiva alicerçou-se na grande propriedade. Enquanto, para 9,77% a mudança mais contudente assentou-se na agricultura erigida no uso de técnica e de insumos modernos, que possibilitou a elevação da produtividade e o surgimento de novas atividades econômicas complementares a agricultura.

De acordo com Campanhola e Graziano da Silva (2000), esta nova dinâmica agrícola em implementação no campo rural uruquiense foi fundamental, em virtude de gerar suportes físicos aos fluxos econômicos e sociais e favorecerem a integração dos espaços rural e urbano.

Já segundo Santos e Silveira (2001), esta conformação caracterizou-se como espaços luminosos, em função de proporcionar a dinamicidade da economia de Uruçuí

integrando os espaços a partir da lógica informacional geradas neste local, devido à utilização de capital, tecnologia, recursos naturais e mão-de-obra local.

Através da pesquisa, constatou-se que para 73,15% dos entrevistados a população de Uruçuí teve participação ativa no cultivo de grãos, seja diretamente na produção ou em atividades indiretamente relacionadas ao sistema produtivo. Este contexto, exprimiu o fortalecimento das ORNA's em Uruçuí, derivado em consonância com Basaldi (2001), de gerar atividades econômicas alternativas e complementares à granífera que oportunizaram a sustentabilidade do trabalhador na terra.

Sendo assim, 26,85% não perceberam a participação ativa da população nos projetos agrícolas, em razão de considerarem como atividade direta apenas as realizadas no interior das Fazendas, como tratorista, cozinheira, motorista, etc. Ressalta-se que este entendimento não evidenciou a incorporação de novas atividades, que não obstante não serem internas aos projetos, eram imprescindíveis a operacionalização do processo produtivo, as quais proporcionaram a reorganização territorial com a finalidade de atender as necessidades dos empreendedores agrícolas e para promover a melhoria das condições de vida da população de Uruçuí.

Este processo incitou a expansão de forma dinâmica de diversos ramos do setor comercial nos espaços urbanos e rural, como o surgimento de loteamentos, particularmente, nas proximidades das Fazendas para a construção de casas destinadas aos empregados da multinacional Bunge Alimentos S/A, como visualizadas nas Figuras 11 e 12, bem como de pequenos e médios comércios, como expostos nas Figuras 13 e 14.



Figura 11: Visão parcial da Bunge Alimentos S/A em Uruçuí - PI.

Fonte: Autora (2008).



Figura 12: Casas no loteamento Portal dos Cerrados na zona rural de Uruçuí - PI.

Fonte: Autora (2008).



Figura 13: Comércio de peças para caminhões e tratores na zona rural de Uruçuí - PI.

Fonte: Autora (2008).



Figura 14: Comércio de vendas de tratores no loteamento Portal dos Cerrados em Uruçuí-PI.

Fonte: Autora (2008).

Este panorama, como explicitado nas referidas Figuras, mostrou a interdependência entre os espaços rural e urbano em Uruçuí, na medida em que de acordo com Krahl e Campos (2006) exibiu diversas atividades, sobretudo, a comercial que manifestou a lógica da reprodução ampliada do capital.

Na perspectiva de Graziano da Silva (2002), esta realidade expressou o processo denominado de rurano, que significa um novo rural com características próprias dos espaços rural e urbano, porém perfeitamente interrelacionadas (Figura 15).

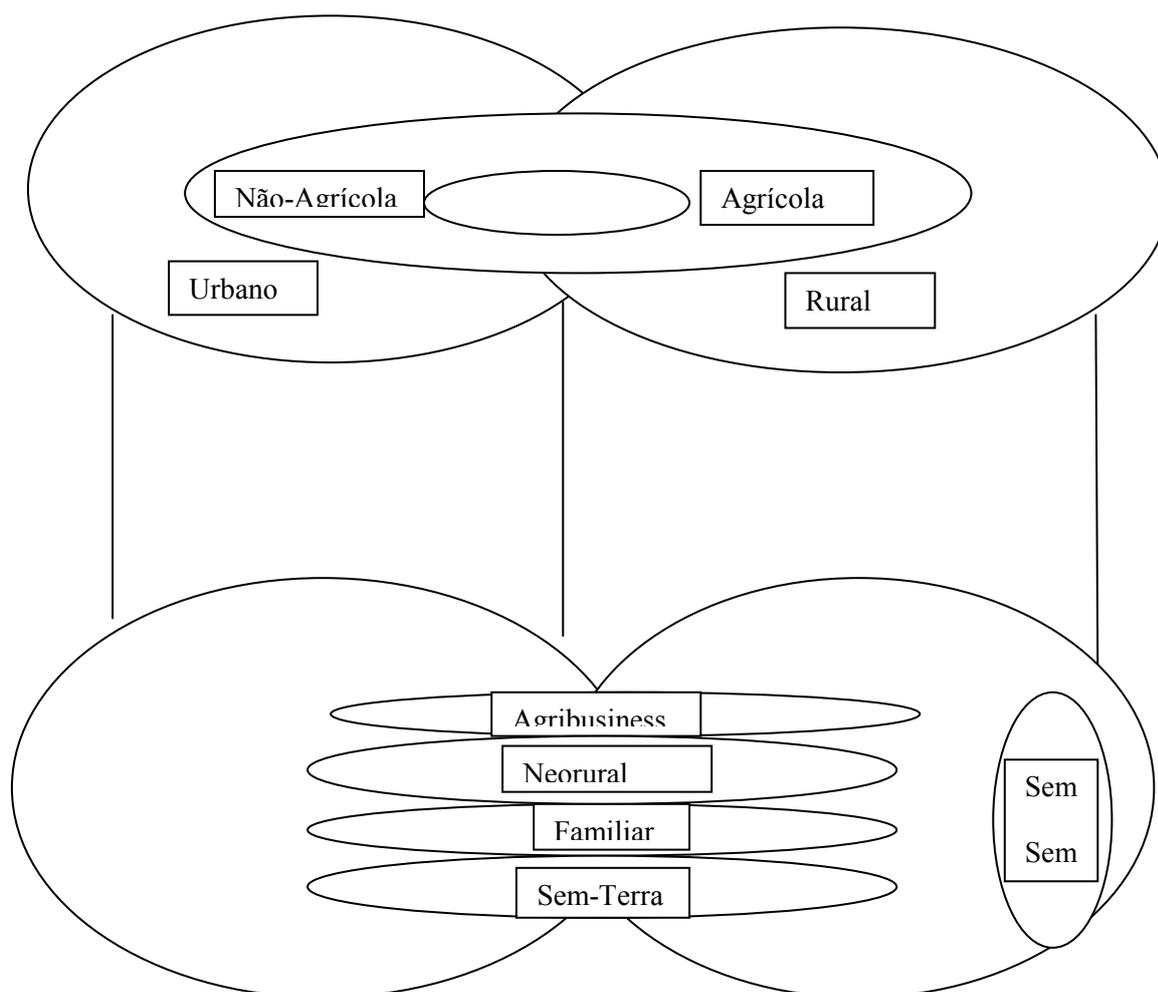


Figura 15: Esquema do mundo rurano.

Fonte: Graziano da Silva (2002, p. 414).

Consoante a Figura, comprovou-se que essa nova maneira de organização do espaço agrícola no Brasil alicerçou-se no desenvolvimento das pluriatividades, haja

vista a internalização de distintas atividades econômicas *vis-à-vis* às atividades em implementação na zona rural.

Dessa forma, reconhece-se que a lógica organizativa da economia em Uruçuí, baseada na produção de grãos, tem proporcionado diversas modificações não somente na zona rural, mas também na urbana, revelando a conformação denominada por Santos (2002) de construção do espaço de acontecer complementar, caracterizada pelas estreitas relações entre os espaços rural e urbano com a finalidade de produzir grãos, especialmente, soja, modernamente.

Tal cenário resultou-se na expansão do raio horizontal da cidade, consubstanciado por um lado, pela construção de condomínios de casas exclusivas para os diretores da Bunge Alimentos S/A (Figura 16). E, por outro lado, pela emergência de bairros no entorno do centro urbano sem infra-estruturas, como calçamento, rede de esgotos e sistema de água encanada e construção de residências sem fossas sépticas (Figura 17).



Figura 16: Casa dos servidores da Bunge Alimentos S/A no espaço urbano de Uruçuí-PI.

Fonte: Autora (2008).



Figura 17: Rua no bairro Areias em Uruçuí-PI.

Fonte: Autora (2008).

Segundo a Prefeitura Municipal de Uruçuí, a cidade possui oficialmente seis bairros: Água Branca, Malvinas, Aeroporto, Centro, Esperança e Areia. Contudo, por meio da pesquisa de campo, além desses, identificou-se os bairros Bela Vista, Vaquejada, Fogoso, Morro da Cruz, Golfo Pérsico e Jockey Club, que apesar de não serem formalmente reconhecidos, abrigavam os novos atores sociais, migrantes da zona rural e de demais localidades do Piauí e do Maranhão.

Este contexto expressou, em conformidade com Corrêa (2001), que o desenvolvimento da agricultura exportadora de grãos, ao estimular a fragmentação territorial no espaço urbano reproduziu a diferença funcional de cada segmento socioeconômico e ambiental.

5.2 Comerciantes locais

De acordo com o IBGE (2007), em Uruçuí existiam 286 (duzentos e oitenta e seis) estabelecimentos comerciais, distinguidos em reparação de veículos automotores, objetos pessoais, doméstico, alimentícios, bebidas, farmacêuticos, movelarias, auto escola, salão de beleza, açougue, dentre outros, distribuídos nos seis bairros formais. Deste total, aplicaram-se questionários junto a 30 (trinta) comerciantes, donde, constatou-se que 23,33% eram proprietários de mercearias que vendiam produtos de primeiras necessidades, como exposto no Gráfico 5.

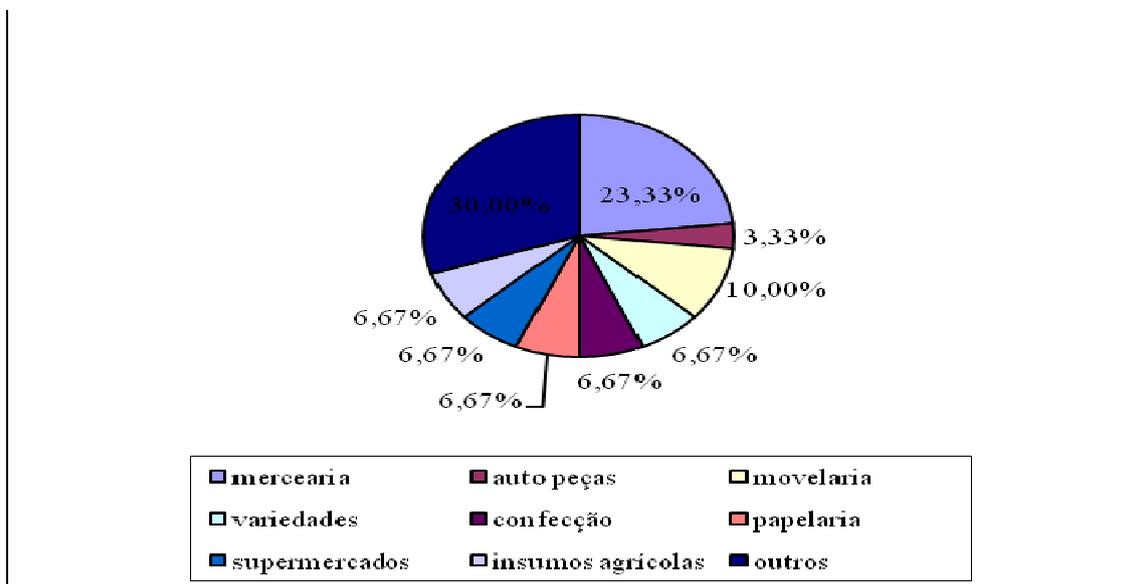


Gráfico 5: Estabelecimentos comerciais em Uruçuí-PI.

Fonte: Pesquisa de campo, março de 2008.

Através do Gráfico 5, verificou-se que 30,00% compreenderam os comerciantes que desenvolviam outros tipos de atividades, como cosméticos, autoescola, material de construção, açougue, dentre outros. Enquanto, 10,00% transacionavam móveis. Ressalta-se que cada negociante de confeção, supermercado, papeleria, variedades e insumos agrícolas era responsável por 6,67%, seguido de 3,33% do setor de auto peças. Enfatiza-se que os ramos comerciais que mais se expandiram em Uruçuí, concentraram-se nos dois últimos percentuais devido o aumento da demanda da população. Esta configuração segundo o IBGE (2007), possibilitou a arrecadação de R\$ 58.297,25, em 2005.

Ademais, faz-se premente salientar consoante a Fundação CEPRO (2003b), que a dinamização da atividade comercial em todo o estado do Piauí decorreu também do programa de estabilização da economia a partir de 1994, o qual proporcionou a melhoria do poder de compra da população, em especial a de baixa renda, redundando consequentemente, no incremento do consumo.

Em conformidade com Corrêa (2000), qualquer cenário semelhante a este incita a perda de território, pois o desenvolvimento econômico local estimula o surgimento de novas territorialidades. Em Uruçuí, este fenômeno foi gestado a partir da década de 1990, com a imigração de empreendedores agrícolas e comerciantes. Assim, no sentido de identificar a origem dos comerciantes, expõe-se o Gráfico 6.

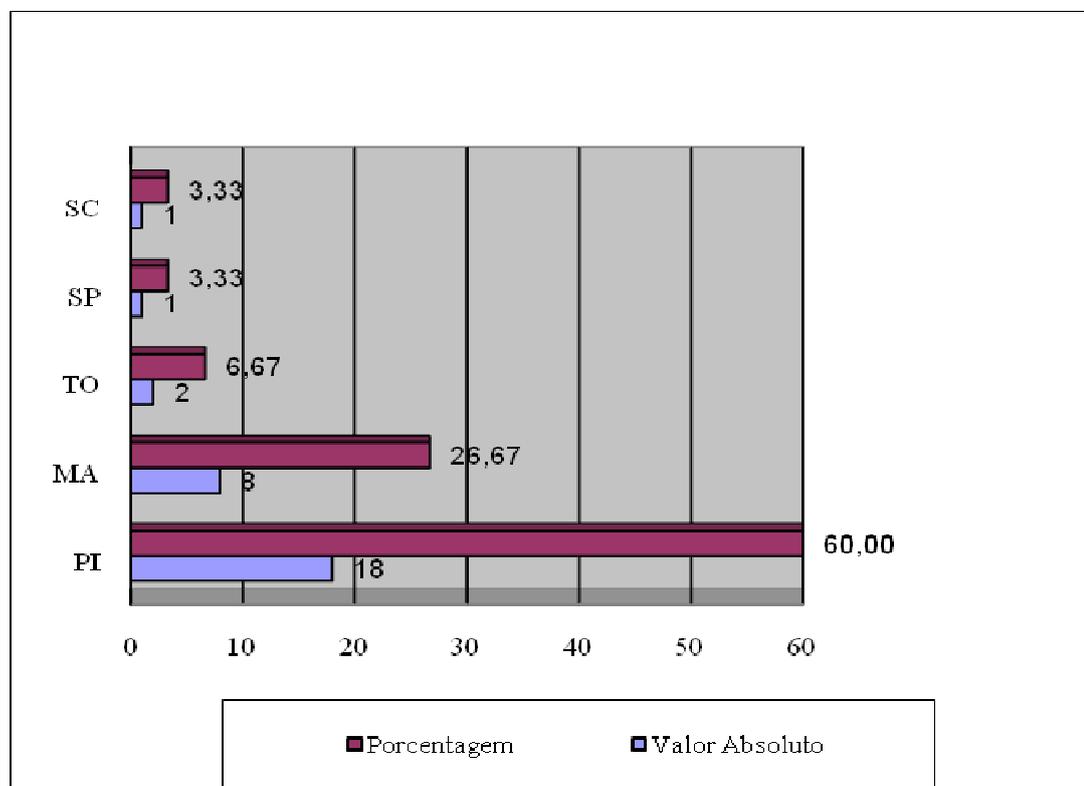


Gráfico 6: Naturalidade dos comerciantes de Uruçuí.

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2008.

Diante do disposto no Gráfico 6, 60,00% dos comerciantes eram naturais de diversas cidades do próprio Estado, 26,67% eram do Maranhão e 6,67% eram do Tocantins. Tais negociantes, em geral, pertenciam às famílias de comerciantes que transacionavam outros tipos de mercadorias. Enquanto, somente 3,33% respectivamente, eram procedentes de São Paulo e Santa Catarina, além disso, reassalta-

se no Gráfico 7, que 26,67% estavam há a mais de 10 (dez) anos desenvolvendo atividades comerciais, 33,33% de dois a cinco anos e 23,33% de seis a nove anos.

Como Santos e Silveira (2001), asseveram que é uma tendência natural a mobilidade de recursos humanos para áreas de baixa densidade demográfica em período de intensa ocupação, e como Uruçuí caracterizou-se por esse panorama, inferiu-se que em função do progressivo cultivo de grãos para a exportação, foi impulsionado consideravelmente o povoamento do município.

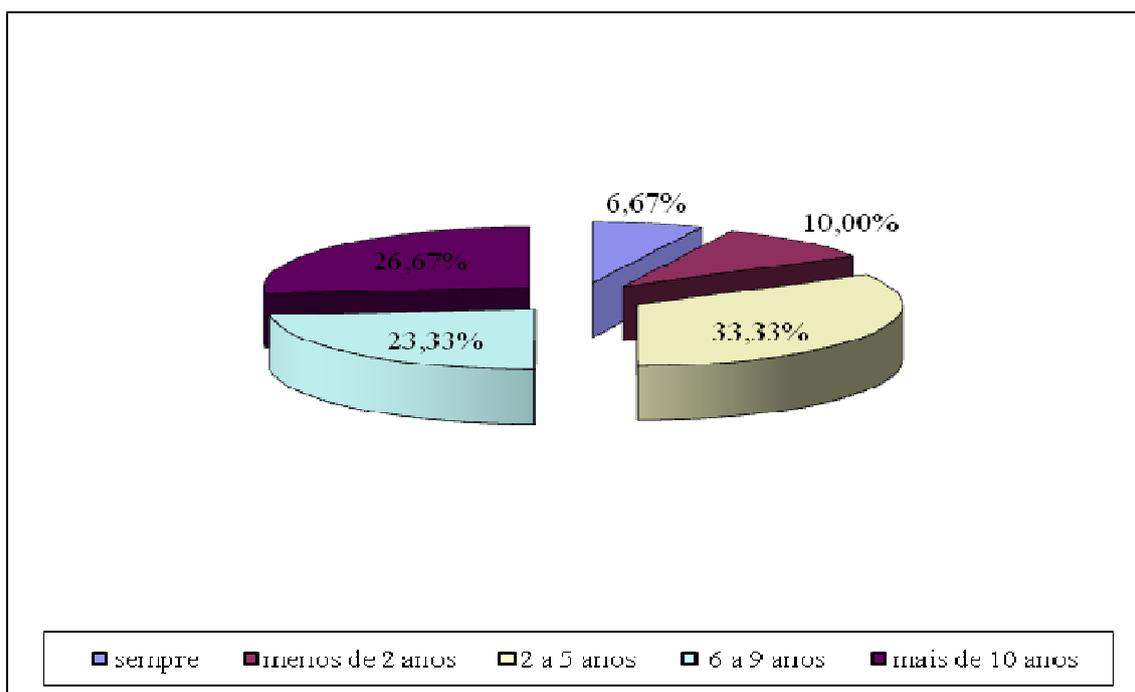


Gráfico7: Temporalidade de crescimento das atividades comerciais em Uruçuí.

Fonte: Pesquisa de campo, março de 2008.

Ainda com base no Gráfico 7, obsevou-se que 10,00% do universo pesquisado encontravam-se com menos de 2 anos comercializando no município e que somente 6,67% sempre desenvolveram esta prática. Destarte, enfatiza-se a prevalência do comércio como um dos ramos econômicos que mais cresceu em ambos os espaços rural e urbano, o que contribuiu significativamente para aumentar o contingente de trabalhadores com ocupações fixas e/ou temporárias.

Esta realidade, refletiu a conjuntura presenciada no Piauí, na medida em que em consonância com a Fundação CEPRO (2003b), o setor agrícola foi o que mais ocupou,

enquanto os setores comercial e de prestação de serviços empregavam mais intensivamente, sendo responsáveis em média por 70,1% dos postos de trabalho formal do Estado.

Acrescenta-se, outrossim, que 54,55% do universo pesquisado denotou que os empreendedores agrícolas promoveram o aumento da circulação de dinheiro no município, o que redundou no incremento da comercialização de produtos, resultando assim em geração de novas vagas de trabalho. Esta dinamicidade estimulou que 45,45% dos comerciantes diversificassem as mercadorias ofertadas com o objetivo de atender a crescente demanda, elevando, conseqüentemente, a taxa de lucro. Demonstra-se esta situação através da Figura 18, ao expor o primeiro empreendimento comercial de Uruçuí.

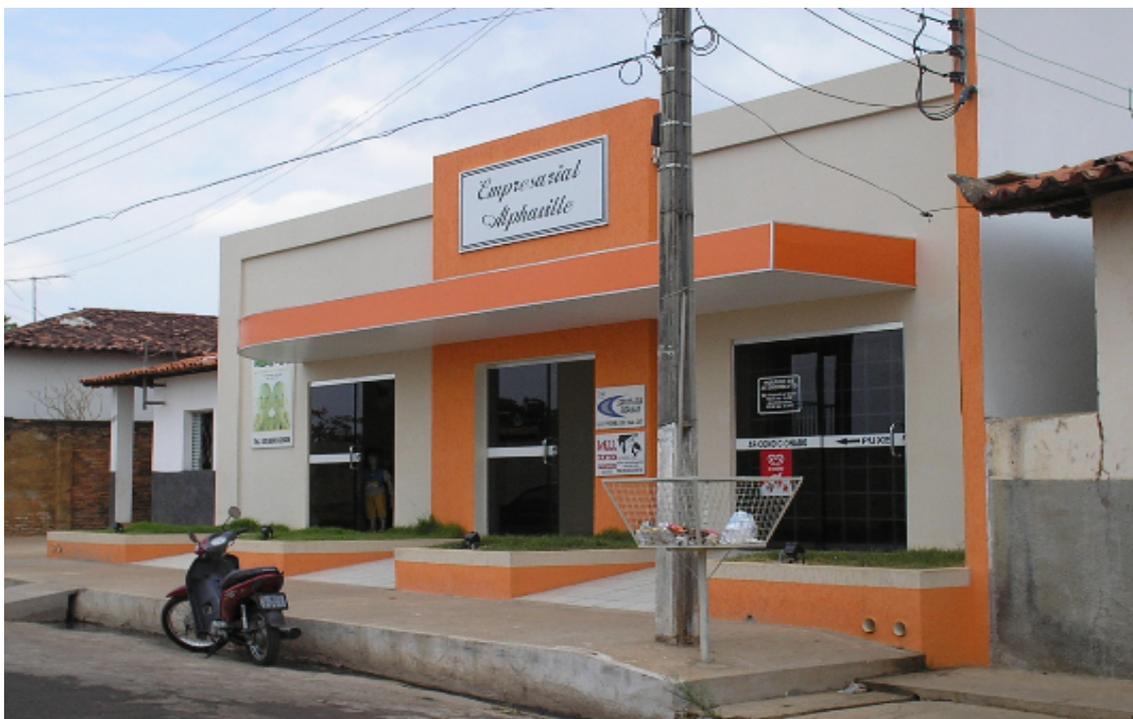


Figura 18: Centro Empresarial Alphaville em Uruçuí-PI.

Fonte: Autora (2008).

A referida Figura explicitou a interiorização do modelo de segregação no município, que de acordo com Corrêa (1993, p.59) manifesta “uma área geográfica caracterizada pela individualidade física e cultural. Seria ela resultante do processo de competição pessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais”.

Ou seja, tal contexto em Uruçuí implicou na aquisição de bens de produção duráveis e não-duráveis pela população de maior poder aquisitivo.

Nesse sentido, destaca-se que as ditas formas de territorialização mostrada na Figura 18, expressaram a flexibilidade dos espaços urbano e rural, porque permitiram uma nova configuração de territórios para cada momento histórico, que para Haesbaert (2002) expressa o processo de reterritorialização.

Esta realidade vivenciada em Uruçuí consiste, em conformidade com Corrêa (2001), na construção e reconstrução de novos territórios, caracterizada pela constituição da materialidade social, criada por um lado pelo reflexo dos conflitos sociais e, por outro lado, por ser resultante do desenvolvimento das forças produtivas que gera novas tecnologias e meios de produção.

Ademais, evidenciou também a impraticável análise do território a partir dos fixos que os formaram, senão, entendê-lo por meio da relação que os fluxos proporcionaram com a interdependência dos espaços, haja vista que para Santos (2000, p. 84) “as atuais compartimentações dos territórios ganham esse novo ingrediente”, cuja característica básica centrou-se em selecionar espaços que podem ser considerados de rapidez.

Nessa perspectiva, concorda-se com Santos e Silveira (2001, p. 263), quando asseveram que os referidos espaços de rapidez eram dotados de maiores relações de vida, na medida em que se conformaram como “fruto da atividade econômica ou sociocultural [...] que responde a necessidade de uma circulação mais longínqua”.

Esta configuração exposta no Gráfico 8, revelou que 33,33% dos pesquisados avaliaram como impacto mais danoso ao meio ambiente o desmatamento, em virtude das grandes extensões de terras utilizadas para a produção de grãos, as quais transformaram as áreas planas do cerrado em “mar verde de soja” (Figura 19).

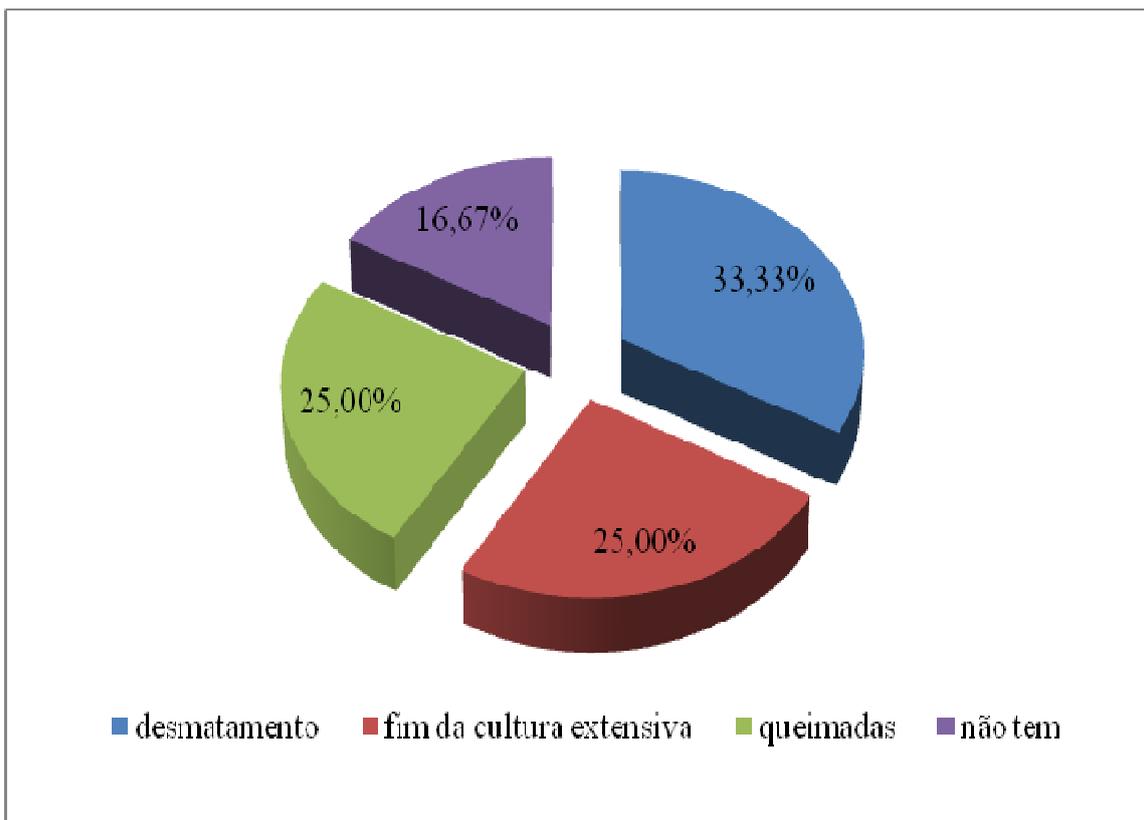


Gráfico 8: Problemas ambientais identificados pelos comerciantes de Uruçuí-PI.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.



Figura 19: Plantação de soja no município de Uruçuí-PI.

Fonte: Fianco (2007).

Enquanto, para 25,00% as externalidades negativas mais proeminentes foram as queimadas e a sinalização da finitude da pecuária extensiva, uma vez que as novas exigências das atividades graníferas alicerçadas em técnicas modernas, impediram a histórica criação de animais soltos nas áreas de terras planas.

Contudo, 16,67% não identificaram nenhum problema ambiental, não obstante reconhecerem que a atuação dos empreendedores agrícolas tenha proporcionado grandes mudanças econômicas em Uruçuí.

Tal contexto municipal refletiu a análise da Fundação CEPRO (2003b), de que as transformações operadas na atividade agrícola piauiense, além de serem relativamente recentes, eram estreitamente relacionadas à implantação de empresas voltadas para a produção granífera, sobretudo, soja.

Faz-se mister salientar, outrossim, que 80,00% do universo pesquisado constataram que o progressivo cultivo de grãos contribuiu para a integração dos espaços

rural e urbano, especialmente com a intensificação da migração pendular ocasionada pelo surgimento e desenvolvimento de diversas atividades na zona rural, as quais demandaram mão-de-obra da zona urbana, internalizando assim, segundo Basaldi (2001) o conhecido *commuting*.

Esta conformação, identificada em Uruçuí pela crescente incorporação e utilização do espaço rural a partir da década de 1990, expressou a celeridade da urbanização do campo, redundando em uma nova ruralidade que se consolidou por meio do *continuum* rural-urbano que, consoante com Reis (2006), consiste na abolição da perspectiva dicotômica tão presente no debate sobre os espaços rurais e urbanos.

Todavia, apesar desta realidade, 20,00% dos pesquisados consideraram o espaço rural como oposição à urbanidade. Esta situação, explicitada por Graziano da Silva (1998), constitui-se no primeiro mito do rural brasileiro, o qual associa a modernidade oposto ao atraso. Porém, sem embargo esta constatação reconheceu a internalização do progresso técnico no processo produtivo da zona rural.

Diante do exposto, verificou-se que os representantes do setor comercial de Uruçuí têm colaborado sobremaneira para a dinamização do comércio, como alternativa de atendimento das necessidades dos produtores rurais e para a geração de empregos, que tem possibilitado a redução da grave situação de pobreza ainda presente no município.

5.3 Moradores da zona rural de Uruçuí

Embasado no procedimento metodológico, a pesquisa de campo realizada junto às comunidades da zona rural entrevistou 83 (oitenta e três) chefes de famílias, distribuídos em 21 (vinte e um) e 42 (quarenta e dois) nos Assentamentos Santa Tereza e Flores, e 10 (dez) nas comunidades Sangue e Tamboril, respectivamente.

Essa investigação identificou que 83,13% do universo pesquisado eram naturais da zona rural de Uruçuí e eram pequenos e médios proprietários ou parceiros, cuja sobrevivência dependia exclusivamente da agricultura de subsistência nos Assentamentos e nos Povoados. Já 4,82% e 2,41%, respectivamente, eram originários

dos municípios de Sebastião Leal e Bertolândia, os quais se deslocaram para Uruçuí na perspectiva de conseguir postos de trabalho ou adquirir terras a baixo custo com a finalidade de explorá-las economicamente.

No entanto, 9,64% eram oriundos dos municípios de Ribeiro Gonçalves, Antônio Almeida, Itaueiras e Baixa Grande do Ribeiro no Piauí, e Benedito Leite, Loreto e Caxias, no Maranhão. Tal configuração está apresentada no Gráfico 9.

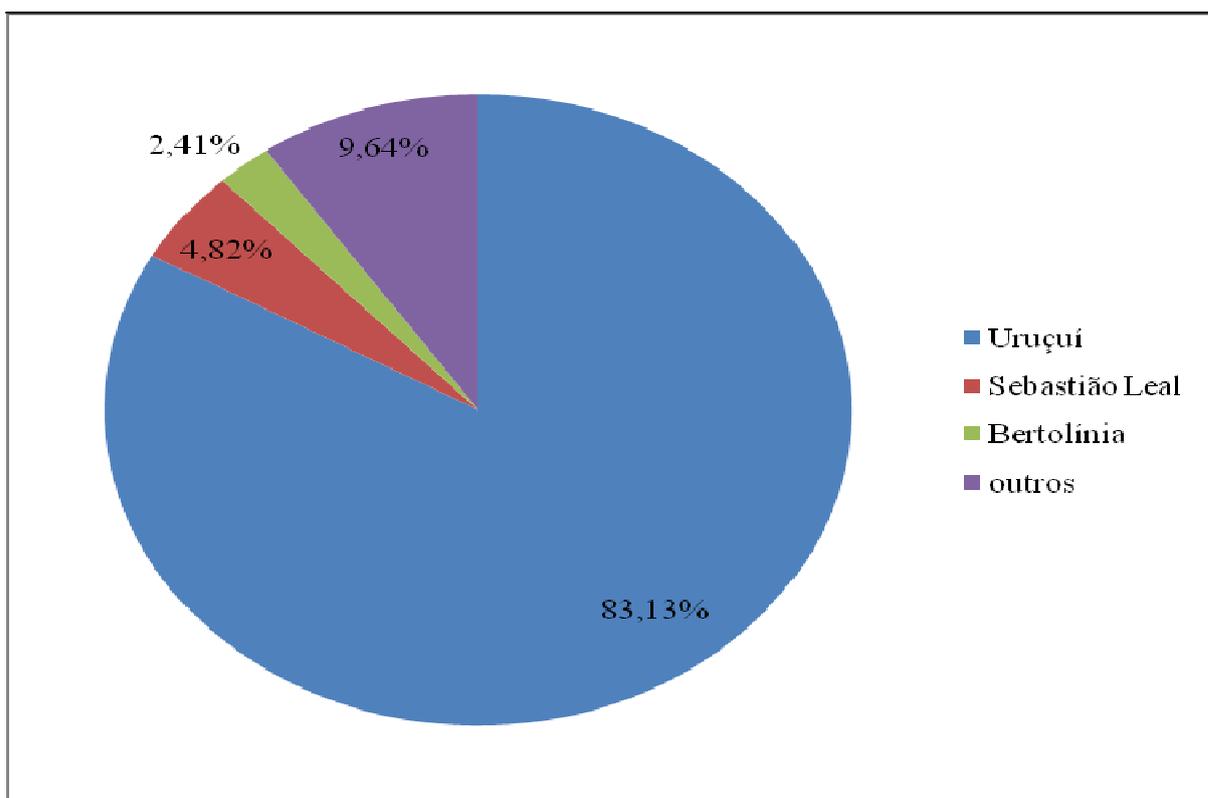


Gráfico 9: Naturalidade dos moradores da zona rural de Uruçuí-PI.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

Este contexto revelou que a criação de Assentamentos no território brasileiro, como Santa Tereza e Flores, em conformidade com Bergamasco e Norder (1996), não decorreu somente de uma política deliberada para atender as necessidades das populações rurais, mas, sobretudo, para atenuar os conflitos sociais no campo em função do estabelecimento de grandes propriedades produtoras de grãos em áreas povoadas por agricultores rurais, como ocorreu em Uruçuí. Assim, mesmo com a posse da terra, os pequenos produtores rurais não dispunham de condições de infra-estruturas

sociais básicas, como saúde, educação, transporte, dentre outras, que conduzissem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos Assentamentos.

Observou-se por meio da pesquisa, que 59,04% dos moradores rurais eram lavradores (Gráfico 10), os quais produziam para subsistência o arroz, feijão, milho, mandioca e sorgo, e quando ocorria a geração de excedente, os mesmos comercializavam nas feiras livres nos espaços urbanos de Uruçuí. Já 16,87% eram domésticas na zona urbana, logo eram obrigadas a migrarem diariamente ou semanalmente entre o campo e a cidade, conforme o regime de trabalho. Este panorama, segundo Basaldi (2001), tem se tornado recorrente no Brasil, devido concorrer para a inserção da população rural e urbana em atividades não-agrícolas, provocando, dessa forma, o aumento da mobilidade dos trabalhadores de Uruçuí entre os espaços territoriais. Salienta-se que, somente 7,23% eram donas de casas e ocupavam-se exclusivamente com os afazeres domésticos, enquanto o chefe da família trabalhava na lavoura ou para uma empresa produtora de grãos.

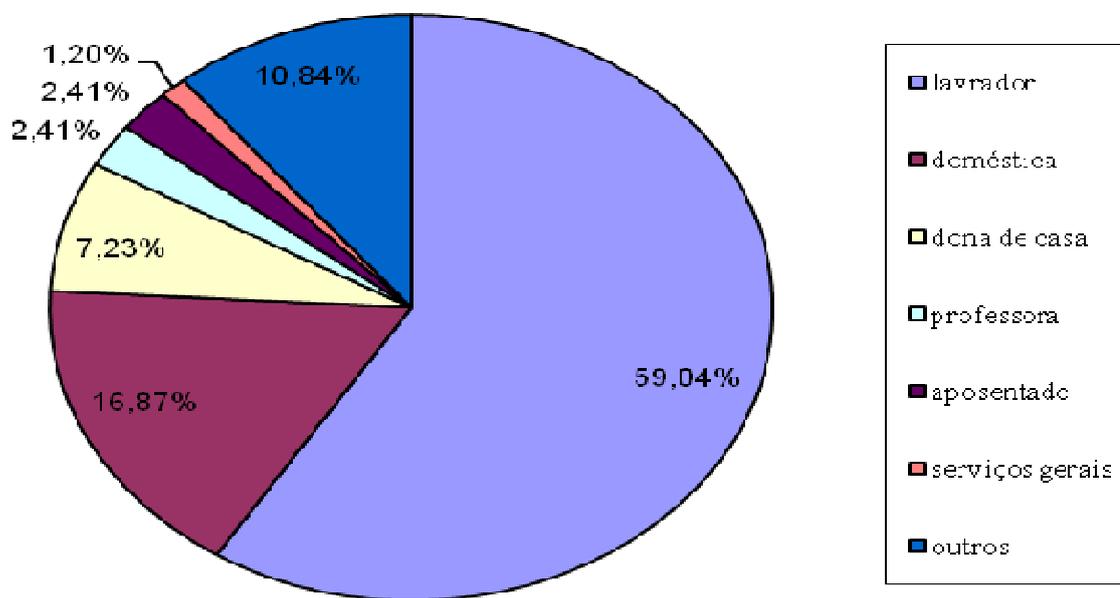


Gráfico 10: Profissão dos moradores da zona rural de Uruçuí-PI.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

Ainda de acordo com o Gráfico 10, 2,41% eram aposentados e habitavam na zona rural na perspectiva de melhorarem a qualidade de vida, seja por meio do cultivo em exíguas áreas para “passar o tempo” realizando alguma tarefa diária, ou porque não se adequavam mais ao modo de vida da cidade. Explicitou, por outro lado, que 2,41% eram professoras com nível superior completo, das escolas públicas municipais localizadas em povoados e/ou Assentamentos e moravam na própria comunidade.

Ressalta-se que 10,84% e 1,20%, dos residentes na zona rural exerciam outras profissões e serviços gerais, respectivamente. Tal conformação, consoante Basaldi (2001), era vivenciada no espaço rural brasileiro desde os anos de 1980 quando ocorreu o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas da população economicamente ativa com domicílio rural. Outrossim, destaca que este fenômeno decorreu da crise da agricultura ter provocado o surgimento de novas atividades no meio rural, gerando como consequência a emergência de novos atores rurais e a similaridade dos mercados de trabalho urbano e rural.

Com base na concepção de Saquet (2007), inferiu-se que este panorama expressou o aparecimento de novos territórios sem fronteiras políticas, geográficas, econômicas e sociais, manifestando a complementaridade das atividades econômicas próprias da moderna lógica do capital no atual estágio da globalização mundial.

Faz-se mister destacar também que, o sorgo era negociado com os proprietários dos empreendimentos produtores de grãos, em particular, soja, em função de ser um importante nutriente na fase de preparação do solo (Figura 20).



Figura 20: Plantação de sorgo no Assentamento Santa Tereza em Uruçuí-PI.

Fonte: Autora (2008).

Através da pesquisa de campo verificou-se que 68,67% do universo pesquisado evidenciaram a abertura de novos postos de trabalho e aquisição das terras nos Assentamentos, como as contribuições mais relevantes para o município após a instalação das fazendas graníferas.

Já 20,48% enfatizaram o setor comercial como o mais beneficiado, derivado da expansão quantitativa e do tamanho dos comércios nas proximidades do local de moradia, ocasionando, assim, uma nova organização espacial, ou seja, um refazer de territórios, que em consonância com Haesbaert (2002, p.122), variam conforme “a natureza dos fluxos em deslocamento, sejam eles fluxos de migrantes, de mercadorias, de informações ou de capital”.

Contudo, não obstante esta realidade, 10,85% não identificaram nenhuma vantagem no município como resultado da produção granífera. No entanto, sobressai-se que o contexto de mudança proporcionou para 49,4% dos moradores da zona rural alterações nas condições de trabalho no campo, especialmente em virtude da intensificação do uso de máquinas e equipamentos modernos nas fazendas (Figura 21).



Figura 21: Máquina colheitadeira de soja em uma Fazenda agrícola em Uruçuí-PI.

Fonte: Fianco (2007).

Essa configuração, segundo Basaldi (2005), derivou da progressiva concorrência intercapitalista que permeou o mercado de *commodities* em nível mundial, que além de dinamizar a produção de grãos, em especial, soja, dinamizou também o mercado de máquinas, equipamentos e insumos modernos destinados à agricultura.

Destaca-se, por outro lado, que 24,1% admitiram o desmatamento como o fenômeno mais perceptível, em função da ocupação das grandes extensões de áreas planas com o cultivo de grãos, conforme explicitado na Figura 19. Ao passo que, para 26,5% a infra-estrutura, isto é, o fornecimento de energia, água e estradas, constituíram-se nas transformações mais significativas no espaço rural, como explicadas no Gráfico 11.

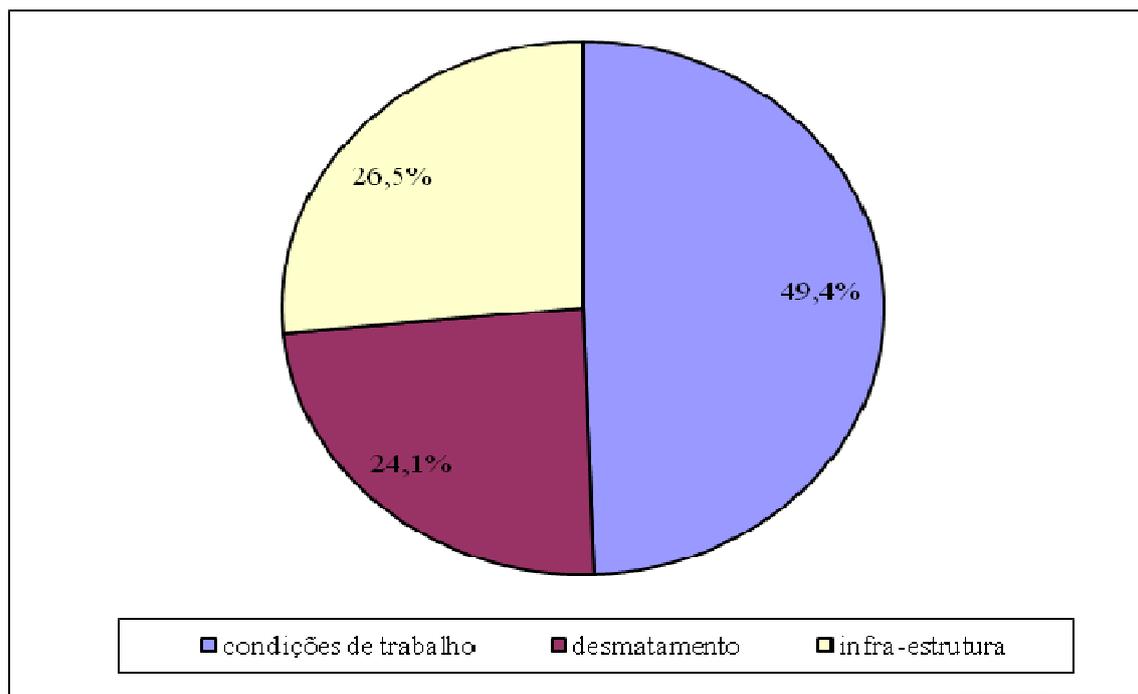


Gráfico 11: Mudanças identificadas pelos moradores da zona rural de Uruçuí-PI.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

Tais constatações expuseram que a geração e a expansão de novos postos de trabalho no campo contribuíram para o surgimento das pluriatividades, como elos para as históricas atividades próprias do meio rural que, consoante com Kageyama (2002), resultou do esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais.

Sem embargo Campanhola e Graziano da Silva (2000) reconheceram a baixa incidência das pluriatividades familiares no Brasil, concentradas em atividades de reduzida remuneração e baixa qualificação profissional, distinguiram uma vigorosa tendência para o incremento do contingente de famílias rurais pluriativas e não-agrícolas, derivado da recorrente diminuição da renda média do trabalhador exclusivo da agricultura, em virtude da intensificação da mecanização no campo.

Nessa perspectiva, Kageyama (2002) reafirma a forte tendência de crescimento da importância das pluriatividades para as famílias residentes no campo, em regiões antes centradas na agricultura tradicional, o que significa a diminuição de territórios classificados anteriormente como eminentemente ou exclusivamente rurais, na maioria dos países desenvolvidos e nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Ademais, 75,9% do universo pesquisado enfatizaram a ativa participação dos residentes na zona rural, direta ou indiretamente, em todas as atividades desenvolvidas nos empreendimentos produtores de grãos, como determinantes das mudanças no município. Já 13,3% não perceberam tal dinamização na economia uruçuiense haja vista dedicarem-se exclusivamente a agricultura de subsistência, enquanto 10,8% não se manifestaram, pois não observaram nenhuma mudança expressiva no local de moradia, como exposto no Gráfico 12.

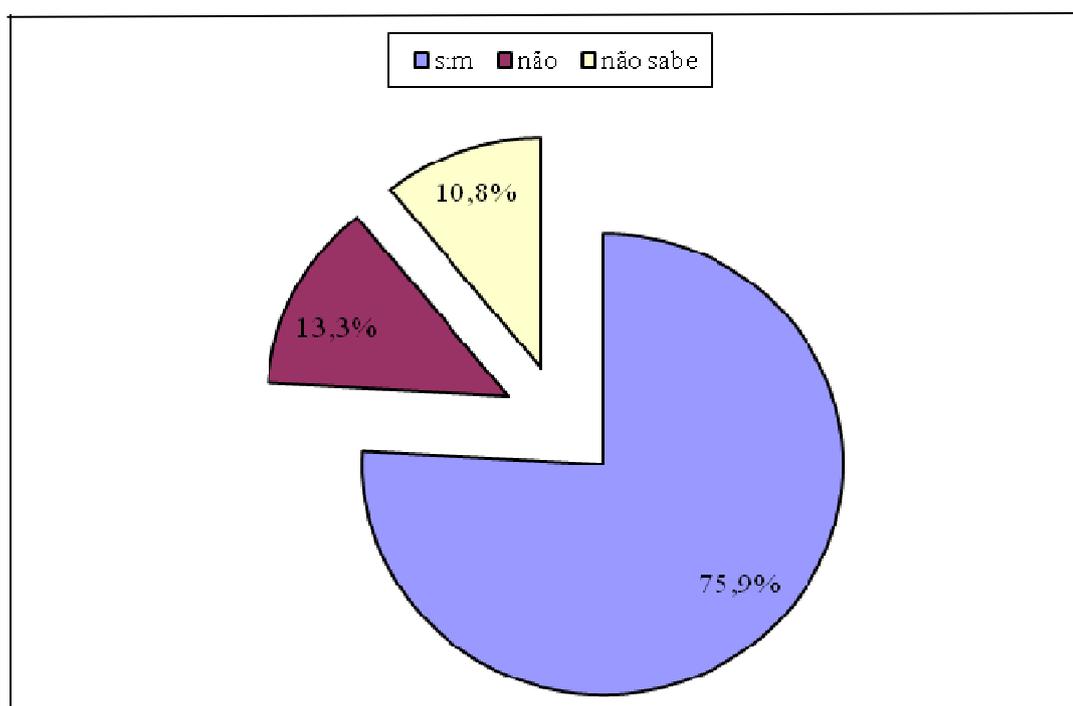


Gráfico 12: Participação da comunidade rural de Uruçuí-PI nas atividades dos empreendimentos agrícolas.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

Porém, apesar do último posicionamento, salienta-se que o desempenho nas atividades agrícolas e não-agrícolas foi de fundamental importância para a população de Uruçuí, na medida em que contribuiu para a diversificação da funcionalidade produtiva da sociedade e do espaço rural, em concordância com a concepção de Kageyama (2002, p. 12) de que as “pluriatividades não eram, como se chegou a pensar, o prenúncio da saída da agricultura, mas uma solução funcional no nível micro de elevar a renda familiar e viabilizar a sua permanência no campo”.

Todavia, ressalta-se que ao mesmo tempo em que se reconhece a relevância da instalação dos produtores de grãos na zona rural de Uruçuí para a reorganização do espaço territorial no campo, para a distribuição das terras no sentido de acomodar os trabalhadores em Assentamento e para a permanência dos antigos povoados nas áreas próximas as fazendas e aos baixões, evidencia a crescente dependência da dinamização dos espaços urbano e rural do município, devido à interrelação das atividades agrícolas de pequeno, média e grande escalas, com atividades empresariais, industriais e serviços. Esta configuração, segundo Haesbaert (2006), consistiu na internalização da reterritorialização, mediante o movimento de construção de territórios que foram desterritorializados, quando o município de Uruçuí assumiu outros movimentos que o levou a uma nova lógica de organização socioespacial.

5.4 Produtores rurais

Em consonância com o IBAMA (2007), existiam 67 (sessenta e sete) fazendas produtoras de grãos em Uruçuí. Deste total, aplicaram-se, de forma aleatória, questionários junto a sete produtores rurais, correspondendo a uma amostra de 10,45%. Por meio da análise da pesquisa, identificou-se que 71,4% dos proprietários das fazendas eram naturais do estado do Rio Grande do Sul e somente 28,6% eram oriundos do Paraná (Gráfico 13).

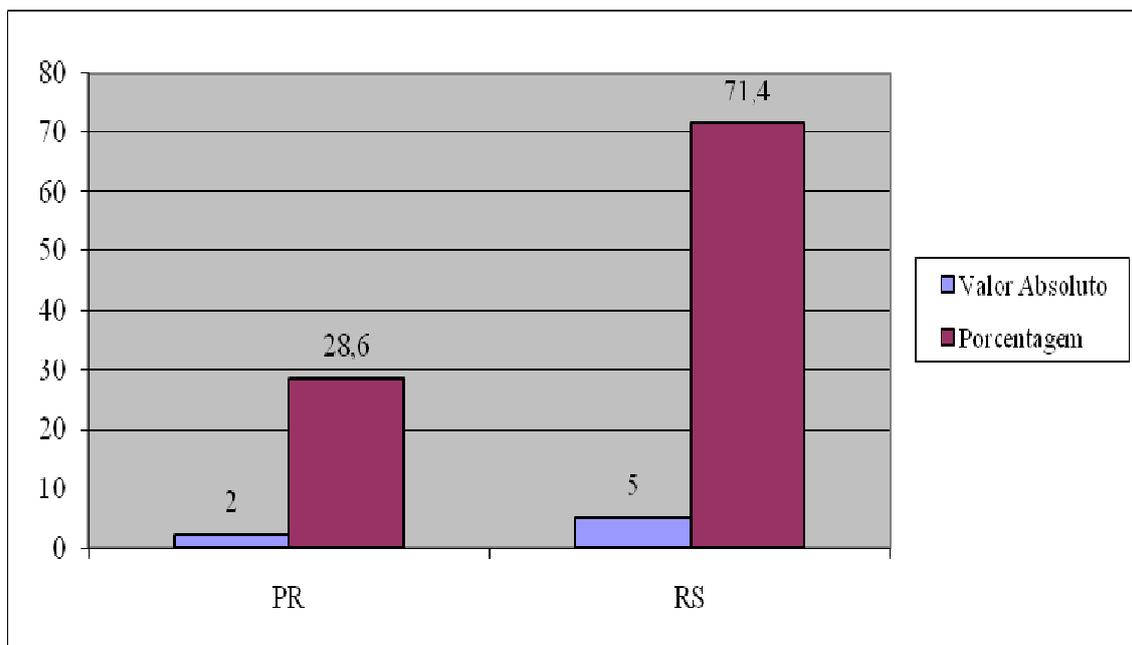


Gráfico 13: Naturalidade dos produtores de grãos de Uruçuí-PI.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

A predominância da origem gaúcha dos produtores de grãos em Uruçuí, como exposto no Gráfico 13, confirmou a denominação dada ao conjunto dos migrantes de “gaúchos”, sem embargo destacar a presença de empreendedores provenientes de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e do próprio Piauí, porém os mesmos não integraram a amostra aleatória.

Conforme Elias (2006), a modernização da agricultura nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste terem ocorrido a partir da década de 1960 e a necessidade de acrescer a geração de divisas para equilibrar o balanço de pagamentos do Brasil, fez-se premente a difusão da cultura de grãos e, em particular, da soja nos cerrados nordestinos. Para tanto, contou com a migração de grande quantidade de empresários agrícolas oriundos das ditas regiões, os quais provocaram transformações na dinâmica populacional e territorial do Nordeste.

Nessa perspectiva, para Sposito (2004), a dinâmica populacional redundou na (re) organização territorial de Uruçuí, resultante dos diferentes usos do espaço pelos produtores graníferos, que se apropriaram e transformaram a natureza, em virtude do espaço ser um recurso natural essencial para a realização das distintas atividades

produtivas, como indústria, mineração e agricultura, as quais estabeleceram a distinção deste território sobre os demais.

Quanto ao tempo de moradia dos produtores rurais no município, constatou-se pelo Gráfico 14, que 57,1% residiam em Uruçuí de quatro a sete anos e 28,6% habitavam e desenvolviam atividades agrícolas a mais de oito. De acordo com Alves (2005), estes últimos foram os responsáveis pelos novos contornos espaciais e demográficos, os quais geraram como consequência mudanças nos âmbitos econômicos, ambientais e socioculturais nas áreas rurais e urbanas.

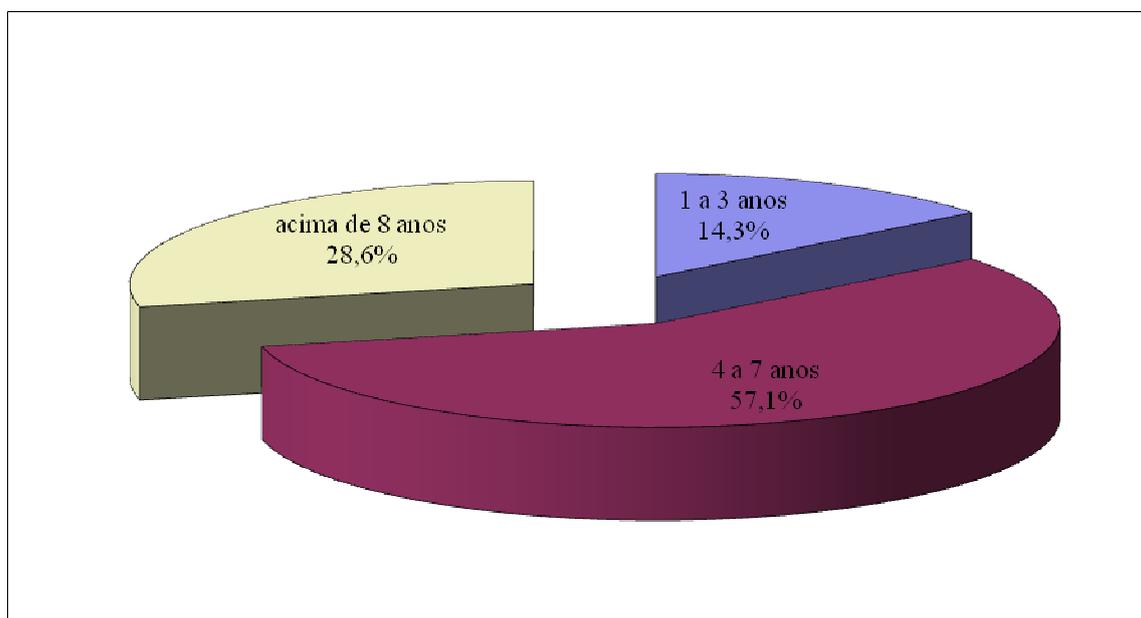


Gráfico 14: Tempo de moradia dos produtores rurais em Uruçuí.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

Ainda em relação ao Gráfico 14, somente 14,3% do universo pesquisado encontravam-se em Uruçuí de um a três anos, como agricultor. No entanto, consoante com Alves (2005), no Brasil apenas recentemente um conjunto de municípios passou a ganhar centralidade alicerçada no crescimento da agricultura produtivista para o atendimento das novas demandas da agricultura moderna.

Com base na classificação¹⁴ estabelecida pelo INCRA para a estrutura fundiária, identificou-se que em Uruçuí 28,6% dos imóveis rurais¹⁵ possuíam de 100 a menos de 1.000 hectares e 71,4% contavam com áreas de mais 1.000 hectares, como mostrado no Gráfico 15.

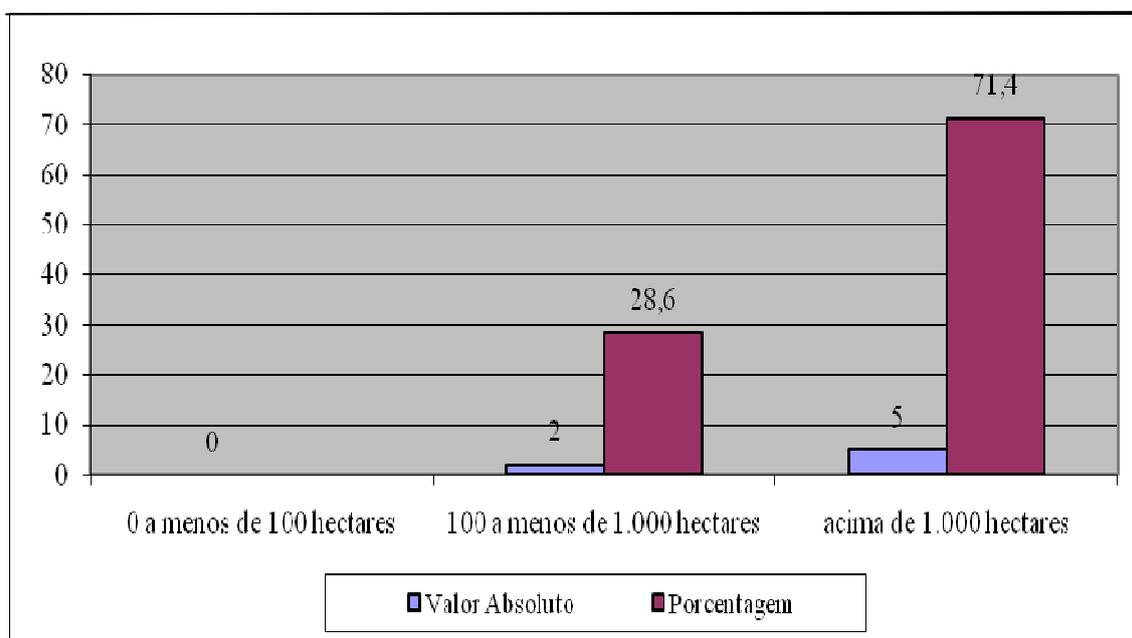


Gráfico 15: Classificação das propriedades agrícolas de Uruçuí-PI.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

A partir da classificação adotada pelo referido Instituto para determinar o tamanho dos espaços destinados à agricultura, o Gráfico 15 manifestou que 28,6% e 71,4% encontravam-se nos estratos de área de média e grande propriedades, respectivamente.

Esta configuração expressou a conjuntura explícita dada pela Fundação CEPRO (2005), que em Uruçuí, neste ano, os imóveis rurais totalizaram 713 (setecentos e treze), e que desse total, 38,5% concentraram-se no grupo de área de menos 10 hectares, 18,4% de 10 a menos de 50 hectares, 10,8% de 50 a menos de 100 hectares, 23,6% de 100 a

¹⁴ Os espaços agrícolas são classificados pelo INCRA da seguinte forma: de 0 a menos de 100 hectares, de 100 a menos de 1.000 hectares e acima de 1.000 hectares em pequena, média e grande propriedades, respectivamente.

¹⁵ A Lei nº 8.629 de 25/02/1993 caracteriza imóvel rural como um prédio rústico de área contínua em qualquer localização, voltado para a exploração agropecuária, extrativa, florestal e agroindustrial.

menos de 500 hectares e somente 8,7% no estrato de 500 a mais hectares. Tal conformação demonstrou que a estrutura fundiária no município era marcada por um pequeno montante de estabelecimentos com extensas áreas de terras destinadas à produção de soja para exportação, o que provocou, conseqüentemente, o aprofundamento da estrutura da terra em Uruçuí e no estado do Piauí.

Apresenta-se na Figura 22, as imagens de satélite de Uruçuí captadas nos anos de 1993 e 2006, com vistas demonstrar a crescente ocupação e uso do solo em Uruçuí e as conseqüências socioeconômicas, espaciais e ambientais.

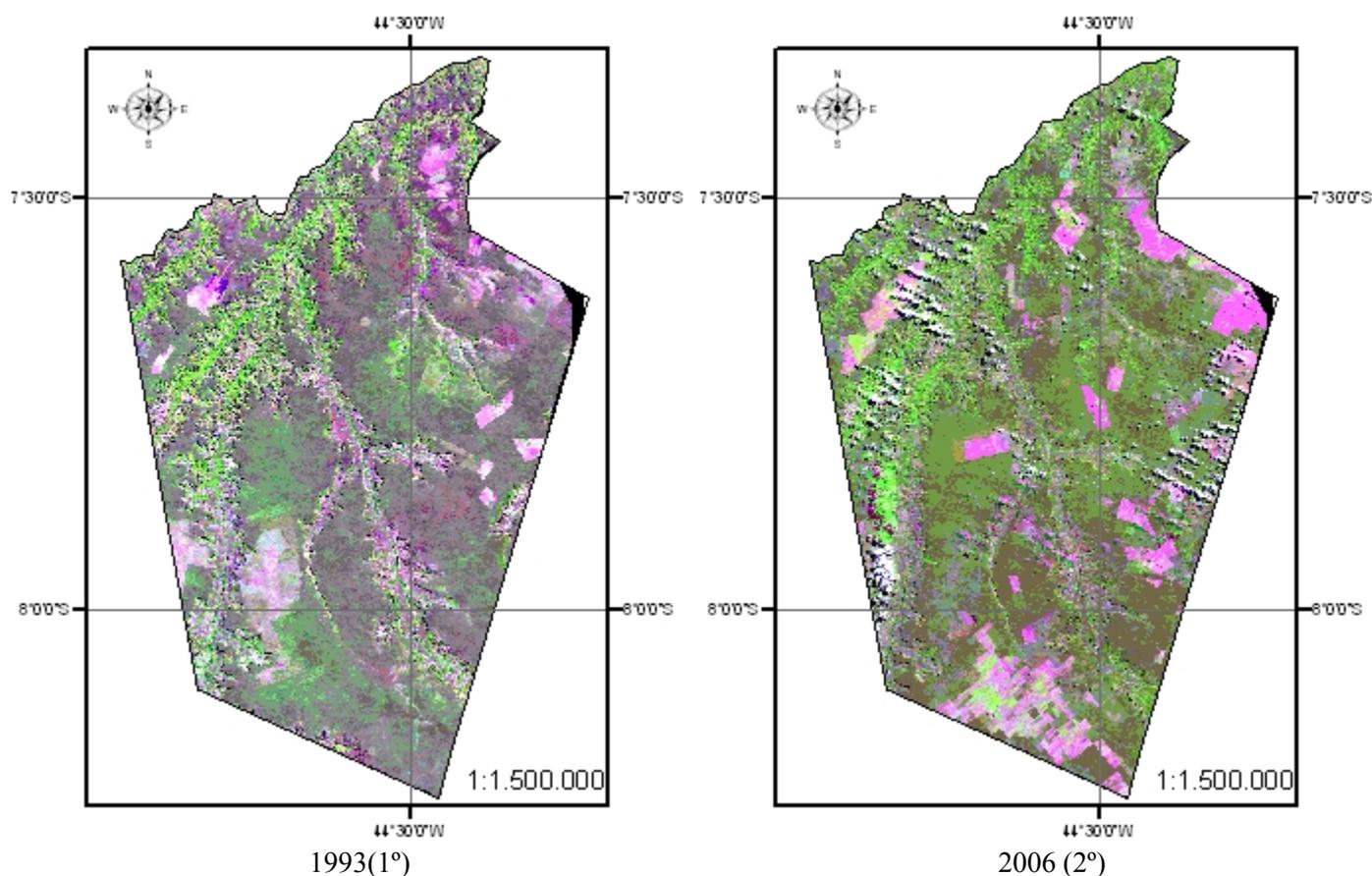


Figura 22: Mosaico de imagens de satélites TM do ano de 1993 e 2006 em Uruçuí-PI.

Fonte: TM/LANDSAT 5 e 7, INPE (1993 e 2006), adaptado por Oliveira (2009).

Consoante Florenzano (2002), as imagens registraram a energia proveniente dos objetos da superfície observada, neste caso, a Figura 22 consiste nas representações das

composições de bandas¹⁶ 1, 2, 3, 4, 5 e 7 que permitiram a discriminação dos principais objetos de interesse para análise de vegetação, pastos/agricultura, solo exposto, nuvens e corpos d'água.

Nesse sentido, de acordo com Sousa e Silva (2007), a banda 1, que equivale a banda azul, refere-se a penetração em corpos d'água, que possibilita detalhar com mais precisão a turbidez da água, quando contém um carregamento de sedimentos e o traçado das correntes em corpos d'água. A banda 2, que corresponde à banda verde, possui grande sensibilidade por apresentar substâncias depositadas em suspensão na água, é utilizada para estudos de qualidade e mapeamento dos corpos d'água. A banda 3, que representa a cor vermelha, contrasta as áreas cobertas com vegetação e solo exposto, é usada nos mapeamentos de ocupação e uso do solo. A banda 4, que se associa ao espectro eletromagnético do infra-vermelho próximo, significa que a vegetação configura-se na energia refletida da superfície da terra com maior nitidez. A banda 5 admiti observar o teor de umidade nas plantas e detectar possíveis estresses na vegetação causados por falta de água. E, a banda 7, que corresponde à banda do infra-vermelho distante, caracteriza-se pela intensa sensibilidade à morfologia do terreno, sendo importantíssima nos estudos de geologia, solos e geomorfologia.

Enfatiza-se, ainda, que na Figura 22, os mosaicos reproduzem a associação das bandas 3, 4 e 5, por isso manifestam o avanço do processo de antropização sobre o cerrado uruçiense em decorrência da inserção da agricultura moderna determinar o ritmo de apropriação e mutação da zona rural no município, redundando na construção de um espaço dinâmico com a finalidade de cultivar grãos, em particular, soja. Assim, as análises multitemporal das imagens dos satélites nos citados anos demonstraram que nos sentidos sudoeste, sul e norte do contorno da Figura, a coloração magenta¹⁷ comprova a expansão dos projetos agrícolas, sobretudo, depois do ano 2000.

Ademais, salienta-se, por meio da Figura 22, que o espaço territorial de Uruçuí é composto por uma diversificação topográfica do relevo, denotando-se, assim, como um

¹⁶ Florenzano (2002) destaca que bandas, correspondem as faixas espectrais que operam em diferentes frequências de comprimento de ondas, as quais passam ao campo do visível.

¹⁷ Ainda em conformidade com Florenzano (2002), coloração magenta exprime a cor rosa no geoprocessamento.

dos fatores essenciais para a ocupação e uso da zona rural do município pelos produtores agrícolas. Destarte, Luchiari *et al.* (2005), as imagens de satélites apresentadas, do ponto de vista temporal, expõem a lógica de intervenção humana nas áreas dos baixões e nas chapadas, conformando, dessa forma, a nova reorganização territorial de Uruçuí.

Logo, diante dessa realidade, verificou-se que a apropriação espacial centrada na expansão das propriedades graníferas, configurou a territorialização nas zonas rural e urbana nas relações econômicas, sociais, ambientais e espaciais.

As Figuras 23 e 24 apresentam a evolução temporal de ocupação e uso do território uruçuiense, considerando a composição do sistema natural e as ações antrópicas em Uruçuí.

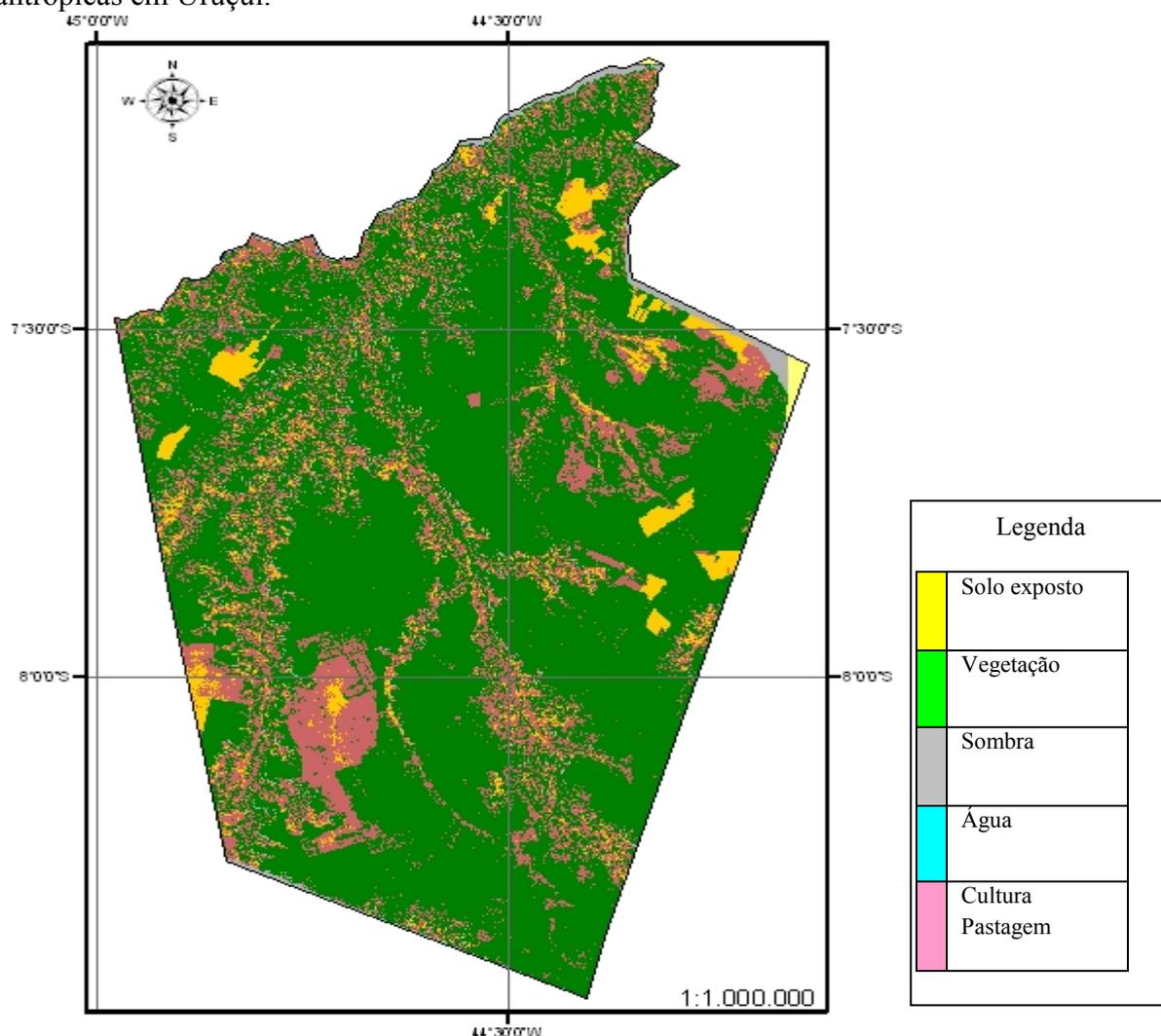


Figura 23: Ocupação e uso do território de Uruçuí-PI em 1993.

Fonte: Sousa e Silva (2007), adaptado por Oliveira (2009).

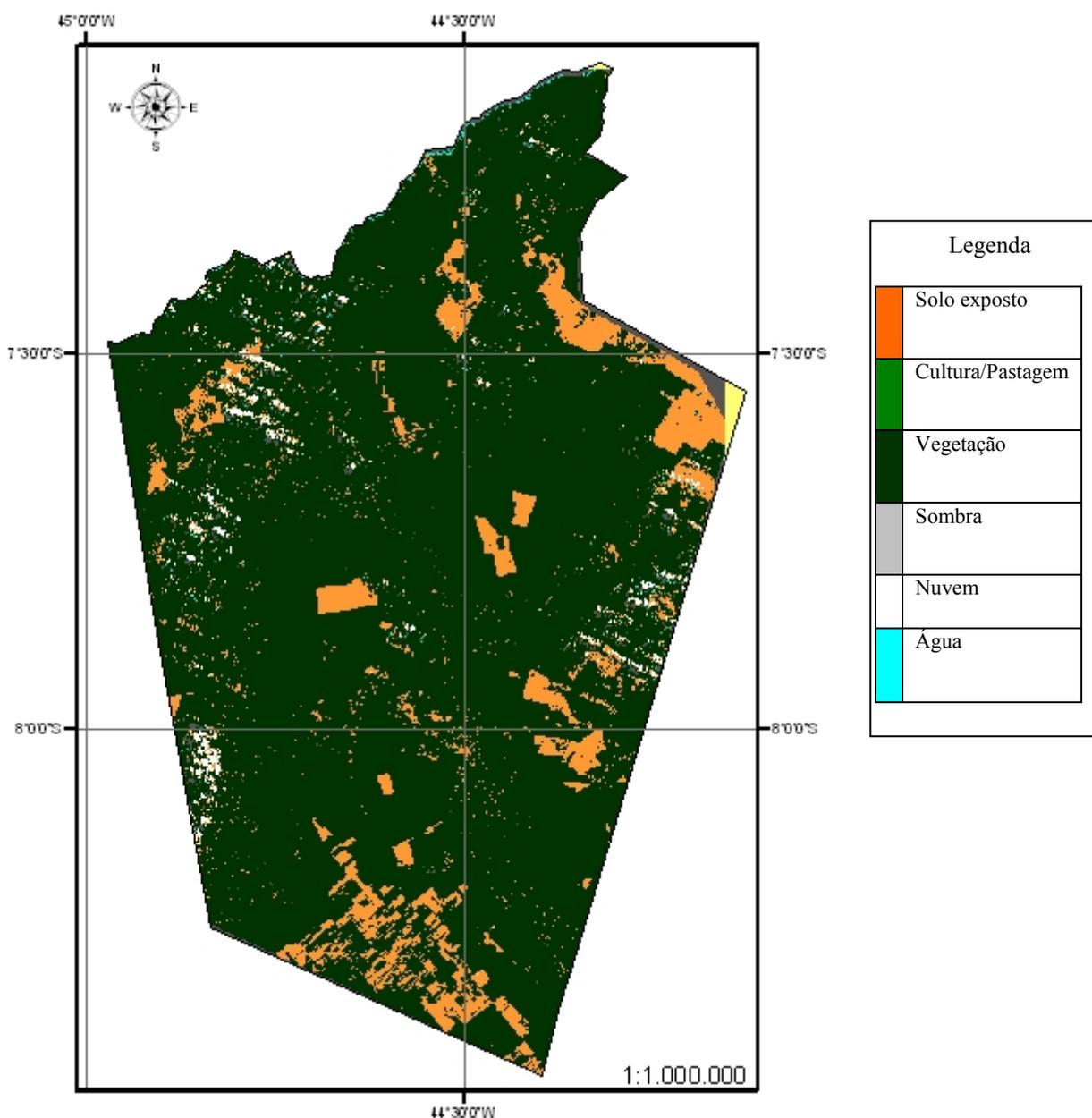


Figura 24: Ocupação e uso do território de Uruçuí-PI em 2006.

Fonte: Sousa e Silva (2007), adaptado por Oliveira (2009).

A Figura 23, ao expor a disseminação da cor magenta por grande parte do município, patenteou a vastidão de pastagem ocorrentes nos anos de 1990, sobretudo, nas áreas próximas às encostas, conhecidas no cerrado do Piauí como baixões. Verificou-se, também, a reduzida presença de solo exposto nessa região, em função dos projetos de grãos existentes no município, nesse período, ainda não possuírem a

dimensão econômica atual, haja vista que a ocupação pelos “gaúchos” tornou-se mais intensa em Uruçuí somente no final da década de 1990.

Já na Figura 24, observou-se a crescente ocupação nas áreas denominadas de “cerrado”, situado na zona rural em Uruçuí pelos empreendimentos agrícolas, evidenciando a conformação da (re) organização espacial. Ao mesmo tempo, identificou-se a ampliação da quantidade de solo exposto, essencialmente, nas porções central, sul e norte, em virtude do progressivo cultivo de grãos.

Através da utilização do aplicativo computacional SPRING versão 4.3.3, elaborou-se a Tabela 2, que apresenta a comparação entre as Figuras 23 e 24, no sentido de demonstrar as principais diferenças no processo de ocupação do município, caracterizando-as como entidades geo-objetos.

Tabela 2 – Uso e ocupação do território de Uruçuí-PI em 1993 e em 2006.

Uso e ocupação	Ano (%)	
	1993	2006
Água	0,02	0,19
Vegetação	67,31	48,57
Solo exposto	4,90	8,30
Cultura/Pastagem	18,82	28,35
Nuvem	0,00	1,02
Sombra	8,95	13,56
Total	100,00	100,00

Fonte: Sousa e Silva (2007).

Diante do disposto na Tabela 2, constatou-se que em 1993, 67,31% da área do município corresponderam a vegetação, o que equivaleu à ocupação mais importante de objeto de energia proveniente da superfície observada. Enquanto em 2006, percebeu-se uma redução de 18,74% da cobertura vegetal, atingindo o patamar de 48,57%. A Tabela revelou, também, o incremento de 9,53%, na cultura/pastagem no período sob análise. Este contexto manifestou o crescimento, por um lado, da ocupação do solo com o cultivo de soja e, por outro

lado, da quantidade de solo exposto, o qual alcançou 59%, derivado da ampliação do desmatamento.

Com base nesse cenário, explicitam-se, no Gráfico 16, as culturas mais relevantes produzidas nas Fazendas agrícolas em Uruçuí.

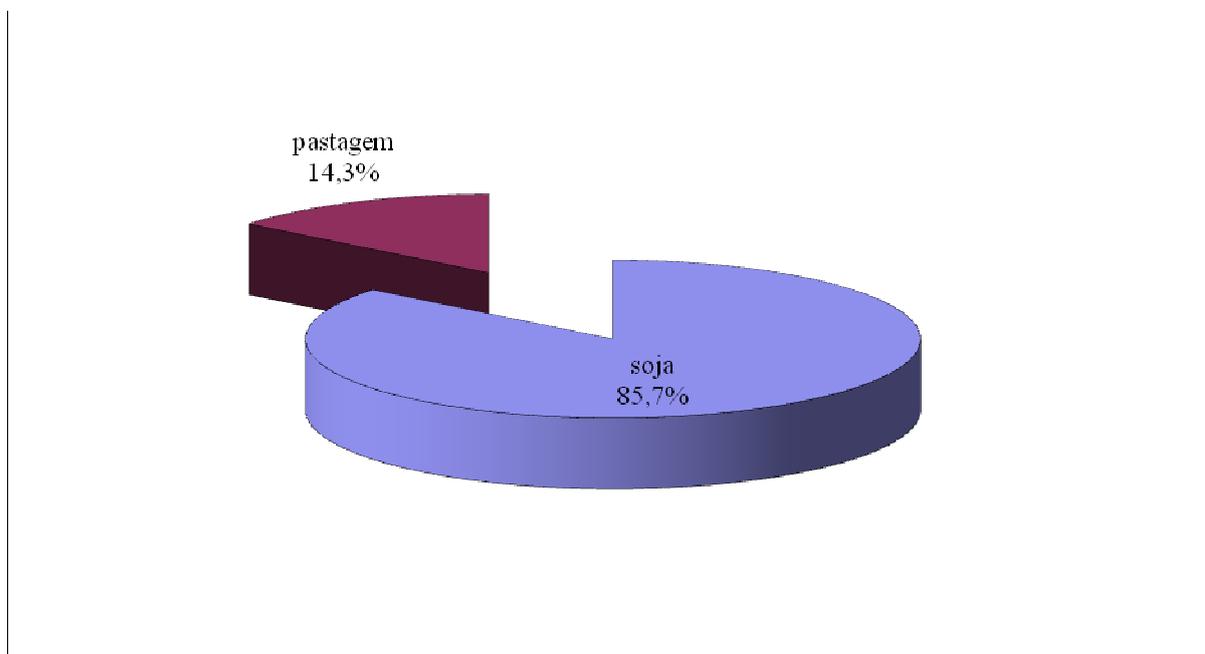


Gráfico 16: Lavouzas produzidas nas Fazendas em Uruçuí-PI.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

O referido Gráfico indicou que do universo de sete Fazendas, 85,7% produziam soja e somente 14,3% dedicavam-se ao plantio de pastagem, que historicamente integrou a economia de Uruçuí, alicerçada na pecuária extensiva. Todavia, verificou-se, outrossim, a diminuição gradativa desta atividade devido à perda de importância no município e no estado do Piauí.

Sabe-se que para a instalação das referidas Fazendas em território uruçuiense faz-se indispensável a elaboração da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), haja vista que, consoante Aguiar (2005, p. 45), a mesma consiste em relevante mecanismo da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), com caráter eminentemente preventivo, a qual é implantada por meio dos “EIA’s e seus respectivos RIMA’s, que terão a finalidade de funcionar como fórum de negociação social, entre os agentes poluidores, os representantes da sociedade civil e os gestores públicos”.

Destarte, Gonçalves (2008) enfatiza a relevância do EIA em função de objetivar, identificar, avaliar e propor medidas que possam contribuir para prevenir ou mitigar externalidades negativas geradas no *locus* de produção, bem como potencializar os impactos positivos provocados pela ação do homem sobre o meio ambiente destinado à atividade econômica ou após a implementação da mesma.

Nessa perspectiva, verificou-se que 71,50% e 28,50% dos produtores rurais elaboraram e não elaboraram os EIA's/RIMA's, respectivamente. Tal panorama expôs, por um lado, a reduzida consciência ambiental ou ausência de conhecimento proeminente da legislação ambiental.

Ademais, ressalta-se que nos EIA's/RIMA's devem constar as medidas mitigadoras para atividade produtiva com significativo potencial de externalidade negativa. Desta maneira, a análise dos dados da pesquisa revelou, outrossim, que 71,50% dos produtores rurais utilizavam somente o sistema de plantio direto como medida atenuadora da degradação do solo, como apresentado na Figura 25.



Figura 25: Plantio direto da soja nas Fazendas agrícolas em Uruçuí-PI.

Fonte: Fianco (2007).

Enquanto, 28,50%, além do uso do plantio direto, plantavam obedecendo as curvas de nível do relevo, ligando as linhas isométricas¹⁸, as quais tornam possível representar em um plano a cultura com equidistâncias determinadas, numa área de relevo planáltico ou em secção de elevações (GUERRA; GUERRA, 2003).

Tais sistemas de produção acarretaram progressivamente a expansão do raio horizontal das Fazendas nas áreas de chapada, contribuindo para remanejar pequenos agricultores para as áreas menos valorizadas, como é o caso dos baixões.

Constatou-se, por meio da pesquisa, que 57,20% dos produtores de grãos reconheceram os empreendimentos agrícolas como geradores de emprego e renda, o que conduziu a melhora das condições socioeconômicas da população de Uruçuí, em função da utilização da mão-de-obra local desincentivar a migração desta para outros municípios do Piauí e do Brasil. Segundo a Fundação CEPRO (2008b), esta conformação possibilitou a elevação do PIB per capita municipal, na medida em que em 2006 foi de R\$ 19.471,38, o colocando em primeiro lugar no cômputo estadual. Esse contexto, sem embargo não instaurar a distribuição equitativa da renda, permitiu o aumento considerável de trabalhadores com rendimentos.

Já 28,50% notificaram como contribuição proeminente dos agricultores para Uruçuí o incremento da arrecadação de impostos. Todavia, não obstante esta participação positiva, os mesmos manifestaram-se enfaticamente sobre a ausência de intervenção estatal no município, sobretudo, na construção e ampliação de infra-estruturas básicas, como rede elétrica e estradas (Figura 26).

¹⁸ Segundo Guerra e Guerra (2003), constituem as linhas de igual altitude e estão acima do nível do mar.



Figura 26: Rodovia PI-247 entre Uruçuí e Bertolândia-PI.

Fonte: Autora (2008).

A referida Figura, ao demonstrar as condições de pavimentação da rodovia PI – 247, explicitou umas das maiores reclamações dos empreendedores rurais. Tal rodovia é utilizada para o escoamento dos grãos, cujos destinos são os portos do Pecem e do Mucuripe, no Ceará, e o de Suape, em Pernambuco. Sendo assim, os constantes deslocamentos motivaram a intensificação do trânsito de carretas neste trecho, o que causou a piora das já precárias condições da estrada. Esta situação estimulou os próprios produtores a investir na recuperação destes corredores graníferos no município, provocando, deste modo, a abertura de novas vias, as quais auxiliaram na organização do espaço rural, na medida em que atenderam as necessidades mais urgentes dos produtores de grãos, em especial no período da colheita. Essa configuração, destacada por Sposito (2004), caracteriza as diferentes maneiras que a sociedade se utiliza da natureza na perspectiva de se apropriar e transformá-la ao longo do tempo.

Enquanto, 14,30% consideraram a consolidação dos “projetores” determinante para a expansão econômica do município alicerçada na produção granífera. Este panorama, de acordo com o IBAMA (2007), derivou do aumento significativo a partir de 2000, de solicitação de licença para o desmatamento com a finalidade de instalar projetos produtores de grãos, o qual atingiu uma média de quatro por ano. Esse cenário implicou, necessariamente, um expressivo impacto negativo ao meio ambiente, pois o avanço do desmatamento causou danos à flora e fauna e diminuiu a fertilidade dos solos.

As principais mudanças identificadas pelos produtores rurais na zona urbana de Uruçuí, encontram-se explicitadas no Gráfico 17. Do total dos empreendedores, 42,86% ressaltaram a crescente implantação de empresas multinacionais vendedoras de equipamentos e insumos agrícolas como a New Holland, John Deere, Valtra, Honda, Yamara, dentre outras, como responsáveis pela geração de novos postos de trabalhos. Esta situação, em consonância com Basaldi (2001), foi resultante do estabelecimento de diversas atividades econômicas que complementaram a relação campo-cidade e impulsionaram o fortalecimento de ocupações agrícolas e não-agrícolas.

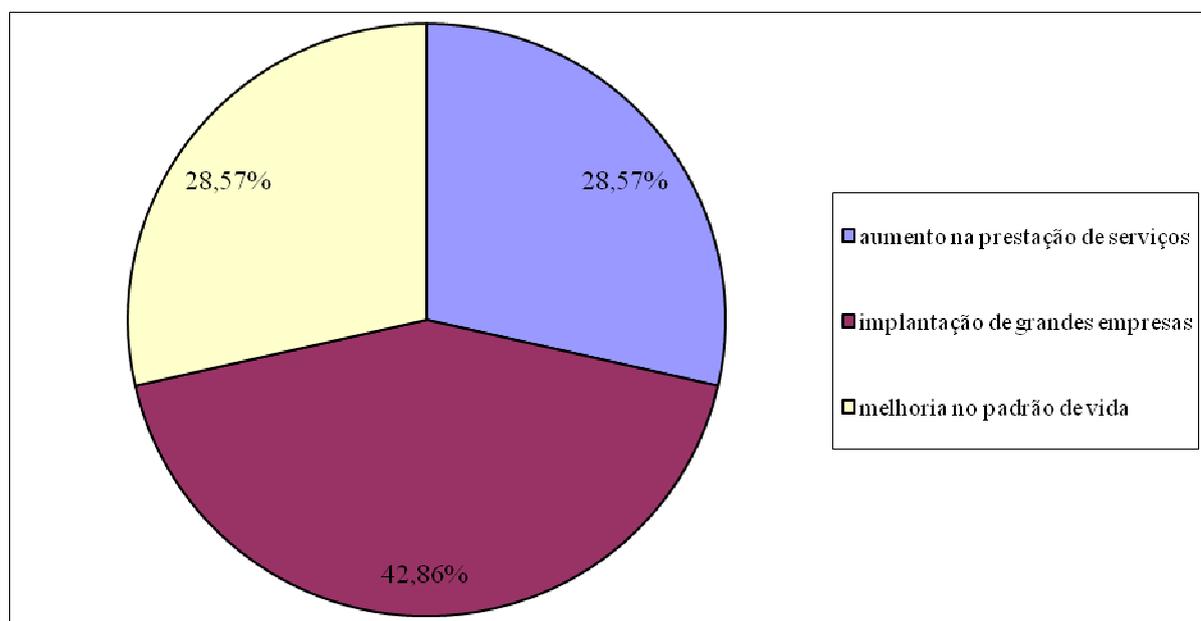


Gráfico 17: Mudanças identificadas pelos produtores rurais no espaço urbano de Uruçuí-PI.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

Os dados expostos no Gráfico 17 demonstraram, também que para 28,57% dos fazendeiros agrícolas, o aumento da prestação de serviço contribuiu consideravelmente para alavancar a estrutura econômica da população uruçuiense. Os demais, 28,57% asseveraram que a melhoria no padrão de vida foi o fato mais perceptível, já que a população passou a usufruir de bens até então ausentes na realidade local.

Inferiram-se, com base nesta configuração, que as empresas produtoras de grãos em Uruçuí ocasionaram profundas mudanças para a comunidade, haja vista que, de acordo com a Fundação CEPRO (2007), as mesmas suscitaram a realização de diversos cursos de capacitação, efetivados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER-PI), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMAR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e New Rolland, que nos últimos quatro anos promoveram vários estágios, os quais tinham como finalidade, habilitar a população para exercer diversos tipos de atividades com vistas a atender às necessidades e carências das Fazendas, como manuseio e uso de fertilizantes, motoristas, tratoristas, dentre outras.

Do total dos empreendedores rurais, 71,43% admitiram a elevação da produtividade agrícola como uma das principais externalidades positivas para o espaço rural, em virtude de ter proporcionado safra recorde em 2008, transformando Uruçuí, no maior produtor de grãos do Estado. Apesar dessa conformação, salientaram que em determinados períodos, como em 2007, ocorreu a redução da produtividade, devido a fatores climáticos, o que provocou a demissão temporária de vários trabalhadores. Essa realidade demonstrou a frágil sustentabilidade do modelo econômico em implementação em Uruçuí.

Para 28,57%, o aspecto mais expressivo na zona rural foi o aperfeiçoamento do pequeno trabalhador rural, em decorrência das orientações de educação ambiental para a aplicação de agrotóxicos, uso de GPS, operação de máquinas agrícolas, identificação de doenças e pragas na lavoura, além do trato com animais e curso de eletricista. Tais procedimentos, contribuíram decisivamente para a integração da população de Uruçuí no mercado de trabalho, o que ampliou o desenvolvimento das pluriatividades, sobretudo, no campo, possibilitando a geração de renda extra para os trabalhadores

rurais locais e, em especial, para as famílias que não tinham condições de sobreviver exclusivamente da agricultura, redefinindo assim, as relações de trabalho no município (FUNDAÇÃO CEPRO, 2007).

Este contexto de mudanças explicitado no Gráfico 18 expôs que 57,14% do universo pesquisado revelaram a inserção produtiva do espaço rural para a potencialização econômica de Uruçuí e do Piauí, uma vez que em conformidade com a Fundação CEPRO (2008b), o PIB do Piauí em 2006 foi de R\$ 12.790 bilhões e o de Uruçuí atingiu o valor de R\$ 356.268, representando 2,79% do PIB estadual.

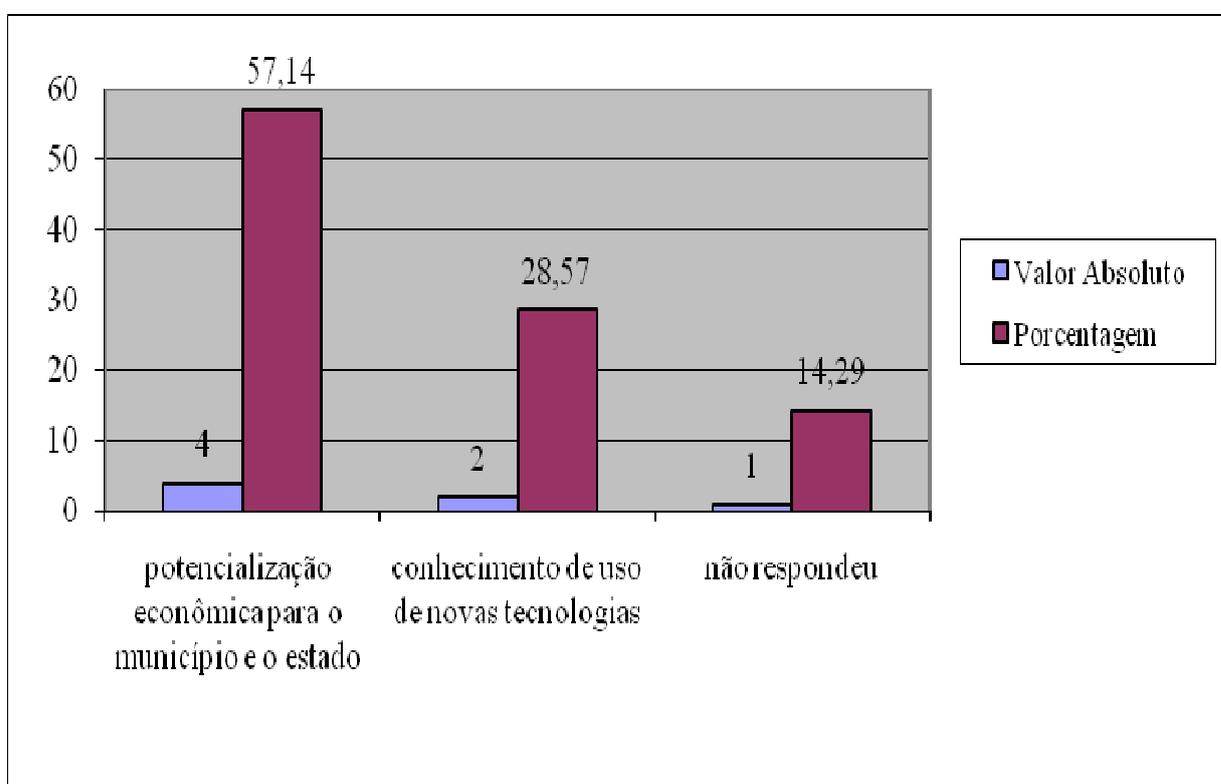


Gráfico 18: Consequências das transformações econômicas em Uruçuí-PI, pós instalação dos empreendedores rurais.

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

Já 28,57% reconheceram que o meio rural foi importante para a disseminação do conhecimento e uso de novas tecnologias para a sociedade uruçuiense, tendo em vista ter criado as condições necessárias para a instalação de grandes empresas, como a Bunge Alimentos S.A. Esta configuração expressou a lógica do capitalismo globalizado,

ao explicitar que o capital não tem pátria, haja vista dirigir-se para o *lócus* com potencial de gerar maior rentabilidade por meio da inserção técnico-científico-informacional. E, somente 14,29% não se manifestaram, por não considerar a temática relevante.

Nessa perspectiva, constatou-se que a organização dos espaços hodiernos, principalmente os que se voltaram ao cultivo de grãos, especialmente, soja, como Uruçuí vem passando por várias modificações no âmbito espacial, as quais conduziram ao reordenamento da sociedade, embasado na designação de áreas reservadas para o domicílio da população mais abastada, diferentes das áreas destinadas para a moradia da população desprovida dos meios de produção, como também, na implementação e dinamização de atividades econômicas agrícolas e não-agrícolas, as quais tornaram os espaços rural e urbano interdependentes. No aspecto social, foi perceptível a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, na medida em que ocorreu a inserção dos trabalhadores uruçuienses nas atividades econômicas, o que estimulou a fixação do trabalhador no município, reduzindo conseqüentemente o êxodo rural. Já do ponto de vista ambiental, a progressiva implantação de projetos graníferos resultou na intensificação do desmatamento, o que gerou profundos danos ambientais.

Portanto, esse novo conjunto espaço-territorial de Uruçuí, conformado pela complementaridade entre as zonas rural e urbana, ao mesmo tempo em que se manifestaram as fragilidades nas sustentabilidades econômicas, social e ambiental, preocupou-se em atender, recorrentemente, as demandas de *commodities* dos mercados nacional e internacional.

6 CONCLUSÃO

O Piauí, a partir dos anos de 1990, desenvolveu de forma acelerada o setor agrícola exportador, embasado na produção de grãos, sobretudo, soja, realizado por migrantes sulistas que se estabeleceram na área que compreende o bioma Cerrado, considerada como a última fronteira agrícola brasileira. As situações favoráveis centradas nas vastas extensões de terras planas a preço reduzido e as condições edáficas satisfatórias conjugadas à baixa densidade demográfica e mão-de-obra de baixo custo, constituíram-se nas características singulares para incentivar a migração de empreendimentos de diferentes regiões do Brasil para o Piauí com a finalidade de ocupar efetivamente o cerrado e, sobretudo, o uruçuiense.

Na medida em que o espaço reflete, materializa e reproduz um conjunto de relações sociais, por configurar-se como um testemunho de um passado escrito, promove a ordenação dos territórios. Nesse sentido, o território se traduz como um compartimento do espaço, fruto da diversificação de valores e organização, cuja principal função constitui-se em *locus* seguro para o estabelecimento de oportunidades que geram riquezas e poder. Destarte, reconheceu-se o poder que os produtores graníferos radicados em Uruçuí passaram a representar no município.

Nessa perspectiva, constatou-se que em Uruçuí o processo de territorialização foi conformado pelas distintas formas de ocupação do espaço, exposto pela construção de condomínios fechados de residências para a população mais abastada e pela instalação de empreendimentos comerciais em locais onde habitavam a comunidade de menor poder aquisitivo, a qual foi deslocada para áreas no entorno do centro urbano desprovidas de infraestrutura básica, como água encanada, calçamento, energia elétrica, dentre outros.

Dessa forma, identificou-se o significativo crescimento da atividade comercial em Uruçuí, principalmente nos anos recentes, o que denotou no aumento da circulação de dinheiro, redundando no incremento econômico e conseqüentemente divergindo os produtos comercializados, como alimentos, higiene pessoal, vestuário e movelaria, resultando assim, na geração de novos postos de trabalho no município.

Este contexto, associado à implantação das Fazendas graníferas, explicitou a necessidade de mão-de-obra local qualificada, o que conduziu à melhoria do sistema educacional formal e à realização de cursos de capacitação promovidos por diferentes órgãos nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A pesquisa comprovou, outrossim, que a nova configuração produtiva em implementação em Uruçuí incentivou o acréscimo populacional, sobretudo nos últimos seis anos, em virtude da instalação da multinacional Bunge Alimentos S/A gerar empregos diretos e indiretos.

A investigação mostrou, ainda, que o universo pesquisado, reconheceu o desmatamento ocasionado pela abertura de grandes extensões de terras para a produção de grãos, na mudança mais contundente no município, a qual transformou as áreas planas do cerrado uruçuiense em um “mar verde de soja”. A tal panorama negativo, seguiu-se as queimadas que ao longo do tempo configuraram-se como relevante fator para o empobrecimento do solo e como obstáculo à continuidade do desenvolvimento da pecuária extensiva e da produção granífera.

Ademais, a pesquisa revelou que cerca de 28,50% dos produtores rurais não elaboraram EIA's/RIMA's, o que expõe a reduzida consciência ambiental e desconhecimento da legislação ambiental, haja vista que os EIA's/RIMA's devem conter medidas mitigadoras com a finalidade de diminuir os impactos provocados pelas externalidades negativas em Uruçuí. Porém, por outro lado, constatou-se que 71,50% dos empreendedores agrícolas utilizaram o sistema de plantio direto como a principal medida atenuadora da degradação do solo.

Ressalta-se que os agentes econômicos ressaltaram como impactos positivos a crescente oportunidade de ingresso de trabalhadores rurais em atividades nas Fazendas e em demais ramos econômicos derivados do incremento das pluriatividades. Este cenário revelou-se de grande importância, devido constituir-se em alternativas de atividades complementares ou totalmente inseridas nos empreendimentos produtores de soja, as quais abrigaram agricultores oriundos de povoados e de assentamentos.

Esta conformação, além de ter expressado o setor do agronegócio contribuiu sobremaneira para a instauração de uma nova lógica de organização da sociedade nos espaços rural e urbano, manifestou também a ampliação da relação de dependência entre ambos espaços.

Logo, inferiu-se que o intenso processo de ocupação e uso dos solos de Uruçuí com o cultivo de grãos, em especial de soja, provocou a emergência de mudanças significativas nos âmbitos econômicos, social, espacial e ambiental, proporcionando, conseqüentemente, a crescente interdependência entre os espaços rural e urbano do município de Uruçuí.

7 REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABREU, I. G de; NUNES, M. C. P. Vilas e cidades do Piauí. In. SANTANA, R. N. M de. (Org). **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina. Halley, 1995.

ALVES, V. E. L. Barreiras/Luiz Eduardo Magalhães (BA), Balsas (MA), Uruçuí/Bom Jesus (PI): as novas cidades para o agronegócio nos cerrados nordestinos. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, 2005, Presidente Prudente, **Anais...** Presidente Prudente, 2005.

AGUIAR, T. de J. A. **Ocupação do cerrado piauiense: modelo agrícola e desenvolvimento sustentável em Uruçuí**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

AGUIAR, T. de J. A. e MONTEIRO, M. do S. Agricultura moderna e desenvolvimento sustentável no cerrado piauiense. In. REIS, W. G. (et al). **Cerrado Piauiense: uma visão multidisciplinar**. Teresina: EDUFPI, 2007.

ARAÚJO, M. R. S. de. **A expansão da fronteira agrícola nos cerrados piauiense, (des) territorialização e os desafios para o desenvolvimento territorial: o caso do município de Bom Jesus**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006 a.

ARAÚJO, J. L. L. (Coord.) **Atlas escolar do Piauí: espaço geográfico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2006 b.

ARAÚJO, M. R. S. de.; ARAÚJO, J. L. L. de. A instituição dos cerrados piauienses como fronteira agrícola: o estado e os capitais privados reorganizando espaços. In. REIS, W. G. (et al). **Cerrado Piauiense: uma visão multidisciplinar**. Teresina: EDUFPI, 2007.

BALSADI, O. V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo. São Paulo em Perspectiva, 15 (1), 155-165, 2001.

_____. Comportamento das ocupações na agropecuária brasileira no período 1999-2003. **Informações Econômicas**, v. 35, n.9, 2005.

BANDEIRA, W. J. **Os programas e projetos governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária piauiense no pós-70**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNADELLI, M. L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações entre urbano e rural. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

BEZERRA, M. do C. L.; VEIGA, J. E. da. **Agricultura Sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000.

BLUME, R. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BUNGE, **Relatório de sustentabilidade**. Edição 2007, 89p.

CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P de. **Área de proteção ambiental**: planejamento e gestão de paisagens protegidas. São Carlos. RiMa, 2002.

CALADO, A. S. C.; SANTOS, S. M. M. dos. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3-4, p. 115-124, 2003.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciências & Tecnologia**, Brasília, v. 17, p. 11-40, 2000.

CASTRO, I. E. de (org). **Geografia**: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Dados Gerais do Piauí**. 2006. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp?iDMUN=100122216>. Acesso em: 29 out. 2008.

CONTI, J. B.; FURLAN, S. A. Geocologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**, 4. ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2003.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo. Ática, 1993.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO. I. E. de. **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Berthand Brasil, 2000.

_____. **Trajetórias geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.

DEL GROSSI, M; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agronômico do Paraná, 2002.

DIAS, L. C. Técnica, território e poder na obra de Milton Santos. In: BRANDÃO, M. A. (Org.). **Milton Santos e o Brasil, Território, lugares e saber**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. 5. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

ELIAS, D. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 9, n.8, p. 29-51, 2006.

EMBRAPA. **Solos do município de Uruçuí-PI**. 2006. Disponível em: <<http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/index2.html>>. Acesso em: 29 jul. 2007.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações entre urbano e rural. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

FALEIRO, F. G; FARIAS NETO, A. L. de.; GAMA, L. C.; SOUZA, E. dos S. O simpósio nacional sobre o Cerrado e o simpósio internacional sobre savanas tropicais. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de. **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, Embrapa Cerrados, 2008.

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo rural e geografia**. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

FERREIRA, A. J. de A. Totalidade e território: uma atualização? In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea** – Milton Santos: Obra Revisada. São Paulo: EDUSP: HUCITEC: Imprensa Oficial do Estado, 2004.

FLORENZANO, T. G. **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo. Oficina de Textos, 2002.

FULLER, A.M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies** v.6, n.4 pp. 361-373, 1990.

FUNDAÇÃO CEPRO (Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais). **Diagnóstico das condições ambientais do estado do Piauí**, Teresina, 1996.

_____. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 3 ed., rev. Teresina, 2003a, 288p.

_____. **Piauí: visão global**. 2 ed. rev. Teresina, 2003b, 128p.

_____. **Piauí em números**. Teresina, 2005, 170p.

_____. **Identificação das potencialidades econômicas e áreas carentes de qualificação de mão-de-obra no Estado do Piauí**. Relatório Final. Teresina, 2007, 57p.

_____. **Produto interno bruto per capita dos municípios piauienses**. Teresina, 16 de dez. de 2008. Disponível em: <<http://www.cidadeverde.com>>. Acesso em: 16 dez. 2008 a.

_____. **Avaliação do PIB municipal – Piauí 2006**. Teresina, 2008 b, 28p.

FURQUIM JÚNIOR, L. Normatização do território: a conexão com o mundo. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea** – Milton Santos: Obra Revisada. São Paulo: EDUSP: HUCITEC: Imprensa Oficial do Estado, 2004.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

GONÇALVES, H. de A. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2004.

GONÇALVES, L. G. **Estudo de impacto ambiental**: efetividade nos empreendimentos agrícolas do cerrado piauiense? Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. revisada. Campinas, UNICAMP, 1998.

_____. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**: implicações para as políticas públicas. *Desenvolvimento Rural Sustentável*, 1999, p.411-435.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Dicionário geológico e geomorfológico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2003.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “Novo” Nordeste: entre a globalização econômica e reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização de território. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1996.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2006.

HUMBOLDT, A. *Cosmos. Essai d’une description physique du monde*, Gide et Baudry, Paris, 1852.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), **Autorizações de desmatamentos**. Teresina, 2007.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – Censo da Educação Superior**, 2005.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – Censo da Educacional**, 2006.

_____. **Cadastro Central de Empresas 2005**. Malha Municipal digital do Brasil: situação 2005, Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Históricos Cidades**. 2007. Disponível em:
< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 out. 2008.

KAGEYAMA, Â. **Pluralidades e ruralidade**: alguns aspectos metodológicos. Projeto RURBANO, 01-28, 2002.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do cerrado brasileiro. **Megadiversidade**. Volume 1. Nº 1, Julho de 2005. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 03 nov. 2008.

KOSIK, K. **Dialéctica del concreto, estudio sobre los problemas del hombre y el mundo**. Editorial Grijalbo, México, 1967.

KRAHL, M. F. L; CAMPOS, N. Territorialidade: elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In: STEINBERGER, M (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006. 408p.

LOPES, A. S.; DAHER, E. Agronegócio e recursos naturais no Cerrado: desafios para uma coexistência harmônica. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L de. **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, Embrapa Cerrados, 2008.

LUCHIARI, A.; KAWAKUBO, F. S.; MORATO, R. G. Aplicação do sensoriamento remoto na Geografia. In: VENTURI, L. A. B. (Org). **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

MARQUES, M. I. M. O conceito de rural em questão. **Terra Livre**. Ano 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MONTEIRO, M. do S. L. **Ocupação do cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação fundiária. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

MOORE, W. E. **Man, time and society**. New York/London, John Wiley, 1963.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. 2ª ed. Editora Hucitec. São Paulo, 1987.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 14ª ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1995.

MORAES, M. D. C. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. **Desenvolvimento rural sustentável, multifuncionalidade e modo de vida de populações rurais**: algumas questões. Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2005.

OLIVEIRA, A. U de. **Agricultura brasileira**: as transformações recentes. São Paulo. SPM/CEM, 1994.

_____. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**, 4. ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2003.

OLIVEIRA, M. A. de (Org). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis, Vozes, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 47. reimpressão. da 1. ed. de 1945. São Paulo: Brasiliense, 2006 a.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. 9. reimpressão da 23. ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2006 b.

RATZEL, F. **Geografia dell'uomo**. Fratelli Bocca, Turim, 1914.

REIS, D. S. dos. O rural e urbano no Brasil. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2006, Caxambu, **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2006. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf> Acesso em: 23 jun. 2008.

RITTER, C. **Introduction à la Géographie Générale Comparée**, Belles Lettres, Paris, 1974.

ROCHA, F. G.; PIZZOLATTI, R. L. Cidade: espaço de descontinuidades. **Estudos Geográficos**, v. 3, n. 2, p. 46-53, 2005.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v.1, n.1, p.82-106, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 5ª ed. Editora Hucitec, Anne Blume. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2002.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações entre urbano e rural**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

SILVA FILHO, L. A. da. **Piauí: uma economia em desenvolvimento**. Recife: INAD, 2000.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. **O conceito de Rural**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília: Brasília, 2001.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações entre urbano e rural. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

SOJA, E. W. **Geografia pós-moderna**: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUSA e SILVA. W. de. **Evolução multitemporal do uso e ocupação do solo no município de Uruçuí**. Teresina: CEFET-PI, 2007, p. 43.

SOUZA, M. J. L. de. O território: tudo sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E. de (Org.) **Geografia**: Conceitos e temas. 2º ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VEIGA, J. E. da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v.18, n. 51, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nota de Aula Nº 03. Recife, 2003, p.31-44.

WILLIAM SILVA, R. da. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPOSITO, M. E. B e WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e campo**: relações entre urbano e rural. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

WWF (Fundo Mundial para a Natureza). **Expansão agrícola e perda da biodiversidade no Cerrado**: origens históricas e o papel do comércio Internacional. Brasília, WWF Brasil, 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO ECOTONAL DO
NORDESTE (TROPEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (PRODEMA)
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)

APÊNDICE A

TÍTULO: (Re) organização sócio-territorial no cerrado piauiense.

MESTRANDA: Anézia Maria Fonsêca Barbosa

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Lira Monteiro

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

COMERCIANTES LOCAIS

TIPO DE COMÉRCIO: _____
NÚMERO DA ENTREVISTA: _____
DATA DA ENTREVISTA: _____
HORA: _____
LOCAL/BAIRRO: _____

1 - Possui comércio há quanto tempo?

1.1 - Naturalidade: _____

1.2 - Nome do Estabelecimento: _____

1.3 - Sempre funcionou neste local? _____

2 - Identificou transformações após a implantação dos projetos produtores de grão?

2.1 - Quais? _____

3 - Quais os impactos para o comércio e para o município como um todo?

4 - Quais as mudanças no espaço urbano/rural decorrentes da implantação dos projetos produtores de grãos no município?

5 - O comércio municipal dinamizou com a produção agrícola?

() sim () não

Por quê? _____

6 - E, o seu empreendimento comercial?

7 - Quais as principais dificuldades observadas em seu ramo de atividade decorrente da produção de grãos em Uruçuí?

8 - Quais os benefícios?

9 - Quais os problemas identificados na zona rural e urbana em função da implantação dos projetos agrícolas?

10 - Quais as possíveis soluções?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO ECOTONAL DO
NORDESTE (TROPEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (PRODEMA)
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)

APÊNDICE B

TÍTULO: (Re) organização territorial no cerrado piauiense.

MESTRANDA: Anézia Maria Fonsêca Barbosa

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Lira Monteiro

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

MORADORES LOCAIS – CIDADE

NÚMERO DA ENTREVISTA: _____

DATA DA ENTREVISTA: _____

HORA: _____

LOCAL/BAIRRO: _____

1 - Profissão: _____

1.1-Naturalidade: _____

2 - Idade: _____

3 - Há quanto tempo você reside em Uruçuí?

4 - Há quanto tempo mora nesta residência?

5 - Nível de Escolarização:

Sem instrução

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior

Outros _____

6 - Quais as vantagens para Uruçuí decorrentes da implantação dos projetos de grãos?

7 - Quais as mudanças identificadas na cidade com a implantação dos projetos?

8 - Quais os mais beneficiados na cidade com estas mudanças?

9 - Quais as mudanças identificadas no espaço rural com a implantação dos projetos?

10 - E no espaço rural?

11 - Quais as mudanças identificadas no cotidiano da população uruçuiense pós chegada dos “gaúchos”?

12 - Houve aumento do comércio e dos serviços em todos os setores de atividade econômica na cidade e no campo?

Sim Não

Por quê? _____

13 - A população municipal tem participação ativa na atividade desenvolvida nos projetos agrícolas?

Sim Não

Como? _____

14 - A implantação dos projetos agrícolas contribuiu para o aumento da pobreza econômica da população no município?

Sim Não

Por quê? _____

15 - Com toda esta produção de soja no município, há um consumo deste produto na sua residência?

Sim Não



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO ECOTONAL DO
NORDESTE (TROPEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (PRODEMA)
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)

APÊNDICE C

TÍTULO: (Re) organização territorial no cerrado piauiense.

MESTRANDA: Anézia Maria Fonsêca Barbosa

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Lira Monteiro

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

REPRESENTANTE DE EMPRESA RURAL

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO: _____

DATA DO QUESTIONÁRIO: _____

HORA: _____

LOCALIDADE: _____

NOME DA EMPRESA: _____

1 - Naturalidade: _____

2 - Nível de Escolarização:

- () Sem instrução
- () Ensino Fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior

Outros _____

3 - Quanto tempo a empresa funciona em Uruçuí?

4 - Qual o tamanho da propriedade?

Pequena Média Grande

5 - Qual a cultura principal?

6 - Qual o tamanho da área plantada?

7 - Possui EIA/RIMA?

sim não

8 - Caso positivo, em que consultoria foi elaborada o seu EIA/RIMA?

9 - Quando começou a diversificar a produção agrícola? Por quê?

10 - Faz uso de agrotóxicos?

sim não

11 - Quais as medidas adotadas para a conservação do solo?

12 - Qual a contribuição do empreendimento agrícola para a população em geral de Uruçuí?

13 - Quais mudanças estruturais observadas na cidade com a implantação dos projetos agrícolas?

14 - E no espaço rural quais mudanças foram mais evidentes?

15 - Quais as consequências destas mudanças no espaço rural?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO ECOTONAL DO
NORDESTE (TROPEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (PRODEMA)
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)

APÊNDICE D

TÍTULO: (Re) organização territorial no cerrado piauiense.

MESTRANDA: Anézia Maria Fonsêca Barbosa

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Lira Monteiro

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

MORADORES LOCAIS – CAMPO

NÚMERO DA ENTREVISTA: _____

DATA DA ENTREVISTA: _____

HORA: _____

LOCALIDADE: _____

1 - Profissão: _____

1.1- Naturalidade: _____

2 - Idade: _____

3 - Nível de Escolarização:

Sem instrução

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior

Outros _____

4 - Há quanto tempo você reside nesta localidade?

5 - Há quanto tempo mora nesta residência?

6 - Quais as vantagens para Uruçuí decorrentes da implantação dos projetos de grãos?

7 - Que mudanças foram identificadas no espaço urbano após a implantação dos projetos?

8 - E no espaço rural?

9 - Quais as mudanças identificadas no cotidiano da população uruçuiense pós chegada dos “gaúchos”?

10 - A população municipal tem participação ativa na atividade desenvolvida nos projetos agrícolas?

Sim Não

Como? _____